

Avante!

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Comité Central
aprova Projecto
de
Resolução Política

Está aberto o debate

Pág. 5

O «Avante!», publica hoje em separata o Projecto de Resolução Política (Teses) que vai ser posto à discussão dos militantes, com vista à preparação do XVI Congresso.



Marcha mundial das mulheres

2000

Lisboa, 7 de Outubro,
15 horas

Praça Marquês de Pombal



Centrais

CGTP faz a festa pronta para o combate

Inspecção do Trabalho

Illegalidades escondidas

Desde 1996 que nos relatórios da Inspecção Geral do Trabalho não constam quaisquer queixas sobre entraves à actividade sindical no distrito do Porto, denuncia a União dos Sindicatos.

Pág. 9

Os Verdes e o Orçamento

Apreciação global

«Os Verdes» afirmam que o posicionamento do Partido Ecologista sobre o Orçamento do Estado depende de apreciação global e não de «eventual cedência do Governo a questões isoladas».

Pág. 10

Praxes

Tradição e contestação

A praxe sempre foi tema controverso, mas a contestação volta a subir de tom. Há os que defendem a tradição e os que falam de humilhação e violência. E dizem das suas razões.

Págs. 20 e 21

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Comité Central aprova Teses

Resumo

27

Quarta-feira

O Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, apela a uma política orçamental restritiva para o ano de 2001 ● A pedido de Cabo Verde, devido aos bons resultados obtidos no ano passado, seguem mais 80 professores portugueses para este país ● Kostunica recusa segunda volta eleitoral a pretexto de que as percentagens obtidas (48,2 contra 40,2 para Milosevic) lhe garantem a vitória ● A 8 quilómetros da fronteira com Timor Ocidental, um batalhão de soldados neozelandeses envolve-se em tiroteio de onde resulta a morte de um milícia ● Andreia Soares é condenado pelo Tribunal de Cascais a 4 anos e meio de prisão por crime de pedofilia ● Baden Pawell, guitarrista e compositor, morre aos 63 anos no Rio de Janeiro.

28

Quinta-feira

José Souto Moura é indigitado para a Procuradoria Geral da República, onde substitui Cunha Rodrigues ● Vários municípios portugueses pedem apoio à Junta da Extremadura para contratar médicos e enfermeiros espanhóis ● José Carlos Machado, cientista de 31 anos, obtém o prémio de jovem investigador 2000 da organização Europeia de Prevenção do cancro ● Guarda Nacional Republicana de Matosinhos apreende numa operação anti-droga grandes quantidades de heroína, haxixe e cocaína e, ainda, 2500 contos em dinheiro ● Avião jordano aterra em Bagdad apesar do embargo aéreo ao Iraque ● São detidos por negligência os cinco membros da equipagem do ferryboat grego que chocou com um rochedo, provocando 63 mortos.

29

Sexta-feira

Na sequência do processo «Moderna», são indiciadas 13 pessoas, entre elas a família Gonçalves, acusados de associação criminosa e de burla qualificada ● Extinção do Ministério da Igualdade provoca reacções por parte das mulheres que protestam junto do Primeiro-Ministro António Guterres ● Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condena Estado português a pagar indemnização ao jornalista Vicente Jorge Silva, alegando que este agiu no respeito das regras da profissão ● 53% dos dinamarqueses dizem «não» ao euro ● Processo por corrupção contra Suharto é dado por concluído, culminando em confrontos entre estudantes e polícia.

30

Sábado

É aprovado em Bruxelas, com o voto a favor de Portugal

à última hora, o levantamento do segredo profissional aos advogados ● Vários estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro recebem tratamento no Hospital de São Pedro em Vila Real por consumo de água em más condições ● A fronteira entre Portugal e Espanha é palco de um bloqueio por parte dos pescadores que protestam contra o preço do gasóleo verde praticado em Espanha ● A Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros promove manifestação de protesto contra a falta de segurança ● Kris Janowski, porta-voz do ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) revela que um grupo de 50 elementos da UNITA se refugiou na Zâmbia.

1

Domingo

A Intersindical comemora os seus 30 anos ● Ascende já a 22 mortos e cerca de 500 feridos o número de manifestantes palestinianos vítimas dos ataques do exército israelita ● Presidente jugoslavo Milosevic recusa proposta de Moscovo para mediar com a oposição ● Sindicato dos professores da Zona Sul denuncia os graves problemas financeiros com que os estabelecimentos de ensino do Sul se debatem, levando-os por vezes a ter de fazer rifas para pagar as despesas.

2

Segunda-feira

Termina a reunião do Comité Central do PCP, convocada para discutir e aprovar as teses a apresentar ao XVI Congresso, a realizar em Dezembro ● Educação sexual é o tema a abordar este ano em mais de 14 mil escolas ● Alunos da nova Faculdade de Engenharia no Porto boicotam início de aulas por ainda não estar pronta a cantina ● Cerca de mil pessoas morrem na fronteira entre a Índia e o Bangladesh devido a catástrofe climática.

3

Terça-feira

O deputado Lino de Carvalho lança em Lisboa o seu livro «1969 - Um Marco no Caminho para a Liberdade» ● Cavaco Silva apoia a candidatura de Ferreira do Amaral ao Palácio de Belém ● Cerca de 2500 camiões portugueses estão parados em Espanha devido à greve dos rodoviários que bloqueiam as fronteiras da Catalunha e do País Basco ● Prossegue a onda de violência em Israel e nos territórios palestinianos, na sequência da visita de Ariel Sharon a Jerusalém Oriental, contabilizando-se já 52 mortos.

Aconteceu

Terminaram Jogos Olímpicos

Terminou no passado domingo a XXVII Olimpíada da Era Moderna, que ficará para a história como os Jogos Olímpicos de Sydney, na Austrália. A representação olímpica portuguesa conquistou duas medalhas de bronze - uma nos 10 mil metros de atletismo, conquistada por Fernanda Ribeiro, a outra no judo, conseguida por Nuno Delgado -, ficando o nosso país nos últimos lugares do ranking de 86 países que conquistaram medalhas nesta competição maior do desporto mundial. Os Jogos ocorreram sem incidentes e com as habituais quebras de recordes nas mais diversas modalidades. Os EUA foram o país que mais medalhas obteve (97), seguidos de perto pela Rússia (88). De assinalar a 9.ª posição na conquista de medalhas conseguida pela representação olímpica cubana (29 medalhas), a par ou à frente de países muito mais vastos, populosos e ricos como a Grã-Bretanha (28 medalhas), o Japão (18 medalhas) ou o Canadá (14 medalhas). A cerimónia de encerramento desenrolou-se no grandioso estádio de 110 mil lugares expressamente construído para o evento, constituindo um espectáculo de grande brilho.

Tuberculose aumenta e ninguém a controla

Portugal é o país da União Europeia com o maior número de novos casos de tuberculose, com a agravante de todos os anos registar números mais elevados. Só o ano passado mais 4500 portugueses foram infectados com o bacilo de Kock, a que há a acrescentar



cerca de 150 atingidos por tuberculose multi-resistente, uma variante muito mais perigosa e mortal porque resiste aos antibióticos tradicionais. Prova-se assim a catastrófica falência da aplicação em Portugal do programa de combate à tuberculose definido há cinco anos pela Organização

Mundial de Saúde (OMS) e que se deveria basear em cinco pontos fundamentais: vontade política para controlar a doença; detecção dos casos de infeção com base numa rede de laboratórios nacionais; tratamento supervisionado por técnicos de saúde; garantia de medicamentos; e controlo dos resultados do tratamento. Em Portugal nada disto foi ou está a ser feito apesar das promessas nesse sentido, chegando-se ao cúmulo de o Governo ter extinguido há já seis meses a Comissão Nacional de Luta Contra a Tuberculose (CNLCT), criado no quadro deste programa recomendado pela OMS. Interpelada pelos jornalistas, a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, reconheceu que lhe tinha «escapado» o problema - que promete «resolver o mais depressa possível» -, enquanto o presidente da CNLCT, Ramiro Ávila, se queixa de andar desde Fevereiro à espera de ser recebido pela ministra para expor a situação, o que nunca aconteceu «apesar de vários pedidos de audiência».

Mais de mil mortos na Índia e Bangladesh

Chuvas torrenciais que se desencadearam na sexta-feira passada na região fronteira entre a Índia e o Bangladesh já provocaram mais de mil mortos e muitas centenas de desaparecidos. Um quarto do território do Bangladesh ainda se encontra debaixo de água, enquanto

as autoridades indianas já recorreram às forças militares para acudir às pessoas encurraladas pelas águas e em risco de vida. As fortes chuvas da monção já abrandaram mas as inundações continuam a ameaçar a região. O Bangladesh já pediu ajuda internacional e, embora

ainda seja cedo para avaliar os prejuízos neste país tão causticado pela pobreza, já se sabe que cerca de 100 mil hectares de plantações de arroz, vegetais e vinha estão completamente destruídos, enquanto a subida das águas deixou mais de 200 aldeias submersas.



Acidente em Timor mata dois militares

Dois mecânicos militares portugueses morrem em Timor-Leste num acidente de helicóptero, que se despenhou nas montanhas do interior da ilha. A aeronave, um *Allouette III* da Força Aérea Portuguesa, transportava cinco pessoas - o piloto, o cabo-mecânico do aparelho e três mecânicos militares - e saíra numa missão administrativa de desempanagem de uma viatura que avariara nas

montanhas. Segundo informou o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, presume-se que o aparelho se despenhou quando uma das pás bateu num



obstáculo durante a manobra de aterragem, despenhando-se e vitimando mortalmente dois dos três mecânicos militares que iam reparar a viatura avariada. Os outros elementos que viajavam no helicóptero sofreram apenas ferimentos ligeiros.

Internet em Portugal é das mais caras da OCDE

Segundo um relatório publicado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o acesso à Internet em Portugal é não apenas dos mais caros da Europa como do conjunto dos países desta organiza-

ção. O preço de acesso no nosso país só é comparável aos praticados na Hungria, República Checa e Polónia e atinge o dobro do preço praticado na Grécia ou 72% acima do praticado na Turquia. Considerado como uma das prioridades do

Governo de António Guterres, o desenvolvimento da Internet em Portugal está desde sempre refém dos preços das chamadas locais praticadas pela Portugal Telecom e da sua posição de monopólio neste tipo de ligações. Enquanto

nos EUA o acesso à Internet está sujeito a uma taxa mensal fixa de baixo valor, independentemente do tempo que se estiver ligado, na Europa os grandes operadores telefónicos, geralmente a funcionar em regime de monopólio,

impõem preços tabelados pelas chamadas telefónicas locais, enchendo os cofres e levantando sérios entraves à expansão da Internet. Neste quadro, Portugal é onde os preços de acesso são escandalosamente mais caros.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

O Exército de Israel cometeu mais um massacre contra civis palestinianos armados de... pedras. Dezenas de mortos e centenas de feridos foi o balanço do passado fim-de-semana. Mas a comunicação social internacional relatou os acontecimentos com grande comediamento de linguagem e de imagens. O massacre foi, em geral, designado pelo termo neutro de «confrontos», esquecendo que os mortos estavam todos de um lado, as armas do outro. Falava-se em «israelitas e palestinianos», esquecendo que uns eram militares, forças armadas do Estado, e outros civis. Em vez de palavras grossas, condenatórias do Chefe do Governo responsável por tão brutal uso da força, a comunicação social falava de Ehud Barak como estando «empenhado em salvar o processo de paz». Os governos ocidentais, sempre tão lépidos em detectar «abusos dos direitos humanos» lá onde lhes convém, estavam todos certamente a gozar o fim-de-semana, pois não se ouviram condenações firmes nem exigências determinadas.

Israel detém o recorde mundial do desrespeito por resoluções da ONU. É um dos países que mais vezes lançou guerras de agressão contra os seus vizinhos. Ocupa (apesar da recente retirada do Sul do Líbano, que resultou da longa e corajosa luta do povo libanês, e não de qualquer posição firme da «comunidade internacional») territórios de países vizinhos. É um Estado fundado sobre a limpeza étnica de centenas de milhar de palestinianos. Pratica sistematicamente a tortura nas suas prisões. É responsável por dezenas de massacres de civis em toda a região. Desrespeita sistematicamente os Tratados que subscrive. E é assim desde há décadas. Mas um tão sinistro registo histórico merece compreensão, apoio financeiro, militar e político por parte do «livre e democrático Ocidente», e em particular por parte dos EUA. Pela simples razão que Israel é uma peça fundamental dos desígnios de controlo militar, político e económico dos EUA sobre essa região crucial que é o Médio Oriente.

Israel detém o recorde mundial do desrespeito por resoluções da ONU

A não muita distância destes acontecimentos, e neste mesmo fim-de-semana, um outro Governo era alvo das maiores ameaças, ingerências, exigências das



«potências ocidentais». Realizaram-se eleições presidenciais em que a oposição alcançou 49% dos votos, e o Governo pretende cumprir a legislação eleitoral que manda que se realize uma segunda volta. A oposição manifesta-se na rua, em total liberdade e sem intervenção policial, como aliás o havia feito durante toda a campanha eleitoral. Os governos ocidentais fazem voz grossa e falam de «fraude». Aliás, ainda a população não tinha votado e já estes governos tinham decidido que a oposição tinha ganho por maioria absoluta... Os Estados Unidos enviaram uma frota para os mares da zona. E no dia seguinte às eleições o Parlamento americano aprovou uma verba de 500 milhões de dólares para enviar à oposição (a juntar aos muitos milhões já entregues antes das eleições). As potências ocidentais exigem que o Presidente abandone já o seu cargo, o poder e o país. E ameaçam com as mais graves consequências se não o fizer. A «firmeza e determinação» que nunca existe em relação a Israel, nunca falta em relação à Jugoslávia. E no seu afã de justificar tão descarada ingerência, e ajudar à tese de que teria havido fraude eleitoral, nada mais, nada menos que o Presidente dos EUA, Clinton, afirmou (*International Herald Tribune e Financial Times*, 28.9.00): «Visto à distância, parece seguramente que ali se realizou uma eleição livre e alguém lhes está a querer roubá-la.» Eleição livre? Mas então a Jugoslávia não era uma terrível ditadura? Milosevic não era o «novo Hitler»? Aquilo não era um regime que só entendia a linguagem da guerra? Uma coisa tão apocalíptica que justificava que se mandasse às malvas o Direito Internacional? Eleições livres? A confissão de Clinton (que apenas confirma aquilo que qualquer observador honesto diz) revela que em relação à Jugoslávia, a política do «Ocidente» se tem caracterizado sempre por duas coisas: a mentira e a agressão. A Israel tudo lhe é permitido porque é um instrumento dos EUA. À Jugoslávia nada lhe é permitido porque se recusou a sê-lo.

Editorial

O DEBATE CONTINUA

Publicamos hoje as Teses que constituem o Projecto de Resolução Política do XVI Congresso e integram, também, elementos da natureza de um Relatório de Actividades. A publicação das Teses agora aprovadas pelo Comité Central é o ponto de partida para a terceira fase preparatória do Congresso, para um novo tempo de debate democrático ao qual são chamados a intervir todos os militantes do Partido.

Como sublinhou o Secretário-Geral do PCP, este «Projecto de Resolução Política, longe de ser um documento acabado ou fechado para o qual se solicita a mera concordância ou discordância dos militantes, antes constitui um texto cujas lacunas e insuficiências são claramente assumidas no momento da sua apresentação e que está inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas que resultarem do debate do colectivo partidário e da própria contribuição individual dos militantes». É assim, de facto, que as coisas se passam no PCP - e a nossa preocupação constante é a do contínuo aprofundamento da nossa democracia interna, aliás na continuidade de uma

expressam e decorrem das características, do funcionamento, das práticas e dos objectivos de cada partido.

Como não podia deixar de ser, as simpatias da comunicação social dominante - propriedade de grandes grupos económicos e, por isso, ao serviço dos seus interesses - vão todas para o primeiro dos modelos congressuais acima referidos. Acriticamente sempre, como mandam as regras.

É is um modelo de todos conhecido: dois ou três grupos de *notáveis*, cada qual com o seu líder, encontram-se num fim-de-semana em dois ou três hotéis de cinco estrelas e elaboram duas ou três «moções de estratégia» para as quais recolhem, depois, os indispensáveis apoios de uns quantos candidatos a *notáveis*, após o que... passam à votação das moções no congresso. Neste caso, dos membros do partido espera-se: de uns, que elejam os delegados ao congresso (e aí termina a sua tarefa); dos delegados eleitos, que votem (após o que podem regressar a casa até ao próximo congresso). Ou seja: segundo este conceito de *participação democrática*, os membros do partido são vistos apenas como *boys* votantes e, por isso, candidatos a um qualquer *job*. O que conta não é a sua opinião mas o seu voto.

Jamais passou ou passará pela cabeça de qualquer dos muitos comentadores e analistas políticos nacionais debruçar-se sobre o conteúdo democrático de tal processo. De facto, está assente tacitamente entre todos que se encontram perante uma expressão suprema de prática democrática tão *evidente* que dispensa qualquer comentário ou, sequer, referência.

Além de que, como lhes compete, precisam de tempo e espaço para criticar o *défice democrático* que previamente decidiram existir no segundo modelo de congresso. Como se constata lendo o que têm escrito sobre o XVI Congresso do PCP.

Entramos, agora, na terceira fase preparatória do nosso Congresso. E, como não podia deixar de ser, o debate continua - aberto, colectivo, democrático. Um debate que se quer participado e no qual a opinião e a reflexão de cada militante é indispensável para a formação, o acerto e o rigor da decisão colectiva. Um debate que se quer e será fraterno, lúcido, sereno, vivo, criativo, pautado pelo respeito mútuo e pela livre expressão de todas as opiniões. Um debate do qual se espera que preencha as lacunas e insuficiências existentes no Projecto de Resolução Política e contribua para o enriquecimento do texto que, em Dezembro próximo, durante três dias, os delegados ao Congresso vão ainda discutir e aprovar - e que, por isso mesmo, quando aprovado, passará a constituir, com uma legitimidade incontestável, a opinião do colectivo partidário.

Percebem-se as razões que estão na origem das manipulações, mistificações, deturpações e falsidades que, sobre o XVI Congresso, têm vindo a povoar o tempo e o espaço da comunicação social dominante: um conceito de participação democrática reduzido à intervenção de meia dúzia de *notáveis* não suporta a *subversão* que é a intervenção de milhares de militantes na procura das melhores soluções para o seu País e para o seu Partido.

“Como não podia deixar de ser, o debate continua - aberto, colectivo, democrático”

experiência histórica única no quadro partidário nacional.

O Projecto de Resolução Política é o resultado de uma reflexão individual e colectiva de todos os dirigentes do Partido, de uma ampla discussão travada no CC e incorpora já os contributos de milhares de militantes que participaram no debate da primeira fase preparatória. Tudo isso confere-lhe, incontestavelmente, uma dimensão democrática marcante.

Naturalmente, e por óbvias razões, não é assim que a comunicação social dominante vê as coisas. A verdade é que um congresso partidário é, consoante os casos, ou a encenação mediática de uma espectacular passagem de modelos de oratória e de propaganda - assente numa fulanização e num protagonismo exacerbados - ou um momento de balanço do trabalho realizado, de reflexão e análise sobre a evolução da realidade, de definição de orientações e linhas de acção para o futuro - assente numa ampla participação colectiva. E é claro que em ambas as situações enunciadas estamos perante modelos de congressos servindo específicos e determinados interesses de classe - antagónicos, naturalmente - que se reflectem de forma determinante nos processos de realização de cada um desses congressos: a forma e o conteúdo de qualquer congresso partidário, assim como os métodos utilizados na sua preparação,

Actual

De três para dois

● Vítor Dias

Com a ressalva de que uma diminuição conjuntural da razão de jornais nos pode fazer errar, parece-nos que poucos terão reparado que, no passado dia 22/9 e no quadro de uns arrufos com o Governo, o Eng. Belmiro de Azevedo conseguiu a assinalável «performance» de fazer publicar no mesmo dia, em dois jornais diferentes (o seu «Público» e o «JN»), o mesmíssimo artigo de opinião.

E poucos terão reparado que, por posterior carta sua ao «DN», também se ficou a saber que tinha tentado que esse artigo fosse nesse dia publicado em mais este diário, só que as coisas correram mal, já que acusava o «DN» de ter usado o texto para compor uma notícia em que também entravam declarações de Jorge Coelho.

Mas o que a este respeito interessa lembrar é que, há dois anos e tal – mais precisamente no dia 18 de Junho de 1998 –, também debaixo de uma desatenção geral, Belmiro de Azevedo havia realizado a imbatível proeza de conseguir publicar um mesmo artigo de opinião no «Público», no «DN» e no «JN».

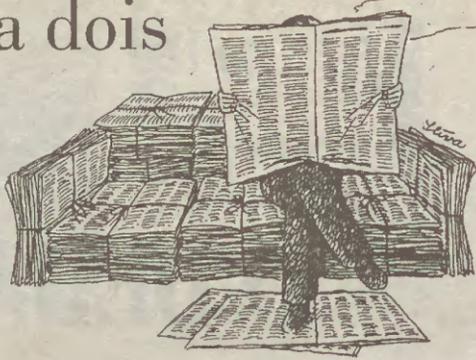
Na época, escrevemos que Belmiro de Azevedo tinha conseguido o que até ali só a publicidade ou as antigas notas oficiais garantiam.

Registámos que, não sendo de crer que tivesse escondido de cada jornal que propusera o mesmo artigo aos outros dois, tinha conseguido aquilo que seria sempre recusado mesmo ao político nacional mais brilhante ou prestigiado, ao escritor mais famoso, ao comentador mais talentoso.

Assinalámos mesmo que assim tinha conseguido aquilo que, com alta probabilidade, jamais se tinha verificado em toda a história da imprensa escrita portuguesa.

E concluíamos que havia no atrevimento de quem propôs tal coisa (ou, talvez melhor, na arrogância de quem mandou) e na reverência de quem aceitou (ou, talvez melhor, na dependência de quem obedeceu) fortes motivos para preocupadas reflexões em torno do significado destas mudanças na imprensa portuguesa.

Uns tempos depois, com a maldade



congénita que se sabe, também ainda escrevemos que tivesse a imprensa portuguesa uma maior dose de auto-estima e certamente converteria aquele dia 18 de Junho numa efeméride de comovida celebração anual.

Mas tudo isso foi há dois anos. Agora, ávidos de qualquer modesto sinal de esperança, só nos resta registar que a capacidade de Belmiro de Azevedo de colocar o mesmo artigo de opinião nas edições do mesmo dia de diversos jornais desceu dramaticamente de três para dois matutinos.

Embora desconfiemos que ele dará mais valor aos outros números em que está sempre a subir. Porque a verdade é que, como disse o ministro Coelho e não nós, o ingrato Belmiro de Azevedo está farto de ganhar dinheiro desde que o PS chegou ao Governo.

Resposta a Paulo

● Aurélio Santos

Uma manhã, quando estava numa escola a falar sobre o 25 de Abril, sentindo-me Gulliver em país de liliputes, a passear entre risos, olhos brilhantes espantados de atenção, tendo-se convencionado que qualquer deles poderia interromper quando quisesse, um pequeno de ar pensativo (era o Paulo, 7 anos) cortou-me a palavra para perguntar «Olha: se o fascismo era tão mau, por que é que o partido não «naceu» só depois do 25 de Abril?»

Para o Paulo havia ali uma evidente estupidez histórica que ele não compreendia. Mas consegui explicar-lhe a razão do nascer e do crescer, por meio de comparações entre ele e outros meninos mais novos.

Já com noite, vindo a pensar no modo bonito como este Partido nasceu e cresceu, lembrei-me de um outro Paulo – o Pablo Picasso, que a propósito da sua criatividade artística, afirmou: «Eu não procuro. Acho.»

A nossa criatividade, política, expressa-se de modo diferente: empenhamo-nos na procura para achar o que há de novo. Assim fizemos quando logo após o 25 de Abril virámos uma página em história, abrindo largamente as nossas portas – o que antes não nos era permitido para defesa da cabeça do próprio partido e de cada comunista, constantemente a prêmio. Soubemos crescer. Criámos um partido de muitas dezenas de milhares de pessoas e é intervindo com elas em todas as esferas e actividades da vida que estamos presentes no país.

É pois com certa ironia que vejo como há quem continue sem querer ver o que é evidente, na cegueira de preconceitos ou no cumprimento de recados encomendados.



«Complexo de força sitiada», «secretismo obsessivo», «concepção subversiva de assalto ao Palácio de Inverno» são chavões que nos atiram uma vez mais como qualificações indiscutíveis, nas últimas semanas, num cerco às nossas ideias e ao modo do nosso funcionamento próprio. Cronistas e comentadores officiosos e obsequiosos agarram-se preguiçosamente às frases feitas poupando-se o esforço de uma reflexão própria.

Ao contrário dos officiosos cronistas estamos em permanente procura para viver o que há de novo. Não ficámos amarrados a «complexos de fortaleza sitiada» – avançamos com confiança no valor das nossas ideias. Não somos conspiradores – agimos à luz do dia e apostamos na força das vontades humanas. Não nos fechamos em «secretismos obsessivos» – fazemos do debate e do diálogo a prática do nosso funcionamento.

E aplicamos esta nossa maneira de estar e ser num grande congregar de ideias e propostas para resposta às questões do nosso tempo.

Isto é também resposta a Paulo: não ficamos à espera de melhores tempos para nascer e crescer.

Em promoção

● Leandro Martins

«Como é que isto sobe?», perguntava o almirante Tomás - ou o general Costa e Silva - pasmado e esticando o pescoço em frente do elevador de Santa Justa. A anedota ficou célebre, como tristemente célebres ficaram as personagens que a protagonizavam. «É o cabo que puxa», explicava o ministro - ou um qualquer zeloso secretário. «Bravo! Promova a sargento!», retorquia o talvez marechal.

Promoções, então, só na tropa; ou nas anedotas. Mas as promoções, como muitas outras coisas, mudaram. Agora a gente acorda com elas a sussurrarem ao ouvido, logo pela manhã, quando se acende o rádio. E à noite, ao tornar a casa, lá estão as promoções enfiadas na caixa do correio. De tal modo que

mais ou menos toda a gente faz a sua vida ao sabor das promoções. Escolhe o dia das costeletas; ou da fruta; ou de um vinhozinho que não se lhe pode chegar se não estiver em promoção. E por aí fora e por aí acima. Até os automóveis estão na promoção e o freguês fica a ganhar um airbag e mais cem contos até ao dia...

De repente, a promoção deu um grande salto em frente. Chegou às privatizações. Compre dez ações e leve mais uma de graça. Até ao dia tal está mais barato. Com alguma surpresa, ouvi isto na rádio esta manhã. A propósito da privatização da EDP. Surpresa, escrevi eu. Mas talvez não devesse ficar surpreendido e uma certa ingenuidade me esteja agarrada à pele. À minha



e à de muita outra gente que ainda é capaz de não esperar tudo neste mundo de negócios. É que isto é tudo uma questão de negócios e na promoção é que está o ganho de quem impinge o produto. Nem que este nos tenha sido ilegalmente subtraído e venham à praça vender o que era nosso – de todos nós.

A promoção, se formos a ver bem, é apenas uma forma de vender aquilo que dificilmente compraríamos e que a maior parte dos cidadãos recusaria. A carne à beira de lhe expirar o prazo; a fruta um pouco tocada; o vinho de uma superprodução; o automóvel daquela cor horrível ou que ficou do lote do modelo que já acabou.

Quanto às empresas públicas é natural a relutância do mercado «popular» em meter a pua no negócio. Mas se for em promoção há muita gente que não resiste.

Frases

“Oportunismo é, por exemplo, um Governo não aumentar os combustíveis com medo dos camioneiros (não são camionistas, são proprietários de camiões) e depois dizer que nos livrou de bloqueios.”

(Óscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 27.9.00)

“O fim de um ciclo – e esperamos que a saída de Cunha Rodrigues da Procuradoria signifique uma efectiva ruptura – é precisamente o instante mais crítico de reflexão. Para não esquecer comportamentos viciados do passado, as escandalosas prescrições devidas a atrasos inaceitáveis do Ministério Público e um procurador que vivia na vertigem da sua popularidade.”

(Sérgio Figueiredo, Diário Económico, 27.9.00)

“Os nossos governantes sabem que não há nada como uma ponte, um feriado, uma tolerância de ponto para satisfazer uma parte da população, dentro do velho princípio do *pane et circensis*.”

(José Pacheco Pereira, Público, 28.9.00)

“Se não fosse o caso de distorcer demasiado o nosso sistema democrático, outra lei seria bastante mais bem-vinda para casos como este [a saída de pilotos da Força Aérea através de candidaturas eleitorais]: assegurar que a vocação dos pilotos seria respeitada. Obrigá-los a servir como autarcas por quatro anos – e com o salário de presidente da Junta!”

(Henrique Monteiro, Expresso, 30.9.00)

“Propor a legalização dos bordéis, com as vantagens e desvantagens associadas, é propor o fim do lenocínio enquanto crime. Tudo bem. Desde que se assuma que se está a legalizar o proxenetismo.”

(Alexandra Oliveira, Público, 30.9.00)

“Os senhores Emídio Rangel e José Eduardo Moniz ultrapassaram todos os limites estabelecidos por uma qualquer “convenção de Genebra” que diga respeito à decência, à elegância e ao decoro. Entrevistas e colunas de opinião transformaram-se em autênticas armas de arremesso, onde acabaram por contar as palavras de ordem e os insultos.”

(João Govern, Focus, 2.10.00)

“O dr. Paulo Portas tem um problema: como é que vai dar aos seus pobres tirando aos seus ricos. Como poderá ele oferecer Jaguares aos seus ricos e oferecer bicicletas a pedais aos seus pobres. Isso ele não explica.”

(José Lello, Diário de Notícias, 2.10.00)

“Um país não se mede por telemóveis ou “shoppings”. Mede-se pela qualidade da sua cultura e do seu desporto.”

(Helder Pacheco, idem)



Comité Central aprova
Projecto de Resolução Política

Está aberto o debate

Na sua reunião de 1 e 2 de Outubro, o Comité Central do PCP aprovou o Projecto de Resolução Política que vai ser posto à discussão dos militantes com vista à preparação do 16.º Congresso, analisou questões da actividade do Partido e teceu uma breve apreciação sobre a situação política e social do País.

Na declaração que proferiu na conferência de imprensa realizada na segunda-feira passada,

ainda decorria a reunião do Comité Central, o secretário-geral do PCP apresentou em traços largos algumas das linhas já discutidas com vista ao debate que as organizações vão iniciar, a partir de agora, tendo por base as Teses que o nosso jornal hoje publica.

O Projecto de Resolução Política aprovado pelo Comité Central (que incorpora também elementos da natureza de um Relatório de Actividades), é, pois, consi-

derado «como uma importante base para favorecer e estimular a reflexão do conjunto dos militantes sobre a evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas que deve definir para o futuro próximo».

Porém, de acordo com a experiência do PCP, este Projecto de Resolução Política está «longe de ser um documento acabado ou fechado», antes constituindo um texto «cujas lacunas e insuficiências são claramente assumidas no momento da sua apresentação». Está, assim, «inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas» que resultem do debate colectivo partidário e da própria contribuição individual dos militantes.

Nesta terceira fase de preparação do 16.º Congresso, o Comité Central considera

ainda da «máxima importância» a existência de uma intensa, interessada e activa participação de todos os militantes, «sustentada numa firme consciência da

O Projecto de Resolução Política está longe de ser um documento acabado

importância do pensamento, da opinião, da experiência e da reflexão de cada um para o acerto das decisões colectivas», e do insubstituível valor e riqueza de um debate «que seja

marcado pela fraternidade, serenidade, respeito mútuo, espírito criador, vontade de dar opinião e capacidade de ouvir outras opiniões».

Esta vasta mobilização de energias, de capacidades e de reflexões existentes no colectivo partidário, diz o Comité Central, «será uma contribuição fundamental» para que o 16.º Congresso «esteja à altura das responsabilidades do PCP na vida nacional» e «represente um passo em frente na procura e encontro das melhores orientações e caminhos da sua intervenção».



A par da preparação do Congresso, o PCP vai ter uma forte e qualificada intervenção política

Alarga-se o fosso entre ricos e pobres

Na sua declaração, Carlos Carvalhas, analisando a situação política, alertou para o agravamento da situação económica e das contas do Estado, que põem em evidência o «erro clamoroso de não se ter feito a reforma fiscal». E, considerando que «o escândalo» do sector financeiro é «cada vez mais intolerável» e um «verdadeiro convite à evasão fiscal por parte dos outros contribuintes», lembrou que em 1999 o sector bancário teve mais 35 milhões de lucros do que em 1998 e pagou menos 12 milhões de impostos. Ou seja, em 1999 lucrou mais 12,4% que no ano anterior e pagou menos 16,6%. Assim, disse, não é de espantar que o ministro das Finanças tenha o apoio dos grandes empresários.

Entretanto, dos cerca de 55 milhões de contos de impostos pagos pelo sector bancário em 1999, só a Caixa Geral de Depósitos contribuiu com 35 milhões de contos, uma das consequências das privatizações, já que o sector bancário privado paga uma taxa «ridícula» de IRC.

Aliás, o PCP considera que um qualquer governo do PS já há muito deveria ter resolvido esta questão da taxa implícita de imposto pago pelo sector financeiro. Porém, as notícias vindas a público, quer em rela-

ção ao sigilo bancário quer aos benefícios fiscais, indiciam que o Governo PS prepara-se para apenas «retocar a fachada» para «consumo de opinião pública» e, naturalmente, «manter as linhas que têm presidido aos anteriores orçamentos». Se assim for, para os comunistas «é uma evidência» que o PSD e o PP só não viabilizarão o Orçamento «por cálculos eleitoralistas!».

Retrato significativo

Também no que diz respeito aos salários, o Governo prepara-se mais uma vez para que sejam os trabalhadores a «pagar a factura» de uma política errada e cada vez mais comprometedor do futuro dos portugueses e do País.

Os «indicadores estruturais» adoptados pela Comissão Europeia, na sequência dos mandatos que recebeu dos Conselhos Europeus de Lisboa e da Feira, são uma prova significativa: «Portugal é o país em que é maior o fosso entre ricos e pobres», «o país da União Europeia com menos justiça social» e o que detém a maior percentagem de população que vive abaixo do limiar da pobreza.

Entretanto, a situação financeira de muitas famílias tem vindo a agravar-se, quer pelo aumento das taxas de juro quer pela erosão dos salários e das pensões de reforma.

Ironicamente, Carlos Carvalhas considera que este é um elucidativo retrato do que na prática significa para o PS o seu slogan de «governar com grande consciência social».

Na sua reunião, o Comité Central do PCP defendeu, assim, a necessidade de uma «viragem à esquerda na política nacional» e de uma política «que privilegie as actividades produtivas e não as especulativas; que defenda e valorize a produção nacional; que promova no ensino uma qualificação de qualidade e uma formação profissional que acompanhe a vida de cada trabalhador; que defenda a escola pública; que corrija as gritantes injustiças sociais e exija o trabalho com direitos; que concretize uma verdadeira reforma fiscal; que suporte o financiamento e a melhoria do SNS e do sistema de educação».

Tendo em conta alguma especulação que ultimamente tem havido sobre a questão da participação das Forças Armadas portuguesas em missões no estrangeiro, o Comité Central considerou necessário reafirmar ainda o que o PCP expressou no debate sobre o «estado da Nação» e na intervenção

feita na Festa do Avante. Ou seja, «que Portugal deve cessar a participação na Força da Nato, que se encontra no Kosovo (e o argumento central não se situa nos meios financeiros para a missão) porque tal missão não corresponde aos interesses nacionais, nem aos interesses da paz e estabilidade na região, mas sim aos interesses da Nato liderada pelos EUA».

Por todas estas razões, o PCP decidiu, a par da preparação do seu Congresso, continuar «com uma forte, qualificada e exigente intervenção política, confrontando o Governo com a política alternativa de que o País precisa».

Ainda, na análise a que procedeu sobre as campanhas eleitorais na Região Autónoma dos Açores e da Madeira, o Comité Central considerou que «está ao alcance da CDU obter um bom resultado o que será de uma grande importância para o povo da Madeira e dos Açores».

Por fim, o Comité Central decidiu apelar a todos os militantes e a todas as mulheres «que se identifiquem com os ideais de justiça social e democracia» a incorporarem-se na Marcha Nacional das Mulheres - «Transformar a vida, construir a igualdade» - que se realiza no próximo sábado em Lisboa.

CDU apresenta candidatura
às eleições intercalares em S. Pedro do Sul

É hora de mudar!

A candidatura da CDU às eleições intercalares para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul é constituída «por homens e mulheres com provas dadas de empenhamento na defesa de interesses das populações».

A razão da candidatura da CDU, que tem como **mandatário Manuel Rodrigues**, membro do Comité Central do PCP, licenciado em filosofia, professor do ensino secundário

e dirigente sindical, radica no facto de as pessoas que a integram considerarem que «é hora de dar a volta» ao conceito e de «acabar com a gestão autocrática, centralista e prepotente» tanto do PSD como do PS no município. Ou seja, «é hora de mudar».

Nas linhas e princípios programáticos da candidatura, a CDU enuncia algumas das orientações que se propõem implementar em São Pedro do Sul e que passam, não só pela abertura do diálogo com as populações e no respeito pelos munícipes, como pela criação de infra-estruturas que proporcionem um maior desenvolvimento do concelho, a criação de condições favoráveis ao surgimento de mais indústrias, a

defesa do comércio e do turismo, a protecção da floresta e a valorização dos produtos de qualidade da região.

Os candidatos da CDU, que se propõem apoiar as escolas e a descentralização de mais serviços de saúde para São Pedro do Sul, querem também uma nova política para a juventude, a criação de espaços verdes e o desenvolvimento de actividades culturais e desportivas, a cujas associações darão o seu apoio.

Lista de candidatos

João Carlos Marques da Costa Gralheiro, advogado de 41 anos, natural de Coimbra e membro do PCP é o primeiro candidato da lista da CDU às eleições intercalares para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Em todas as eleições autárquicas, tem vindo a ser candidato à Câmara ou Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul nas listas da APU e da CDU.

Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 1983/84. É membro fundador da Associação Nacional dos Advogados Portugueses e presidente eleito da Ordem dos Advogados da Comarca de S. Pedro do Sul para o triénio de 1999/2002. Actor de teatro amador desde 1973, fez parte do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e hoje integra o Grupo de Tea-

tro Popular de S. Pedro do Sul, onde reside.

A lista que **João Carlos Gralheiro** encabeça é ainda constituída por **Isabel Maria de Oliveira Almeida Rodrigues**, médica de 44 anos, independente; **Manuel Martins da Costa**, professor de 68 anos, membro da Intervenção Democrática; **Eduardo Paiva Boloto**, funcionário público de 43 anos, membro do PCP; **José Manuel Correia** funcionário da Portugal Telecom de 43 anos, independente; **Maria Amélia Correia de Lima**, operária têxtil de 44 anos, independente; e **Américo Rodrigues Carvalho**, carpinteiro de 39 anos, independente.

Os candidatos suplentes são **António Beato Gonçalves**, industrial de 49 anos, membro do PCP; **Maria da Conceição Jesus Rocha Almeida**, auxiliar educativa de 52 anos, membro do PCP; **Camilo Correia Moreira**, técnico oficial de contas de 73 anos, membro do PCP; **Aurora Maria Rodrigues da Silva Oliveira**, empregada de escritório de 55 anos, independente; **Carlos Alberto de Almeida Santos Pereira**, comerciante de 41 anos, membro do PCP; **António Teixeira Marques**, comerciante de 45 anos, membro do PCP; e **João Filipe Rodrigues de Lima Pinheiro**, estudante, independente.



A CDU enunciou os princípios programáticos da sua candidatura

Água - um património a defender

No Dia Internacional da Água, assinado no dia 1 de Outubro, o Gabinete de Imprensa do PCP apelou à reflexão sobre a política de gestão e utilização deste importante recurso, uma vez que a «crescente sensibilidade» manifestada pelos portugueses relativamente à questão, tendo tido «algum eco» no discurso do Governo não teve correspondência na sua política. Preocupado com a actual gestão da água, o PCP alerta, ainda, para a «irresponsabilidade» com que o Governo, prejudica uma correcta política da água e põe em causa o futuro dos portugueses, apenas para «favorecer outros interesses».

«O Governo PS manteve formalmente o modelo institucional centralizado, burocratizado e dissociado do conceito de bacia hidrográfica, instalado pelo PSD» mas agravando as suas distorções «por uma prática cada vez mais centralizadora» e redutora da participação dos cidadãos e das autarquias, dizem os comunistas, sublinhando que o debate público foi «substituído» pela apresentação pública de projectos, os agentes económicos e sociais não são ouvidos na definição da política da água e os próprios Conselhos de Bacia «têm sido utilizados como mero palco de apresentações esporádicas», deturpando a sua

natureza de órgão consultivo estratégico na elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica. Por outro lado, a publicação de uma Lei da Água continua a ser adiada, assim como a apresentação das propostas dos Planos de Bacia Hidrográfica e do Plano Nacional da Água.

A crueza dos factos

A administração da água limita-se a «intervenção casuística e centralizadora, de carácter arbitrário», sem o suporte técnico e científico adequado, e a um deficiente aproveitamento dos fundos destinados ao sector. Simultaneamente, cresce a pressão sobre as autarquias «para o mesmo esvaziamento em proveito de entidades de direito privado sobre as quais não têm controlo», designadamente no que diz respeito às competências de abastecimento de água e saneamento.

O resultado é que mais de um milhão de pessoas residentes em Portugal continental estão privadas do direito a abastecimento público de água (segundo dados do Ministério do Ambiente, 27% dos portugueses não usufruem de qualquer tipo de recolha de águas residuais, e apenas é tratado o esgoto de 55% da população).

Segundo o PCP, o modelo de gestão da água - «como recurso finito, móvel e reutilizável de propriedade comum, bem de primeira necessidade cujo acesso é um direito natural, como suporte de ecossistemas e elo de equilíbrio climático» -, reflecte o projecto de desenvolvimento do País e a forma de exercício da soberania e da democracia. Assim, a gestão da água tem de ser assumida como a gestão de um «património comum», não podendo «ser alvo de lógicas economicistas de curto prazo» mas, ao contrário, «como compromisso dinâmico de adequada relação entre o Homem e os recursos de que pode usufruir».

«Muito mais que uma política sectorial, a política da água é uma componente estrutural do desenvolvimento humano integrado e sustentado, de equilíbrio com o espaço envolvente e de autonomia», diz o PCP. Logo, o ambiente tem que ser encarado como um «sistema dinâmico no qual o Homem, ocupando o lugar central, é o garante da preservação e equilíbrio ecológico, do respeito pela natureza e, simultaneamente, objecto da procura das condições que permitam a melhoria do seu nível de saúde e de bem-estar».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Álvaro Pereira de Sousa

Faleceu, no passado dia 2 de Setembro, o camarada Álvaro Pereira de Sousa, operário reformado do Arsenal do Alfeite. Estava actualmente organizado na Freguesia de Almada. Era colaborador do Jornal de Almada.

Ferdinando Manuel Viegas Lampreia

Faleceu, no dia 16 de Setembro, o camarada Ferdinando Manuel Viegas Lampreia, de 58 anos de idade. Estava organizado na freguesia da Cova da Piedade.

Henrique da Conceição Lopes Alho

Faleceu, no dia 21 de Setembro, com 83 anos de idade, o camarada Henrique da Conceição Lopes Alho. Foi membro da Comissão de Freguesia de Ponte de Sor, integrou diversas listas da CDU e foi presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Sor.

João Pedro Calvário

Faleceu no dia 11 de Setembro, com 64 anos de idade, o camarada João Pedro Calvário. Foi militante do MUD Juvenil até à sua extinção. Foi eleito na Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. Foi um destacado participante no Movimento Associativo da Cova da Piedade.

José António Ciriaco

Após prolongado sofrimento, faleceu, no dia 26 de Setembro, com 65 anos de idade, o camarada José António Ciriaco («Zuca»), natural de Beja. Carpinteiro, foi ainda muito jovem vítima de um acidente de trabalho que lhe custou a amputação das duas pernas,

o que não o impediu de dedicar toda a sua vida a lutar pelos deficientes. Foi nos últimos anos presidente da delegação de Beja da Associação Portuguesa de Deficientes, organismo de que foi fundador e um dos principais dinamizadores. Membro do Partido desde 1974 e camarada muito dedicado, fez parte da Comissão Concelhia de Beja, da DORBE e da Comissão Nacional do PCP para o Trabalho Utilitário dos Deficientes. No quadro autárquico, em representação da CDU, foi membro da Assembleia Municipal de Beja.

José Rodrigues do Carmo

Faleceu, no passado dia 1 de Outubro, o camarada José Rodrigues do Carmo, operário corticeiro, com 86 anos de idade. Era natural de Silves e estava actualmente organizado na freguesia da Cova da Piedade.

Maria Emília Domingues Dias

Faleceu, no passado dia 15 de Setembro, com 83 anos de idade, a camarada Maria Emília Domingues Dias. Era membro do PCP desde 1976 e estava organizada na Freguesia do Lavradio, Barreiro.

Otilia Maria Páscoa

Com 61 anos de idade, faleceu no dia 22 de Setembro, a camarada Otilia Maria Páscoa. Membro do Partido desde 1977, era membro da Comissão de Freguesia de S. Bartolomeu da Serra.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Procura-se...

Procura-se um sujeito que, sem esquecer as suas responsabilidades regionais, dê pelo nome de «Deputado por S. Miguel»; um sujeito que seja eleito com esse compromisso perante os que nele confiarem; que se comprometa durante os próximos quatro anos a cumprir com essa obrigação sem abandonar os que nele votarem; que se obrigue a prestar contas regulares da sua actividade na defesa dos interesses da ilha que o elegeu!

Este sujeito desapareceu dos Açores nos últimos anos e tem paradeiro desconhecido.

A sua família procura-o desesperadamente e dá-se alvissaras a quem o encontrar depois das Eleições Regionais de 15 de Outubro.

É que os aspirantes a Presidente do Governo Regional, como não há eleições para esta entidade, socorrem-se para isso de encabeçar a lista de deputados por S. Miguel pelo PS ou pelo PSD. Entretanto, os candidatos seguintes dessas listas escondem-se descomprometidos por detrás dos seus cabeças-de-lista-aspirantes-a-presidente. Todos eles, portanto, deixam assim S. Miguel de lado.

Procurando por outros quadrantes, deparamos com Manuel Monteiro ou Paulo Portas travestidos de candidatos por S. Miguel (coisa que não podem, nem querem ser), fazendo campanhas nesta ilha para puxar votos ao seu partido. Obviamente são votos traídos pelos que de facto acabam por ser eleitos, como aconteceu com José António Monjardino (líder regional do PP em 1996), o qual, um mês depois de beneficiar de 5000 votos de S. Miguel, abandonou tudo e todos para se dedicar às suas empresas no Porto, deixando mais uma vez esta ilha, durante quatro anos, à procura do seu deputado.

Por isso continua a maior ilha dos Açores com a maior falta de representação na Assembleia Legislativa Regional.

Continuamos a procurar...

Organizemo-nos em batida, a 15 de Outubro, para localizar o seu paradeiro.

● Mário Abrantes

SETÚBAL Anomalias na Câmara

Em visita às instalações de Poçoilos das Oficinas da Câmara Municipal de Setúbal, a CDU constatou um grande descontentamento dos trabalhadores relativamente ao funcionamento dos serviços e ao agravamento das discriminações e pressões psicológicas que, com reflexos nos salários, na distribuição de serviços e nas horas extraordinárias, se abatem particularmente sobre os que contestam a gestão PS. É o caso de membros da Comissão de Trabalhadores que, por exercerem as suas funções, são penalizados, perseguidos e até suspensos da sua actividade. A falta de equipamentos e de materiais em alguns serviços, que obrigam os trabalhadores a um esforço redobrado, e as más condições de higiene do refeitório são outras das situações «anormais» que se verificam e que célula do PCP na Câmara vai continuar a denunciar.

CHAVES PJ permanece

A luta travada pelos órgãos autárquicos e forças políticas do concelho de Chaves, assim como pelos flavienses que, no passado dia 27, se manifestaram junto à fronteira de Vila Verde da Raia, levou o Governo a recuar na sua decisão de extinguir a Inspeção da P.J. de Chaves e a comprometer-se a avançar com infra-estruturas decisivas para o desenvolvimento da região, como sejam o IP3 e a construção do pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A Comissão Concelhia de Chaves do PCP, que na Assembleia Municipal de 20 de Setembro havia proposto a realização da manifestação popular, saúda, pois, a luta dos flavienses, que acabou por saldar-se numa importante vitória.

SEIXAL Siderurgia faz falta

Os comunistas e os seus aliados sempre intervieram no Seixal para que o aumento populacional do concelho fosse acompanhado da criação das infra-estruturas necessárias à melhoria da qualidade de vida da população, não sendo por acaso, diz a Concelhia do PCP, que o índice de recolha de lixo e limpeza pública no concelho ocupe «um lugar cimeiro nos municípios portugueses». Entretanto, o PCP discorda da hipótese colocada pelo ministro José Sócrates ao Presidente da Câmara de instalar nos terrenos da Siderurgia Nacional uma Estação de Tratamento de Resíduos Industriais porque, em sua opinião, o concelho precisa é que a Siderurgia Nacional continue a laborar de forma a salvaguardar mais de mil postos de trabalho e evitar que o País fique totalmente dependente da importação de aço.

CORUCHE Ambiente em causa

A firma ITS-Marques reabriu na segunda-feira a fábrica de Olheiros sem a garantia de que o seu funcionamento vai obedecer às normas técnicas que levaram à grave situação antes criada. A Concelhia de Coruche do PCP pensa mesmo que a realização de obras sem licenciamento municipal e a instalação, com a conivência do Ministério da Agricultura e a complacência dos ministérios do Ambiente e da Saúde, de equipamento sem o necessário estudo de impacte ambiental representou uma falta de respeito pela população e pelas instituições que a representam. E exige o saneamento das zonas contaminadas pelos efluentes, a indemnização dos proprietários prejudicados e garantias públicas de que a saúde das populações e a qualidade do ambiente serão respeitadas.

Os 30 anos da CGTP-IN

Num quadro de um processo evolutivo da história, 30 anos parece ser um tempo curto para avaliar uma organização social. Mas devido a um período de fascinantes e intensos acontecimentos, estas três décadas permitem a afirmação de que a CGTP-IN, hoje e no futuro, tem e terá um papel ímpar e insubstituível na vida e na luta dos trabalhadores e na democracia portuguesa.



Jerónimo
de Sousa
Membro
da Comissão
Política

Fundada numa situação adversa face à repressão da ditadura fascista e à implacável imposição corporativa, a Central assumiu com a vitória da revolução de Abril um protagonismo na conquista, realização e consolidação de direitos económicos e sociais com consagração constitucional.

Fustigada no processo de recuperação e restauração capitalista, confrontada com uma avassaladora ofensiva que visou minar, e em alguns casos, eliminar importantes pilares do direito do trabalho, sofrendo os impactos da integração da União Europeia, abalada, objectiva e subjectivamente, pela trágica derrota do

socialismo nos países do bloco de Leste, a CGTP-IN e o sindicalismo de classe tiveram de fazer frente a novas realidades e mudanças e à tensão do confronto ideológico.

O desespero de muitos, o abandono de alguns e as tristes rectificações de uns poucos potenciaram as teses dos arautos do capitalismo, que sentenciavam «ou mudas e te integras, ou morres».

Confundiram dificuldades com impossibilidades. Procuraram diluir a natureza do capitalismo e a actualidade da luta de classes e subestimaram a raiz desta CGTP-IN, a sua ligação, a sua acção e intervenção no local estratégico,

lá onde se dá o confronto e o conflito, lá onde pulsam os problemas, as aspirações e reivindicações, a empresa, o local de trabalho.

Subestimaram a capacidade e a inteligência dos homens e mulheres que incorporam e protagonizam o

Os arautos do capitalismo subestimaram a raiz de classe da CGTP-IN



projecto da CGTP-IN na justa decisão de aliar a acção e a luta reivindicativa à participação institucional, de saber lutar e propor, de acompanhar os processos de reestruturação empresarial e sectorial com a reestruturação sindical, de atrair e filiar novos sindicatos, designadamente da Administração Pública.

«Ofereceram-lhe» meios financeiros, mas a CGTP-IN optou por se dirigir aos trabalhadores recolhendo os fundos necessários para a compra da sua sede histórica.

Vaticinaram o fim da luta de massas e, no entanto, a CGTP-IN mobilizou e organizou este ano centenas de pequenas e grandes lutas e manifestações, algumas delas só comparáveis com as que se realizaram há uma década atrás.

Foi estabilizado e positivamente invertido o processo de sindicalização e de eleição de novos delegados sindicais e de delegados sindicais novos.

Um projecto com futuro

E se ainda hoje persistem dificuldades, debilidades e problemas a exigir respostas e soluções mais audaciosas da Central, a vida demonstrou que a capacidade, a força, a resposta criativa a novas situações é inseparável da manutenção e reforço de aspectos fundamentais da sua identidade e natureza, da sua autonomia, da sua identidade e da sua democracia interna.

Dizia-me há tempo um trabalhador sindicalizado na UGT: «O meu filho conseguiu um trabalho efectivo. Perguntou-me onde se havia de sindicalizar. Disse-lhe para se sindicalizar na CGTP-IN porque aí os seus direitos são mais defendidos. O moço já é da comissão de trabalhadores.»

Esta CGTP-IN vale isso! Mas vale mais do que isso! Vale como um projecto que para além dos valores e dos ideais, da esperança e da confiança que comporta foi capaz de reunir centenas de milhares de trabalhadores, milhares de homens, mulheres e jovens eleitos pelos seus camaradas de trabalho que recusaram o conformismo e a integração no pensamento dominante, que não só acreditam ser possível uma vida melhor como lutam por isso numa perspectiva mais larga de transformação social.

Os comunistas portugueses saudaram com calor este 30.º aniversário da grande Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses.

Porque em termos históricos tiveram um importante papel na organização e dinamização da luta dos trabalhadores e nas organizações e luta de carácter sindical nas duras condições da repressão fascista.

Porque a sua influência no movimento sindical não resulta de qualquer posição ou ingerência partidária, mas antes do papel (que muitos esquecem e outros voluntariamente omitem) dos comunistas (além de trabalhadores de outras tendências políticas, cujo papel também valorizamos e continuamos a valorizar) na criação, dinâmica e actividade da CGTP-IN.

Porque resulta da confiança que é dada pelos trabalhadores aos seus companheiros comunistas nos Sindicatos, nas Uniões e Federações e na Central.

Fizemos um voto para que viva a CGTP-IN.

Com profunda convicção dizemos: viverá agora e no futuro, por determinação e luta dos trabalhadores portugueses.

Negociar nas IPSS

Já não há pretexto para a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social se recusar a estar presente nas negociações salariais e do Contrato Colectivo de Trabalho, que se deveriam ter iniciado em Setembro, protesta a Comissão Negociadora Sindical. A União das IPSS

comprometeu-se a apresentar uma proposta de CCT e outra de tabelas salariais (estas prevendo efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2000 e uma actualização para 2001), mas alegava que ainda não eram conhecidos os apoios financeiros do Estado e da Segurança Social. «Como é do conhecimento público, os apoios financeiros do Estado têm por base um vencimento médio mensal de um educador de infância no valor de 191 300 escudos, com um acréscimo no caso de este valor ser superior», diz a CNS, num comunicado emitido no dia da assinatura, a 28 de Setembro, de uma adenda ao protocolo para 2000-2001 entre o Governo e a UIPSS.

As organizações representativas de cerca de 60 mil trabalhadores recordam que estão por publicar tabelas salariais desde 1996 e «esperam que rapidamente o processo seja encerrado, com a publicação de um Contrato Colectivo de Trabalho, que resolva as situações pendentes».

Casa da Música

Em matéria de segurança, a obra da Casa da Música pode vir a ser «um exemplo para todo o País», afirma o Sindicato da Construção do Norte e Viseu, que na semana passada divulgou os resultados de um acordo assinado com a Sociedade Porto 2001 e os empreiteiros. O Sindicato salienta «a firme determinação dos parceiros sociais em combaterem o trabalho precário e clandestino e em promoverem as condições de segurança», o que trará benefícios aos portuenses «por serem edificadas a obra sem estar manchada de sangue», à Segurança Social «por não haver fugas aos descontos» e ao Estado «pelo contributo que daremos à política de pôr fim ao abuso dos contratos a termo».

Campanha têxtil

«Prevenir é preciso» é o lema da campanha lançada pela Fesete/CGTP para melhoria das condições de trabalho no sector têxtil e de vestuário. Esta campanha nacional foi anunciada dia 20 de Setembro e tem o apoio do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Sindicatos de Lisboa divulgam posição conjunta sobre o «dia europeu sem carros»

Melhores transportes mas todo o ano

Os sindicatos dos transportes e a CGTP apoiam a iniciativa, mas questionam as opções dos governos face aos problemas do sector.

Questionam - em comunicado da União de Sindicatos de Lisboa/CGTP, da Festru (Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos) e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário - se «vamos continuar a não ter uma política de transportes orientada para a satisfação das necessidades e do bem-estar das pessoas» e se «vão continuar a mandar os interesses - de máximo lucro - de grandes grupos económicos».

As estruturas sindicais afirmam, no documento que distribuíram naquele dia à população, que não basta a «propaganda simpática do dia 22» e que são precisas medidas concretas, tendo como vectores principais o reforço da rede pública, em quantidade e qualidade, e o fim das privatizações.

Quanto aos conflitos existentes nas empresas, que estiveram prestes a desembocar em greves no próprio dia 22, a CGTP, em cartas endereçadas aos responsáveis políticos, locais e nacionais, e às administrações das empresas, lembrou que esses conflitos duram há muito «por razões a que não é

estranha uma condenável prática patronal de bloqueamento e até boicote à contratação colectiva», pelo que seria injusto responsabilizar os trabalhadores e as suas organizações de classe pela situação criada.

As transportadoras boicotam há muito a contratação colectiva

Luta no Porto

Formou-se uma comissão paritária para analisar o diferendo entre a administração e os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto. Competirá a esta comissão analisar os principais pontos em conflito no interior da STCP, nomeadamente as situações em que os trabalhadores afirmam estarem a perder direitos adquiri-



As privatizações vieram prejudicar seriamente os trabalhadores e os utentes dos transportes públicos (foto de arquivo)

dos. É o caso da imposição do escalonamento, que obriga à «alteração diária das escalas, com elevadíssima rotatividade nos horários de trabalho, com consequentes alterações nas condições de trabalho e também no bem-estar profissional e familiar dos tra-

balhadores», afirma o representante do Sindicato dos Transportes Rodoviários Urbanos do Norte (STRUN).

Os trabalhadores queixam-se ainda de uma «sistemática violação da Lei das 40 horas de trabalho semanal», devido a escalas

que «obrigam muitos trabalhadores a fazer 41 horas, ou mais», para além de outras irregularidades.

Esta situação quase inviabilizou a celebração no Porto do «dia europeu sem carros», devido a uma greve que chegou a estar agendada para o esse dia.

Câmara insiste contra vidreiros

Na última reunião da Assembleia Municipal da Marinha Grande, o presidente da Câmara e o vereador Armando Constantino disseram que não têm conhecimento de compromissos relativamente aos excedentários da Manuel Pereira Roldão e, admitindo «excessos» num polémico comunicado municipal, reiteraram as posições contidas nesse documento. O presidente declarou mesmo que não está disposto a receber os trabalhadores nem o STIV/CGTP.

Ao expressar a sua indignação perante a posição dos responsáveis da Câmara, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira salienta que foram apresentados na AM documentos comprovativos dos compromissos governamentais, assumidos após a luta de 1994 e 1995. «O Governo, para pacificar a situa-

ção, prometeu a todos os trabalhadores aquilo a que chamou «saídas dignas» e, relativamente aos trabalhadores com mais de 55 anos, as medidas seriam as reformas antecipadas» e sem penalizações pela antecipação forçada, recorda o sindicato.

Entretanto, a Câmara continua a retirar as faixas que exigem nas ruas o cumprimento dos compromissos do Governo. Segundo o STIV, já foram retiradas e destruídas mais de 80 faixas, mas «irão continuar a ser recolocadas até à solução definitiva do problema».

O STIV, referindo que o PS foi o único partido político que se recusou a receber o sindicato e os trabalhadores, afirma que «a luta irá continuar» e apela à solidariedade para com os excedentários da MP Roldão.

Professores contratados preparam manifestação



A luta deu frutos e vai prosseguir (foto de arquivo)

As estruturas sindicais e a Fenprof continuam a promover reuniões e plenários de professores, preparando a manifestação nacional de docentes contratados, marcada para o próximo dia 27, em Lisboa, exigindo do Governo a aceitação do princípio da «vinculação dinâmica».

«A longa e diversificada luta dos professores contratados e desempregados, no ano lectivo anterior, conduziu à obtenção do direito ao subsídio de desemprego e aumento a pressão sobre o Ministério da Educação no sentido de alargar o número de lugares dos quadros», recorda o SPGL. Numa nota em que anunciava a realização de plenários de professores contratados e desempregados, na semana passada, em Lisboa, Setúbal, Santarém e Torres Vedras, o sindicato salientava que, «a questão central - a da vinculação dos contratados - continua por resolver».

A Fenprof, como noticiámos no número anterior, afirma que «entre 10 e 12 mil professores foram colocados com contrato, enquanto cerca de 30 mil ficaram sem colocação». A instabilidade profissional dos docentes é agravada pelo facto de, nos miniconcursos, 80 por cento das vagas serem para horários incompletos e, logo, com vencimentos muito baixos. E há 900 professores que, desde Maio, pediram subsídio de desemprego e ainda esperam resposta, denunciou a federação.

Prioridade

A legislação sobre quadros e concursos - articulada com questões como a definição das habilitações para a docência, a clarificação das funções da «educação especial», ou os incentivos à fixação em zonas desfavorecidas - vai ter prioridade nas nego-

ciações da Fenprof com a nova equipa do ME. O acordo foi estabelecido na primeira reunião entre representantes sindicais e os novos responsáveis da 5 de Outubro, na passada sexta-feira.

A federação informou que também houve acordo quanto ao prosseguimento do calendário de negociações que foi estabelecido, na sequência do protocolo de 21 de Maio. O Ministério «reconheceu a urgência de iniciar as negociações em torno dos Estatutos do Ensino Superior Universitário e Politécnico» e «anunciou a intenção» de concretizar «de acordo com o calendário já estabelecido» a revisão e reorganização dos currículos, em curso.

Vislumbrando «possibilidades de um ciclo proveitoso de negociações», a Fenprof exige do ME «o respeito pelos prazos calendarizados e um posicionamento político de efectiva negociação».

Solidariedade

A Assembleia Municipal do Seixal aprovou por 25 votos a favor e 3 abstenções uma moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores da Indelma/Siemens, com sede neste concelho e onde se prevê o despedimento de 600 trabalhadores, e com os trabalhadores da Administração Pública, atacados no seu poder de compra ao longo deste ano. A AM considera «inaceitável que o aumento salarial para os trabalhadores da Administração Pública a inscrever no Orçamento de Estado para 2001 não tenha em consideração uma justa distribuição entre o capital e o trabalho». A moção considera ainda que o «modelo de desenvolvimento não pode assentar em baixos salários» e que os trabalhadores não podem «ser "bodes expiatórios" das correcções dos défices do Orçamento de Estado» e devem ver actualizados os seus salários e demais remunerações. Na mesma reunião, a AM deste concelho, em moção aprovada por unanimidade, saudou o trigésimo aniversário da CGTP, «reconhecendo a dimensão histórica e social da CGTP-*IN* na sociedade portuguesa», associando-se «às comemorações de 30 anos de luta pela libertação dos trabalhadores portugueses».

Segurança parada

Na Prosegur, os trabalhadores iniciaram, no dia 27 de Setembro, uma paralisação de três dias que contou com uma adesão de 95 por cento, informou o STAD/CGTP. Trabalhadores e empresa foram compelidos pelo Ministério do Trabalho a chegarem a um acordo no prazo de três semanas, mas por enquanto «tudo está em aberto, até a possibilidade de voltar à greve», disse João Vitória, do sindicato, citado pela Agência Lusa. Os trabalhadores exigem a negociação da organização do horário de trabalho e o valor das remunerações, nomeadamente a regularização do esquema de subsídios.

Jornalistas

Às eleições de dia 16, para a direcção do Sindicato dos Jornalistas, foi apresentada uma única lista. O actual vice-presidente, Alfredo Maia, que encabeça a lista para a direcção, adiantou à Lusa que o grosso da actual direcção será reconduzida, mantendo-se para a Mesa da Assembleia Geral e para o Conselho Deontológico os actuais presidentes, Diana Andringa e Óscar Mascarenhas, respectivamente. Ao Conselho Geral apresentou-se uma segunda lista.

USP/CGTP registou quase 60 casos

IGT esconde ilegalidades

Desde 1996 que nos relatórios da Inspeção Geral do Trabalho não constam quaisquer queixas sobre entraves à actividade sindical nas empresas do distrito do Porto:

A realidade não podia estar mais distante deste zero oficial. No comunicado de apoio à conferência de imprensa da União de Sindicatos do Porto, ocorrida ontem, é referido que, «contactados alguns sindicatos», a USP detectou que foram enviados um total de 57 participações (sete em 1996, dezasseis em 1997, dezoito em 1998, doze em 1999 e quatro no primeiro trimestre do presente ano).

Estas queixas referem-se a

violações dos direitos dos representantes dos trabalhadores e da actividade sindical. Segundo o levantamento da USP/CGTP, nos sectores dos transportes, da metalurgia, do vestuário, da imprensa e artes gráficas, do calçado e da hotelaria ocorreram e foram denunciadas ilegalidades relativamente a impedimentos de realização de plenários, contagem de faltas a trabalhadores por actividade sindical, destruição de pro-

paganda, crédito de horas a sindicalistas, processos disciplinares, perseguições, agressões... De tudo isto a IGT, além de responder com o silêncio, veio agora publicar relatórios em branco.

Falta de independência

A União de Sindicatos do Porto manifestou não só o seu descontentamento face à actuação da IGT como questionou a razão que levou aquele instituto a encobrir a realidade. E avançou com algumas hipóteses: «Ordens superiores? Incapacidade e desorga-

nização dos serviços? Tentativa de fazer crer que do distrito do Porto a lei e a ordem são cumpridas nas empresas?» No comunicado denuncia-se ainda um dado curioso: a ocultação dos dados em apreciação coincide com a mudança dos responsáveis da IGT no distrito.

A União tem vindo, desde há muito, a denunciar a falta de actuação da IGT. Os representantes dos trabalhadores do distrito do Porto acusam aquele instituto de inoperância e ineficácia, sendo «notória a escassez e imprepa-

ração da maioria dos funcionários e inspectores, bem como a sua visível falta de independência do poder político».

Os sindicatos exigem, dado o avolumar das críticas e a gravidade da situação, que a Inspeção Geral do Trabalho cumpra eficazmente os objectivos inerentes à sua criação, agindo sem «omissões, sem cedências ao

patronato e à tutela política» e que, face às «faltas graves» detectadas nos relatórios, toda a estrutura dirigente da IGT/Porto seja alterada.

A IGT não é independente, cedendo ao patronato e ao poder político



A IGT não viu as ilegalidades que os sindicatos denunciaram desde 1996 (foto de arquivo)

Alguns casos

A União de Sindicatos do Porto divulgou uma lista com os pedidos de intervenção da IGT no distrito. Essa lista, que não é exaustiva, contém o nome de 34 empresas onde foram denunciadas violações dos direitos dos representantes dos trabalhadores.

Entre as empresas «apanhadas», surgem à cabeça da lista alguns nomes bem conhecidos. Por exemplo, a **Maconde**, do ramo do vestuário, tem contra ela, só no ano de 1996, três queixas. Acusa o sindicato que, naquela empresa, é prática corrente a proibição de realização de plenários de trabalhadores.

A **Agros**, cooperativa leiteira, é acusada de destruir propaganda sindical e de impedir igualmente a realização de reuniões e plenários.

A transportadora de Vila do Conde, **Viação Costa e Lino**, é a que mais menções merece. As seis queixas que surgem contra aquela empresa dividem-se entre o impedimento de realização de plenários sindicais e a proibição de afixação de propaganda. Curiosamente, depois de ter sido obrigada a permitir a afixação de propaganda sindical, a administração passou a tapá-la recorrendo, até, a bidões de óleo.

O caso mais gritante de abusos contra os direitos de sindicatos e sindicalistas foi praticado pela **Joclafe**, empresa do ramo do vestuário, onde chegou a ser agredido um delegado sindical.

Sindicalista suspenso

Na empresa vidreira Santos Barosa, da Marinha Grande, a lei não é cumprida. É isto que informa uma nota de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que foi divulgada no dia 2. Acusa o sindicato que há «processos disciplinares que são levantados porque se é zeloso e se tomam medidas para evitar acidentes, ou porque se exige o cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, passando pelos sucessivos incumprimentos da legislação», que já levaram inclusivamente a que a empresa fosse penalizada pela Inspeção Geral do Trabalho.

José Arsénio, dirigente sindical e trabalhador daquela empresa, é a mais recente vítima da «política do quero, posso e mando de que a Santos Barosa continua a pensar estar investida», denuncia o sindicato. «A intenção é intimidar os trabalhadores para que não façam prevalecer os seus direitos quando eles estão a ser desprezados e mesmo violados pela empresa», continua. Aquele trabalhador foi suspenso por dois dias devido ao número de faltas dadas em exercício da sua actividade sindical. Na opinião do STIV, a empresa «sabe bem que o castigo aplicado a José Arsénio não terá qualquer valor quando for julgado em Tribunal», porque senão a empresa «não tinha aplicado dois dias de suspensão, mas sim o despedimento, porque o número de faltas seria o necessário para tal».

O sindicato presta o seu total apoio ao sindicalista e reafirma que «os trabalhadores poderão continuar a contar com ele, assim como o José Arsénio e a Direcção do nosso Sindicato continuamos a contar com os trabalhadores».

Rohde despede grávida

Uma trabalhadora da fábrica de calçado «Rohde» foi despedida por ter denunciado, num plenário de trabalhadores da empresa, o uso de produtos tóxicos. O chefe do departamento de Recursos Humanos, Sidónio Lamoso, confirmou aos juízes do Tribunal de Trabalho da Feira que ouviu a funcionária Susete Reis queixar-se de que a tinham obrigado a limpar o piso da fábrica com diluente, mas acrescentou que ela se exprimia «de forma não convincente». O coordenador do Sindicato do Calçado de Aveiro, Manuel Graça, contestou a tese, referindo que «a genuinidade do testemunho da Susete pôde ser comprovada pelos 400 trabalhadores que participavam no plenário». Sidónio Lamoso voltou a defender a administração da empresa, questionando a veracidade das acusações feitas à gerência

pela operária, que se encontrava grávida, e que viria a ser despedida.

Com o processo em Tribunal, a acusação sustenta que a trabalhadora teve de ser hospitalizada após efectuar a limpeza exigida pela empresa com aquele produto tóxico. Depois disso, sustenta ainda a acusação, a delegada sindical Emília Rocha denunciou o caso a uma estação de televisão. A empresa «respondeu» a isto com o despedimento de ambas, sob a alegação de que fora «difamada». A acusação considera, secundada pelo Sindicato do Calçado, que estes despedimentos são «uma retaliação» e que são, por isso, «ilegais».

Nova Aurora condenada

Também de Santa Maria da Feira, a empresa de calçado

Nova Aurora foi condenada, na semana passada, em Tribunal do Trabalho. O processo derivou do facto de um trabalhador daquela empresa ter ficado privado, em Abril de 1999, dos prémios, devido à queixa que fez contra o controlo por cartões magnéticos das idas à casa-de-banho.

O funcionário viu ser-lhe retirado um prémio mensal de 15 mil escudos, altura em que tinha posto em Tribunal um processo-crime, por causa da empresa ter instalado o dito controlo de idas à casa de banho, segundo o Sindicato da Indústria do Calçado, Malas e Afins.

O Tribunal do Trabalho da Feira determinou, na sentença de dia 26 de Setembro, que a empresa terá de restituir ao trabalhador o montante dos prémios retidos, sendo ainda condenada ao pagamento de uma multa de 30 contos ao Estado, por ser considerada litigante de má-fé.

A escada magirus os fariseus e a rosa...

• José Brinquete

1. A Escada Magirus – Em Bragança, muita gente se questiona das vantagens ou desvantagens do actual Governo ter, no seu elenco, um ministro oriundo do Distrito. Estou a falar de Armando Vara, obviamente! Porque o assunto é sério, vale a pena fazer um breve balanço da sua prestação como governante: como secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, destacou-se pelo gesto magnânimo de oferecer uma escada magirus, aos Bombeiros Voluntários da cidade de Bragança; já, como ministro adjunto do Primeiro-Ministro voltou a surpreender tudo e todos ao conseguir, no início deste ano, levar os 12 presidentes de Câmara do Distrito, em «romaria» vulgo «beija mão» a um jantar (meio oficial meio particular) à capital do País, Lisboa; finalmente, aguarda-se com grande expectativa um novo gesto de Armando Vara, agora na qualidade de ministro a sério. Ora, como neste caso se pode verificar, um ministro pode valer muito pouco, até porque a estação central, não é ter um ou mais ministros oriundos de uma determinada região, mas antes saber, que propostas e projectos tem o Governo para o desenvolvimento dessa região.

2. Os Fariseus – O telemóvel toca. Atendo. Do outro lado da linha alguém me diz: você vai ter uma resposta aquele artigo que escreveu sobre o Fórum de TMAD e a responsabilidade da AMTAQD. E continuando afirma: há ali uma coisa que não é justa, você diz que eu faço propaganda à política do Governo/PS, mas eu nem sequer apoio este Governo. Fico muito admirado e pergunto: mas V. Ex.^a não faz parte deste Governo? Resposta imediata: eu estou neste cargo porque sou amigo pessoal do secretário de Estado. A

confusão estabelece-se na minha cabeça e sou de imediato levado a pensar: será que, dentro desta lógica, o secretário de Estado aceitou o cargo por mera solidariedade para com a sua amiga ministra e, esta aceitou ser ministra e, esta aceitou ser ministra por simples amizade com o Primeiro? E, será que o Primeiro-Ministro executa uma política de direita porque é amigo de pessoal de Jardim Gonçalves, o banqueiro que é chefe da Opus Dei? Folheio alguns recortes da Imprensa que vou guardando e leio: «O País conhece a nossa opção preferencial pelos mais» (*Pina Moura*), para quem não conhece, trata-se do ministro das Finanças e da Economia, do Governo PS, que no ano 2000 isentou de impostos a banca e os seguros, em cerca de 440 milhões de contos.

3. A Rosa – Particpei na segunda apresentação pública (recordo que a primeira apresentação pública foi numa outra sessão mediática nos jardins do Palácio de Queluz) do programa POLIS para Bragança, que se realizou, no mês de Agosto, no Auditório da Escola de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Bragança, onde António de Oliveira Guterres com aquela cara de «falso santo», que lhe é muito própria, saiu da mesa da presidência, dirigiu-se ao microfone que estava instalado na tribuna e começou por afirmar «quero do fundo do coração dizer-vos que só estou aqui, interrompendo as minhas férias, porque se trata de Bragança, se fosse uma outra cidade do litoral não o teria feito». Tudo isto aconteceu perto das 10.30 horas da manhã, altura em que já tinha lido o jornal «Público» e através dele tinha tomado conhecimento da notícia que informava que António de Oliveira Guterres e Manuel Durão Barroso tinham participado num almoço de trabalho, no dia anterior, em Lisboa. Naquele momento e perante tanta hipocrisia só me apeteceu gritar bem alto – **Que grande mentiroso!**



«Dia sem carros» em Lisboa

Partido Ecologista analisou a situação ecopolítica

Água e resíduos na agenda de «Os Verdes»

O Orçamento de Estado, a política de transportes e o «Dia sem carros» e a política da água foram alguns dos temas abordados por «Os Verdes» no quadro da análise da situação ecopolítica.

Reunido sábado passado, o Conselho Nacional do Partido Ecologista debateu, de par de diversos problemas nacionais, algumas questões internacionais, com particular relevo para o referendo na Dinamarca, e abordou o Plano de Intervenção para os próximos meses.

A política de resíduos é o primeiro ponto indicado nas conclusões aprovadas por «Os Verdes». Uma «questão-chave nas sociedades actuais com implicações no ambiente, na saúde e na modernização da economia» e que preocupa particularmente os ecologistas, pelo atraso na tomada de medidas concretas, «designadamente quanto ao inventário nacional de resíduos produzidos, à sua deposição controlada, à instalação de aterros e à criação de uma rede nacional de controlo das emissões».

O Dia sem carros é abordado

numa perspectiva da necessidade de «medidas urgentes no sentido de implementar uma política de transportes públicos, que promova e incentive a sua utilização», impondo-se igualmente «uma inversão nas prioridades de investimento» que favoreçam o transporte ferroviário e a criação de condições para a utilização de transportes alternativos.

A política da água é outra das prioridades referidas no documento «como uma questão estratégica para o nosso país que deve envolver todos os sectores da sociedade».

OE para 2001

«O nosso posicionamento depende da apreciação global que fizemos sobre os elementos estruturantes do Orçamento de Estado para 2001, nomea-

damente no que diz respeito às questões sociais e ambientais», sublinha o partido ecologista.

Em termos concretos, «Os Verdes» afirmam que «não haverá acordo possível para a viabilização do OE a troco de propostas pontuais, ou seja, o nosso voto não dependerá apenas da eventual cedência do Governo a questões isoladas».

Assim, «Os Verdes» consideram que «um Orçamento que se pautar por uma lógica mercantilista e que procure obter, parte das receitas, através da alienação do património do Estado, que não promova a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses, que acentue as diferenças salariais relativamente aos restantes cidadãos Europeus, que insista na degradação das pensões, que não promova um desenvolvimento sustentável», não dará razões ao partido ecologista para votar de forma favorável.

Entretanto, «Os Verdes» continuarão a insistir com as suas propostas, «com vista a melhorar a qualidade de vida dos portugueses e em defesa de um desenvolvimento sustentável».



Alfama protesta

Algumas dezenas de pessoas manifestaram-se segunda-feira passada no Largo do Terreiro do Trigo para exigir que sejam resolvidos os muitos problemas ligados ao estado caótico das condições de trânsito e de estacionamento no Bairro de Alfama.

De entre os problemas mais sensíveis contam-se os péssimos percursos de entrada e saída do Bairro, o estacionamento em zonas perigosas do interior do Bairro e ainda a necessidade de reposição de carreiras da Carris.

Fenprof reúne em Lisboa

Reforma curricular em debate

No início deste novo ano escolar é momento de aprofundar problemas e fazer balanço de como está a decorrer o retomar das aulas. Isso mesmo está a ser feito pelos professores, em diversos pontos do País.

Cerca de 120 dirigentes da Fenprof reuniram-se em Lisboa para, durante dois dias, debaterem questões relativas ao sistema educativo e à anunciada reforma curricular dos ensino básico e secundário.

Do debate em torno da reforma curricular ressaltou, como exigência de base, que tal revisão não seja generalizada sem a existência de um período experimental, a avaliação dessa experiência e a introdução de medidas correctoras antes de ser feita qualquer generalização, nomeadamente quanto aos novos programas.

Uma outra questão de fundo, também realçada, foi a necessidade de recursos, quer a nível material e, em particular, de equipamentos como laboratórios e computadores, quer a nível de recursos humanos. Neste plano, a grande exigência vai para a formação inicial e contínua de professores, essenciais à melhoria da qualidade de ensino nas escolas.

A organização dos tempos lectivos, a avaliação, o prolon-

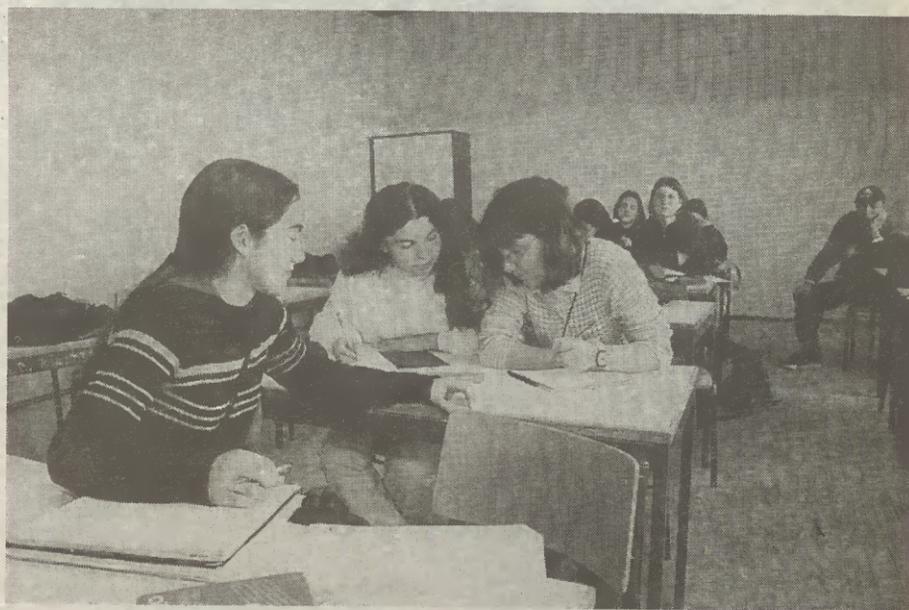
gamento da escolaridade, a necessidade de facilitar a passagem entre cursos gerais e tecnológicos, o ingresso no ensino superior, foram algumas das questões debatidas no encontro.

A CDU/Porto exige a rápida constituição dos Conselhos Locais de Educação

Os participantes na reunião da Fenprof referiram, em particular, a necessidade de igual qualidade e dignidade para os cursos gerais e tecnológicos, que deverão proporcionar igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Nesta perspectiva, torna-se ainda necessário melhorar o ensino tecnológico de modo a torná-lo atractivo para um número necessariamente crescente de alunos.

As ofertas curriculares diversificadas que se perfilam como «currículos alternativos» foram categoricamente rejeitadas por constituírem a admissibilidade de ensino de 1.º e 2.º na escola pública.

Sobre as escolas do 1.º ciclo do ensino básico, foi referida, em particular, a necessidade da transversalidade das áreas curriculares não disciplinares (área projecto, estu-



A reforma curricular exige um período experimental

do acompanhado e formação cívica) e a dispensabilidade da Educação Moral e Religiosa Católica que, mesmo facultativa, deve ter lugar em espaços claramente separados da escola laica.

Propostas CDU para escolas do Porto

«Um olhar crítico sobre os principais problemas com que se deparam os diversos níveis de ensino público na cidade do Porto, nomeadamente naqueles em que a intervenção autárquica mais se faz sentir», foi o conteúdo fundamental de uma confe-

rência de imprensa promovida pela CDU para análise e propostas sobre o início do ano lectivo.

A necessidade de «uma resposta corajosa dos poderes central e local» para a crescente procura de ATLS (Ateliers de Tempos Livres), foi a primeira questão abordada pela CDU/Porto, que defende «a urgente constituição de uma rede pública de tais estabelecimentos», dotados com instalações, recursos humanos e regras de funcionamento dignas.

Os comunistas do Porto referiram ainda a necessidade de plena integração dos diversos Jardins de Infância municipais na correspondente rede pública e reclamaram uma maior responsabilização do ME pelo bom estado de conservação do parque escolar secundário e EB 2,3, «com pleno aproveitamento das respectivas capacidades humanas e infra-estruturais». Alertaram, por outro lado, para o facto de estarem a ser emitidas autorizações de funcionamento a escolas profissionais secundárias privadas «sem meios financeiros suficientes e/ou mecanismos de gestão capazes».

Por último, num «olhar mais profundo pelas escolas

em que o poder local mais se sente tradicional e legalmente envolvido», as escolas públicas de ensino básico do 1.º ciclo, o comunicado de imprensa da CDU/Porto refere, como aspectos negativos, os baixos níveis gerais de investimento na construção, conservação e beneficiação de edifícios escolares, os problemas ligados às acessibilidades, problemas localizados de insegurança, falta generalizada de infra-estruturas escolares complementares, insuficiência de meios financeiros correntes, carências generalizadas em termos de pessoal auxiliar e de animação extracurricular.

De par da chamada de atenção para estes aspectos negativos, a CDU exige a rápida constituição na cidade do Porto dos Conselhos Locais de Educação, previstos na lei «e que se querem amplamente participados» e regista alguns factos positivos, como a crescente cobertura da rede escolar por refeitórios próprios, crescente envolvimento da PSP na segurança das escolas e generalizada sensibilização para os problemas escolares por parte das diversas Juntas de Freguesia da Cidade.

Professores do Centro alertam

O Sindicato de Professores da região centro (SPRC) alertou, em Viseu, para a possibilidade de dezenas de escolas do distrito não poderem garantir aquecimento aos alunos no Inverno por falta de verba. Em causa estão os cortes anunciados pelo Ministério da Educação (ME) sobre os orçamentos que já tinha aprovado.

Assim, e numa primeira fase, o ME aprovou orçamentos que ficam muito aquém das propostas das escolas com reduções variáveis entre os 10% e os 30%.

Agora o Governo veio impor mais um corte de 5% aos orçamentos aprovados.

Mesmo as escolas que são sede de agrupa-

mentos verticais, com o crescimento de encargos que a nova situação comporta, viram as suas propostas de orçamento drasticamente reduzidas.

Paralelamente os colégios privados do distrito continuam a ser pagos com o orçamento de estado «e não sinais de aperto financeiro», denuncia o Sindicato.

Uma situação tanto mais grave quanto afecta as despesas correntes e, como tal, os gastos com aquecimento das escolas que, em dezenas de casos, se situam nas áreas mais frias do país.

O SPRC divulgou uma lista de 63 escolas onde os cortes de cinco por cento significam uma diminuição das verbas disponíveis que vai de 400 a 2000 contos.

Solidariedade com Angola

MDM faz balanço de uma campanha



As crianças de Angola necessitam de urgente solidariedade

De Junho a Dezembro de 1999, decorreu a Campanha de Solidariedade com as crianças e as mulheres angolanas, sob o lema «Abrir o sorriso de uma criança em Angola», promovida pelo MDM.

A campanha destinava-se a recolher livros e material escolar para todos os níveis de ensino, livros infantis, roupas, medicamentos e material escolar. Contou com o apoio e a estreita colaboração da Embaixada de Angola em Portugal e da OMA - Organização das Mulheres Angolanas.

Em hora de balanço, o MDM afirma que «a Campanha ultrapassou as nossas melhores expectativas, quer em termos de apoios obtidos quer quanto ao material recolhido, que se estima em cerca de 100 toneladas».

Durante o primeiro semestre do ano 2000, seis contentores com materiais, cuja recepção e distribuição foi assegurada pela OMA.

A maioria dos medicamentos e brinquedos foi entregue em Novembro de 1999, aquando da deslocação de uma dirigente do MDM a Angola que participou na sua distribuição.

Os muitos apoios registados incluíram a publicação de anúncios gratuitos e artigos e entrevistas em diversos jornais e revistas, rádios e RTP. A Câmara Municipal de Lisboa disponibilizou os seus painéis electrónicos.

A Campanha recebeu apoios do Ministério da Educação e da Direcção-Geral do Ambiente do Centro.

Foram ainda recebidos apoios de três instituições bancárias, diversas empresas farma-

cêuticas, editoras, de material de escritório, sindicatos, ONGs, Câmaras Municipais, várias dezenas de Juntas de Freguesia e escolas.

Foram recebidos materiais e diversos apoios de várias centenas de pessoas que individualmente quiseram prestar a sua solidariedade.

O remanescente da conta de solidariedade (no valor de 560 contos) vai ser enviado para o Hospital Pediátrico de Luanda, através da Liga dos Amigos desse Hospital.

Em nota de imprensa agora divulgada o MDM sublinha que «a Campanha evidenciou que o povo português acarinha a palavra solidariedade o que, nos tempos que correm é, no mínimo, animador, redobra a razão de ser do nosso trabalho e confirma a oportunidade do lançamento desta acção».



Marcha mundial das mulheres

2000

Todos à Marcha

Em véspera da Marcha Nacional contra a pobreza e a violência, que se realiza no próximo sábado, diversas organizações têm vindo a apelar à participação de todos nós.

A JCP e a Organização das Mulheres Comunistas, em encontro com a imprensa, sublinhou a importância da Marcha e a necessidade de dar as mãos «por uma sociedade de justiça social, de desenvolvimento e de progresso para todos».

A Assembleia Municipal do Seixal, reunida a 25 de Setembro, apela a todos os que «se identificam com as ideias da justiça social e da democracia», a todas as mulheres e homens do concelho, que participem na Marcha, «dando um contributo activo para a melhoria das condições de vida da Humanidade».

Na Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal, recorda-se que a ideia de uma Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência foi lançada na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, em 1995.

A Moção refere ainda a constituição, no nosso país, de uma Plataforma Nacional da Marcha, que conta já com a adesão de cerca de 100 organizações.

Razões para a nossa participação são múltiplas. «É urgente um Portugal que contribua para promover uma Europa Social das trabalhadoras e dos trabalhadores, dos cidadãos e das cidadãs; uma Europa que assegure a autonomia de todas as mulheres que vivem no continente europeu através do direito ao trabalho e ao emprego, a um rendimento justo e a uma protecção social digna, assim como a uma participação plena na vida pública, como na esfera privada; um Portugal e uma Europa que se oponham à violência e a todas as formas de discriminação, nomeadamente entre mulheres e homens, de pessoas portadoras de deficiência, minorias étnicas, emigrantes ou em função da orientação sexual; um Portugal e uma Europa que potenciem a construção da Paz», sublinha a Moção.



O Governo e a PAC contra os agricultores

• Lino de Carvalho

Os últimos debates sobre os problemas agrícolas têm-se centrado nas multas que recaem sobre os produtores leiteiros nacionais por terem ousado produzir. É, sem dúvida, uma questão quase de prova de vida para os cerca de 30.000 agricultores que ainda permanecem a produzir leite, depois de cerca de 60.000 terem sido obrigados a abandonar a actividade nos últimos dez anos originando simultaneamente um fenómeno de abandono de muitas zonas rurais e de uma concentração da produção leiteira num número reduzido de explorações.

Os factos são conhecidos. No ano passado, no âmbito da nova reforma da PAC e da Agenda 2000, o Governo português assumiu uma errada posição negocial defendendo que não devia haver aumentos de quotas para ninguém, quando já nessa altura se sabia que Portugal estava prestes a atingir os níveis que lhe estavam atribuídos e quando os restantes países produtores defendiam, pelo contrário, aumentos de quotas específicas para os seus países. O resultado é conhecido: o Governo português beneficiou de um aumento de 1,5% na sua quota, a entrar em vigor em 2005/2006. E a Grécia, Espanha, Itália e Irlanda obtiveram aumentos, respectivamente, de 11,1%, 9,9%, 6% e 2,86% e com efeitos a partir, já, da presente campanha de 2000/2001.

Como já se previa, em relação à campanha de 99/2000 a ultrapassagem da quota nacional implica uma multa de 4,5 milhões de contos para os agricultores portugueses. E para a campanha iniciada em Abril deste ano os produtores que ultrapassaram a respectiva quota individual já estão a ser avisados de que a partir de Outubro vai-lhes ser retido mensalmente pelo comprador metade do valor do leite que entregarem. Para um sector onde a maioria dos agricultores são pequenos produtores, em zonas sem alternativas e para quem o rendimento mensal proveniente da venda do leite é o seu salário a situação pode vir a transformar-se num desastre generalizado no plano social e ambiental com o abandono da produção e das respectivas zonas por mais uns quantos milhares de agricultores.

Entretanto, o Governo, numa postura completamente irresponsável, gere este problema à medida dos seus interesses eleitorais. É que as multas da campanha de 99/2000 afectam, na sua maior parte, os produtores açorianos. Como este ano há eleições regionais nos Açores, o Governo entendeu afirmar, alto e bom som, que quem as vai pagar é o Orçamento de Estado. É evidente que ninguém, em Portugal, pode deixar de estar de acordo com esta súbita

«atitude patriótica», mesmo sabendo-se que os regulamentos comunitários proíbem que os governos assumam as multas. Veremos o que se vai passar depois de Outubro.

Mas é evidente também que este comportamento carregado de hipocrisia do Governo levanta um mundo de interrogações e de contradições: quem vai pagar as multas nas campanhas futuras? Vão ser os produtores! E nos outros sectores da produção agrícola, onde os direitos de produção também podem ser ultrapassados no futuro (caso do tomate ou do girassol, por exemplo)? Quem vai sofrer as consequências das penalizações?

Os produtores, obviamente! O Governo e o ministro da Agricultura são, evidentemente, responsáveis por toda esta trapalhada em que estão a envolver os produtores leiteiros portugueses. E neste caso concreto, e no contexto da PAC, a única solução é a de se exigir que a quota portuguesa seja aumentada com os mesmos argumentos de especificidade que usaram os outros países produtores leiteiros.

Só que a questão central é outra e aí também o Governo se recusa a abrir a respectiva discussão no seio da União Europeia. Que é o de exigir uma alteração estrutural na PAC que garanta o direito a produzir e que não amarre cada país aos seus próprios atrasos. A produção leiteira nacional só representa 1,5% da produção da Comunidade e a produtividade média é 6% inferior. Os produtores foram aliciados para investirem, modernizarem as suas explorações e incrementarem as respectivas produtividades por vaca. E agora são penalizados por isso mesmo! É uma política irracional! E irracional até do ponto de vista de quem defende a necessidade de políticas que visem a defesa do mundo rural e a respectiva presença humana.

Mas noutros sectores, e em resultado da inserção da actividade produtiva agrícola na lógica da globalização capitalista a tendência é a da imposição de novas restrições à produção: no tomate, na beterraba; no arroz, caminha-se no mesmo sentido. Ora, o Governo do PS e, em particular, o ministro da Agricultura convivem mal com as críticas que lhe são dirigidas a propósito das suas manifestas responsabilidades. Por exemplo, em represália pelo facto da CNA criticar a política do Governo para o sector leiteiro o ministro, pura e simplesmente, afastou-a do Grupo de Acompanhamento para a Gestão das Quotas Leiteiras.

Relançar o debate e a luta contra esta PAC e esta política agrícola nacional está, pois, na ordem do dia.

Governo responsabilizado por resultados desastrosos PAC atinge produtores de leite

Os produtores de leite estão a ser fortemente penalizados. Este é o resultado da Política Agrícola Comum e da forma errada como o Governo conduziu o processo negocial da reforma da PAC e da Agenda 2000.

Depois de ter estado em foco em Julho último, por iniciativa da bancada comunista, o tema voltou a concitar as atenções, na semana transacta, em debate de urgência suscitado pelo CDS/PP.

Esta foi sobretudo mais uma oportunidade para pôr em evidência a irracionalidade da política agrícola ditada pela União Europeia e a incapacidade do Governo português para defender os interesses dos nossos agricultores e os interesses nacionais.

A demonstração fê-la o deputado comunista Lino de Carvalho ao recordar os resultados desastrosos para Portugal da estratégia seguida pelo Governo. Enquanto o nosso País teve um aumento de 1,5 por cento na sua quota leiteira -

aumento linear para todos - com efeitos a partir da campanha de 2005/2006, a Grécia, Espanha, Itália e Irlanda obtiveram aumentos, respectivamente, de 11,1 por cento, 9,9 por cento, seis por cento e 2,86 por cento, com efeitos a partir já da campanha de 2000/2001.

A PAC impede que Portugal aumente a sua produção e produtividades para os níveis médios comunitários

Isto foi uma «clara derrota dos interesses portugueses» e não uma vitória como o ministro da Agricultura procurou anunciar, considerou o parlamentar comunista, antes de lembrar que as consequências da inépcia governamental estão agora à vista com as multas que impedem sobre os produtores de leite.

Multas que Lino de Carvalho classificou de completamente absurdas, porquanto, sublinhou, a nossa

produção corresponde somente a 1,5 por cento da produção total da União Europeia, ao passo que a nossa produtividade média é de cerca de seis por cento menos. Ou seja - e esta é a questão de fundo - a PAC impede que Portugal aumente a sua produção e produtividades para os níveis médios comunitários.

E o pior ainda está para vir, uma vez que, foi ainda o deputado do PCP a lembrá-lo, em relação à campanha 2000/2001, iniciada em Abril, os produtores estão já a receber cartas dos compradores (os mesmos que aplicam as multas) informando-os que a partir do segundo trimestre da campanha será retida «uma importância equivalente a 50 por cento do valor do leite que o produtor tem a receber mensalmente».

«Vai ser o desastre total», advertiu Lino de Carvalho, sem deixar de fazer notar, contudo, que esta situação não deixará seguramente de ter pela frente o «legítimo protesto e revolta de quem vive do magro rendimento mensal que recebe pela sua produção».

Incêndios florestais Faltam medidas de prevenção e combate

Os incêndios florestais estiveram em debate no Parlamento. Falou-se, sobretudo, da política de prevenção. O Governo, pela sua parte, tentou invocar a «obra feita». Não convenceu e foi confrontado com fortes críticas de todos os quadrantes da oposição.

Rodeia Machado, em nome da bancada comunista, lembrou por exemplo como em matéria de prevenção muita coisa está por fazer, seja no plano da compartimentação da floresta, sua limpeza e instalação de pontos de água, seja quanto ao seu reordenamento e plantação de espécies resistentes ao fogo.

«Em vez de uma floresta diversificada, o Governo continua a aprovar e apoiar a transferência da monocultura do pinhal para a monocultura do eucalipto», salientou o deputado do PCP, antes de recordar que, simultaneamente, continuam por aprovar «os instrumentos financeiros para florestação ou repovoamento em áreas ardidas».

E só na última década, foi recordado, ocorreram cerca de 230.000 incêndios que destruíram mais de um milhão de hectares. Daí que, na perspectiva da bancada comunista, a aposta deva ser dirigida no sentido de uma política florestal como a que está expressa na Lei de Bases, apoiando financeiramente os pequenos proprietários florestais e incentivando-os para a limpeza atempada e para a construção de aceiros.

Espera-se é que o Governo não demore a concretizar esta política como demorou a regulamentar a Lei de Bases da Política Florestal. Esta foi, aliás, outra das críticas feitas ao Governo por Rodeia Machado, que afirmou não se compreender como uma lei desta importância pôde demorar três anos até que o Executivo decidisse proceder à sua regulamentação e execução dos planos regionais de ordenamento florestal. «Perdeu-se muito tempo e, com isso, perderam-se também muitos hectares de florestas em incêndios», afirmou.

Em matéria de combate aos incêndios, depois de ter sublinhado o «esforço sobre-humano» dos bombeiros voluntários, Rodeia Machado chamou a atenção para a necessidade de uma «articulação de políticas entre ministérios» e para a importância de «criar verdadeiras brigadas de sapadores florestais que colaborem e apoiem os bombeiros no combate a incêndios».

Questão relevante, do ponto de vista do PCP, é igualmente a da formação, área onde é manifesta a insuficiência de verbas, o que tem reflexos quer no insuficiente número de acções neste capítulo quer na sua deficiente cobertura a todo o território nacional.

As críticas de Rodeia Machado não escapou também o CDS/PP, que promoveu este debate de urgência. Verberado foi o facto de os «populares» terem viabilizado o actual orçamento, que previa uma redução das verbas para o combate aos incêndios.

Marcha das Mulheres

A Assembleia da República aprovou um voto de apoio à Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência. No texto, subscrito por deputados de todas as bancadas, à excepção do PSD, o Parlamento manifesta o seu apoio a esta iniciativa, que tem a sua expressão em Portugal, no próximo Sábado, num desfile a decorrer em Lisboa, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores.

Esta Marcha, no entender dos autores do voto, assume a «expressão dos anseios de mulheres de todo o mundo, por um mundo de partilha, de respeito recíproco e de solidariedade entre homens e mulheres». Nos seus considerandos, o voto recorda as «enormes desigualdades existentes entre mulheres e homens», patenteadas nos mais recentes relatórios do Desenvolvimento Humano e do Fundo das Nações Unidas para a População, sublinhando, por outro lado, o facto de essas desigualdades serem «causa de profundo sofrimento», constituírem «verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento» e flagrantemente «atentados aos direitos humanos».

Impostos e direitos

O Parlamento chumbou um pacote de cinco projectos de lei do PSD incidindo sobre matérias relacionadas com impostos, direitos de trabalhadores e apoio às famílias. Dois deles, relacionados com IRS e IRC, subiram a debate de forma extemporânea, já que este é um tema — reforma dos impostos — que estará no centro das atenções no próximo dia 11 em agendamento potestativo do PCP.

Margarida Botelho, em nome da bancada comunista, não deixou no entanto de fazer uma referência ao facto de a proposta do PSD — considerando como custos das empresas para efeitos de IRC as despesas com maternidade e paternidade — representar um incompreensível benefício para as empresas, dado que se trata de despesas que não são suas.

Consideração diferente teve a proposta que visa alargar os direitos dos trabalhadores no que respeita à assistência aos filhos portadores de deficiência. Avaliando-a positivamente, Margarida Botelho observou todavia que tal medida devia ser complementada com a inclusão de um artigo que aponte claramente para a transferência de verbas do próximo Orçamento do Estado para a segurança social. «Sob pena — alertou — de continuarmos a aumentar-lhe as despesas, sem o compensar devidamente, fragilizando-o.»

Problemas no ensino à espera de resposta

A Assembleia da República rejeitou, faz hoje oito dias, um projecto de resolução sobre política educativa subscrito pelo PS. Unânime, entre todos os partidos da oposição — que votaram contra —, foi a consideração de que o documento apresentado pela bancada socialista não acrescentava nada de novo.

A própria intervenção do recém-nomeado ministro da Educação, Augusto Santos Silva, nada adiantou ao que o Ministério por si tutelado tem tornado público. De tal maneira que a deputada comunista Luísa Mesquita considerou mesmo que este agendamento potestativo sobre política educativa marcado pelo PS constituiu em si mesmo «a prova inequívoca da ausência de medidas políticas eficazes e atempadas para responder às necessidades de Portugal em matéria de Educação».

Esta foi, aliás, a tónica da intervenção da parlamentar do PCP, para quem o Governo se esgotou «em grupos de trabalho, comissões de avaliação, grupos de missão, diagnósticos e pareceres», esquecendo, ao longo de cinco anos de governação, «que era preciso agir».

Por outras palavras, no entender do PCP, as «mais importantes e urgentes questões da educação», essas, continuam por resolver. Isso mesmo foi demonstrado ao longo do debate. Desde logo, por exem-

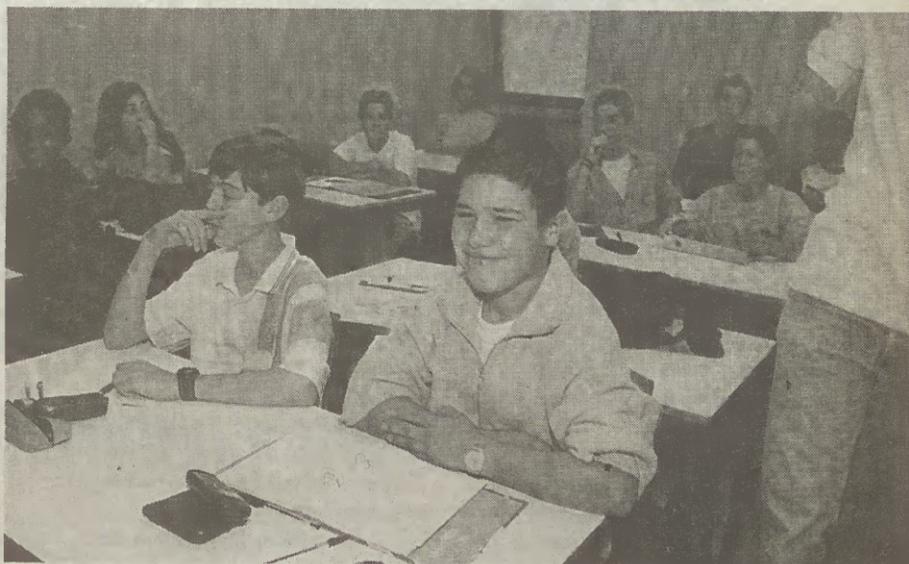
plo, no que se refere ao ensino pré-escolar. «O que o País quer saber é por que não cumpre o Governo do PS a Lei-Quadro do

O Governo não assume as suas responsabilidades financeiras relativamente ao ensino superior público

ensino pré-escolar e a sua regulamentação, garantindo a gratuitidade da componente educativa para todas as crianças, independentemente dos rendimentos das famílias», sublinhou Luísa Mesquita. E lembrou a propósito do facto de na Área Metropolitana de Lisboa os jardins de infância da rede pública terem registado no início do ano lectivo um significativo número de crianças em lista de espera que, em muitos casos, ultrapassou em 30 por cento a 200 por cento o número de vagas disponível.

Alijar responsabilidades

Elucidativo é também o que se passa quanto à regulamentação de mais uma Lei-Quadro do Ensino Superior. Ao invés do papel «atento, empenhado e fiscalizador» que o Governo diz assumir nesta matéria, o que o País quer saber, como assina-



Mais de oito mil escolas do 1.º ciclo precisam de reforma

lou a deputada comunista, é por que razão o Executivo ainda não regulamentou o fundamental da Lei-Quadro aprovada em 1997, já lá vão três anos. Como quer saber por que é que o Governo «só teve tempo para regulamentar as propinas e indexá-las ao salário mínimo nacional» e por que é que «não assume as suas responsabilidades financeiras relativamente ao ensino superior público».

À atenção de Luísa Mesquita não passou também a questão da abertura do ano lectivo. Trata-se, em sua opinião, de mais um exemplo que atesta bem o estado da educação, que o PS «parece não conhecer». Os números por si referidos, com base em informações de estruturas sindicais, professores e associações de pais, constituem um verdadeiro libelo acusatório. Dois casos concre-

tos: 8.400 escolas do 1.º ciclo carecem de reforma, o mesmo sucedendo a número calculado entre 600 e 700 dos 2.º e 3.º ciclos; quanto aos professores, cerca de 30 mil ficaram no desemprego, mais de metade dos quais são licenciados e profissionalizados.

Apostar na escola pública

O funcionamento das escolas foi outro dos aspectos para o qual Luísa Mesquita chamou a atenção dos deputados. Definindo a situação como pouco «tranquilizadora», acusou o Governo de «difícultar a melhoria da qualidade do sistema» e de «reduzir os custos com a educação». Fundamentando, exemplificou com a diminuição do

«crédito de horas a que as escolas têm direito para se organizarem pedagogicamente, reduzindo o número de horas para os complementos curriculares, para atender os pais, para realizar reuniões do ensino pedagógico, para programar as actividades lectivas».

Dá que, para o PCP — e estas foram algumas das linhas referenciadas por Luísa Mesquita como determinantes para uma alteração na política de educação — seja imperativa a «aposta clara na escola pública», a par de uma «efectiva democratização ao acesso e sucessos educativos», bem como de uma «verdadeira autonomia e mais participação que promova a transformação e modernização do sistema educativo e um sistema não governamentalizado».

Opções do Governo agravam problemas

Transportes sem qualidade

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de privilegiar uma política de incentivo ao transporte individual em detrimento de uma política de desenvolvimento dos transportes públicos. O resultado de uma tal opção, lembrou Joaquim Matias, que interveio em nome da bancada comunista, está na invasão dos espaços urbanos pelos automóveis, «degradando até ao limite do insuportável a qualidade de vida das populações».

Não menos grave é igualmente o facto de, em consequência desta política, serem as classes mais desfavorecidas as mais prejudicadas. Relatadas pelo deputado do PCP foram as péssimas condições de conforto a que estão sujeitos os utentes dos transportes, obrigados na deslocação pendular casa/trabalho a terem de proceder, em muitos casos, a quatro e cinco transferências, geralmente mal coordenadas, por viagem. E lembrado foi mesmo que há quem gaste quatro horas por dia e ainda mais nas deslocações diárias.

Ou seja, transportes públicos caros e, simultaneamente, desajustados.

Uma realidade em tudo diferente da apregoada pelo PS no seu programa de governo, como referiu Joaquim Matias no decorrer deste debate suscitado pelo Partido Ecológico «Os Verdes», preconizando em projecto de resolução uma estratégia de promoção do transporte público.

Evidenciado pelo deputado comunista foi concretamente a associação íntima que existe entre a degradação dos serviços de transportes públicos e o processo de privatização ou desmantelamento de algumas empresas do sector. Certamente «chorudos negócios» para alguns, sublinhou, mas um desfecho infortunoso para a generalidade dos utentes. A supressão de carreiras consideradas «não rentáveis» na óptica das empresas (foram dados inúmeros exemplos da Rodoviária de Lisboa e Transportes a Sul do Tejo) constitui uma das práticas das empresas entretanto privatizadas, segun-

do Joaquim Matias, que condenou igualmente o facto de a renovação das frotas dessas empresas ser feita essencialmente com carros em segunda mão adquiridos na Alemanha e na Holanda onde já atingiram o fim do seu ciclo de vida.

E como se não bastasse, acrescentou, em muitas carreiras deixaram pura e simplesmente de aceitar o passe intermodal como título de transporte, passando a título próprio, embora continuem a exigir e a receber — no que é um autêntico escândalo — uma percentagem de receitas do passe que ascende a muitas centenas de milhares de contos.

Enquanto isto, noutro plano, as empresas públicas não conseguem contratualizar com o Governo indemnizações compensatórias que assegurem os níveis mínimos de prestação de serviço público. Como não investem convenientemente na renovação da frota, ao mesmo tempo que o material circulante se degrada a olhos vistos. «Há percursos ferroviá-

rios e fluviais que levam hoje o mesmo tempo e por vezes mais, de há 50 anos, com máquinas a carvão»,

disse Joaquim Matias, para quem esta é «uma política contrária ao desenvolvimento dos transportes públicos»

As propostas do PCP

Uma política que aposte nos transportes públicos implica adoptar medidas que visem melhorar o sistema de transportes colectivos, tornando-o mais atractivo e competitivo relativamente ao transporte individual. Trata-se, em síntese, de assegurar ligações eficazes e rápidas, em boas condições de conforto, com regular frequência e com um sistema tarifário justo.

Foram algumas dessas medidas, preconizadas pelo PCP, que o deputado Joaquim Matias enumerou, destacando, desde logo, a criação de Autoridades Metropolitanas de Transportes, com autonomia financeira e poderes efectivos no planeamento do sistema e nas opções de investimento.

A criação de um banco de dados sempre actualizado com matriz origem/destino constitui outra das medidas propostas pela bancada comunista, que defende simultaneamente a cessação dos desmembramentos e privatizações das empresas e actividades do sector dos transportes e a promoção do saneamento financeiro das empresas públicas.

A complementaridade entre os diversos modelos de transporte ferroviário, fluvial e rodoviário deve igualmente ser assegurada, na perspectiva dos comunistas, que advogam, por outro lado, o desenvolvimento dos interfaces multimodais, a revisão do sistema tarifário e, por último, o alargamento do passe social intermodal a toda a região de Lisboa e criação de um passe idêntico na Área Metropolitana do Porto.

Ano novo, tudo igual!

• Sandra Pimenta

As portas de um novo milénio os estudantes portugueses esperam muito da educação e daqueles que por ela são responsáveis.

«A presidência portuguesa da União Europeia teve o benefício de colocar a educação na 1.ª linha e de começar a construir a casa pela base.» Quem o afirma é Vivianne Reding, comissária europeia da educação. Mas será que está a par do trabalho desenvolvido em Portugal? Senão vejamos:

o ano lectivo 1999/2000 ficou decididamente marcado pelas anunciadas propostas de revisão curricular para o ensino básico, secundário e superior. Investir na qualidade, na descentralização, na autonomia e na valorização da profissão docente são os objectivos do Governo de Guterres na área da educação para o ano lectivo

continuação do plano de expansão da educação pré-escolar como factor decisivo de uma escolaridade bem sucedida, de igualdade de oportunidades e na valorização do ensino básico de qualidade para todos, parece ter falhado em toda a linha. Os últimos resultados da famosa política de valorização do ensino básico falam por si. É o corte do financiamento para o leite escolar, são os elevados preços dos livros escolares, são as inúmeras escolas que fecham por falta de estruturas e professores. Segue-se o ensino secundário que, há já muitos anos, reclama por uma intervenção urgente. Foram apresentadas propostas para alterar a actual situação. Acontece que alguns aspectos dessas propostas careciam (e carecem!) de detalhados esclarecimentos, outros causaram polémica por pretenderam inovar onde

a inovação não era bem vinda, ou, pelo menos, considerada necessária. A ideia que prevalece, mesmo depois de muitas explicações, é a de que a confusão está instalada e predomina a escassez de informação clara e inequívoca, entre os principais interessados — os estudantes. Em termos de novidades, este ano vamos finalmente poder contar com o acesso à educação sexual nas escolas. De uma forma «transversal», diz o Ministério da Educação.

Candidatos ao desemprego

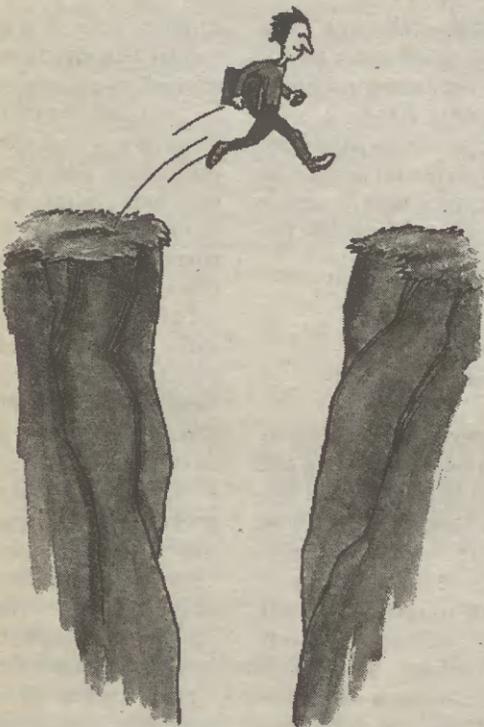
Os relatórios internacionais sobre a situação do ensino em Portugal são bem claros. Continuamos a ser um

país de «teóricos diplomados» candidatos ao desemprego. A verdade é que os estudantes portugueses continuam a não estar aptos para enfrentar a vida activa, não possuem mais-valias que os creditem junto do mercado de trabalho. Há que pensar o porquê desta situação. Das duas uma, ou o ensino básico e secundário não ensina aquilo que deve ou aquilo que ensina está desajustado das realidades actuais.

Por fim, a grave situação em que se encontram os professores em Portugal. Este ano, cerca de 20 mil professores não conseguiram colocação, apesar de todas as medidas e objectivos traçados pelo governo para o início deste ano lectivo. Guterres considera esta situação como uma consequência necessária de «um novo ciclo da vida política».

Os professores, os mesmos que tem pela frente um ano de desemprego, preferem chamar-lhe «um ciclo de instabilidade educativa». Palavras para quê?

Uma mudança é precisa. Faça-se a mudança, dê-se conteúdo à «paixão», aumente-se as verbas a aplicar na educação, melhore-se substancialmente as condições de trabalho nas escolas, aposte-se numa intensa mas actualizada formação dos professores, e, sobretudo, reveja-se o que é preciso ensinar!



que agora começou. Mais crianças e jovens no sistema educativo constitui, para o executivo socialista, o desafio dos próximos anos.

No que respeita aos professores, tenciona dar particular importância às medidas relativas à estabilização do corpo docente nas escolas, assim como, acelerar os processos de concursos de recrutamento e selecção que facilitem a estabilidade das equipas educativas nas próprias escolas.

Para o ensino superior, a aposta vai no sentido do seu desenvolvimento e consolidação. Desta forma, a concretização de maior igualdade de oportunidades, de modo a que haja ensino superior para o maior numero de alunos e nas melhores condições, é condição fundamental.

Teoria e prática

Todas estas teorias e ideias seriam muito bonitas se não houvesse uma prática que comprova que o trabalho já desenvolvido anteriormente não abona muito em favor destes novos objectivos. A política de educação do governo socialista é elitista e desadequada e é contrária às necessidades dos estudantes, que não foram tidos nem achados em questões fundamentais. A revisão curricular é disso um bom exemplo. O ensino pré-escolar e básico continua a ser muito mal tratado. A aposta na

Referendo na Dinamarca põe em causa o modelo federalista europeu

Sério alerta

A Dinamarca rejeitou em referendo a entrada na zona euro. No sufrágio realizado quinta-feira da passada semana, o Não obteve 53,1 por cento das votos contra e 46,9 por cento para o Sim.

O dia caracterizou-se por uma forte afluência às urnas, cerca de 86 por cento dos mais de quatro milhões de eleitores, tendo-se formado enormes filas junto das assembleias de voto.

Apesar das consequências deste resultado terem sido minimizadas ao nível da União Europeia, com o comportamento da moeda única nos mercados a não sofrer grandes alterações, a verdade é que o Não dinamarquês poderá influenciar no mesmo sentido os referendos sobre o Euro previstos para o Reino Unido e da Suécia.

Para o PCP, o desfecho deste referendo significa «a reafirmação da vontade de uma maioria de dinamarqueses em defender a sua moeda, a coroa, a sua soberania sobre a política monetária».

Em comunicado distribuído à imprensa, os comunistas recordam que (à excepção do Partido Popular Socialista que integra o Grupo Unitário de Esquerda), os maiores partidos as organizações patronais e sindicais fizeram a campanha pelo Sim, registando-se mesmo «pressões e ingerências de instituições e responsáveis da União Europeia».

Por isso, a vitória do Não «significa uma clara rejeição do actual rumo da União Europeia, desenvolvido à margem da opinião e participação democráticas dos cidadãos dos

países da União Europeia», entende o PCP.

Lições a retirar

Mas se este resultado explica «as razões porque outros governos se recusam a fazer a consulta popular sobre o assunto», por outro lado representa igualmente «um sério alerta para o prosseguimento de um processo de integração federal, de acentuação de uma Europa bloco político-militar, incapaz de responder aos anseios de paz e progresso dos trabalhado-

res e populações dos países da União Europeia».

Neste sentido, os comunistas portugueses consideram que o referendo dinamarquês «deve ter consequências nas conclusões da Conferência Intergovernamental, a realizar em Nice em Dezembro, onde alguns procuram concretizar graves alterações institucionais que põem em causa a capacidade de intervenção e decisão nos órgãos comunitários dos pequenos países, como Portugal. Deve obrigar o Conselho da União Europeia a reflectir sobre as políticas seguidas e dar outra atenção aos problemas sociais europeus, pobreza e exclusão social, desemprego e precariedade do trabalho».

«Não» ganha força

Apenas 15 por cento dos alemães têm confiança absoluta no Euro, de acordo com uma sondagem realizada na passada semana pelo diário alemão «Bild». No inquérito que abrangeu um universo de 1100 pessoas, 51 por cento dos inquiridos afirmaram ter uma «confiança limitada» na moeda única enquanto 33 por cento das pessoas afirmaram nunca ter tido qualquer confiança na divisa europeia. Também no Reino Unido 70 por cento dos britânicos estão contra adesão ao euro segundo os resultados de uma sondagem publicada na segunda-feira pelo diário *The Sun*. Apenas 22 por cento das pessoas questionadas se dizem favoráveis à moeda europeia e 63 por cento convictos de que o euro não foi um êxito nos 11 países onde foi adoptado. Cerca de um britânico em cada dois (46 por cento) pensa mesmo que a Grã-Bretanha devia sair da União Europeia, contra 43 por cento que expressam a opinião oposta.

Na Suécia, o Não à moeda única atingiu um nível recorde atingindo 42 por cento das opiniões recolhidas contra 31 por cento de partidários do Sim.



Os protestos contra o aumento dos combustíveis continuam

Transportadores em luta Fronteiras bloqueadas

Uma greve de três dias iniciada na segunda-feira pelos camionistas espanhóis bloqueou as principais fronteiras com França, nomeadamente a de Irun no País Basco (Oeste) e a de Junquera (Leste). Os grevistas prometem prosseguir indefinidamente o protesto se o governo não baixar o preço dos combustíveis.

Noutros países da UE verificaram-se igualmente movimentações de camionistas, destacando-se o bloqueio na noite de domingo para segunda-feira, dos acessos ao Luxemburgo, onde os ministros dos Transportes dos

Quinze se reuniram para discutir a questão da redução do horário de trabalho no sector.

A presidência francesa comprometeu-se a chegar a um acordo sobre uma directiva europeia sobre esta matéria, tendo o ministro dos Transportes francês, Jean-Claude Gayssot, assumido um compromisso nesse sentido durante um encontro com representantes dos camionistas.

Após o encontro, a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (FETT) ameaçou radicalizar a sua acção se os Quinze não chegassem a acordo para uma

directiva sobre o tempo de trabalho dos camionistas.

Concretamente pretendem que a legislação europeia sobre o tempo de trabalho seja aplicada tanto aos assalariados como aos transportadores independentes, mas vários países europeus não estão de acordo, caso do Reino Unido, Alemanha, Holanda, Itália, Finlândia, Áustria e Espanha.

Paralelamente à questão do tempo de trabalho, os transportadores prosseguem as suas acções contra o aumento dos preços do combustível. Na Grécia, os camionistas declararam uma greve ilimitada.

Sigilo profissional

Os ministros da Economia e Finanças dos Quinze chegaram a um acordo político sobre a obrigatoriedade de certas profissões, como a advocacia e contabilidade, passarem a denunciar operações suspeitas de relações com o branqueamento de capitais. Portugal, que era um dos Estados-membros que mais à revisão da directiva sobre prevenção de utilização do sistema financeiro para fins de lavagem de dinheiro, acabou por aceitar a proposta de compromisso da presidência francesa da União Europeia. O texto prevê que os advogados que prestem «assistência em termos de planeamento e execução de acções» sejam obrigados a informar as autoridades sobre actividades que julguem ser ilícitas e abandona a formulação anterior que incluía a sua actividade de «consultoria jurídica». A obrigatoriedade de assinalar operações suspeitas, que até agora se aplicava apenas a instituições financeiras e estabelecimentos de crédito, é extensiva às actividades de assistência em operações financeiras, imobiliárias ou económicas, excluindo as actividades de aconselhamento jurídico que continuará a ser coberto pelo segredo profissional.

Agência Alimentar

Centro de um ano, os consumidores portugueses passarão a contar com uma Agência de Segurança e Qualidade Alimentar. Esta nova entidade irá centralizar os serviços de fiscalização que actualmente se encontram dispersos e integrará um conselho científico independente que analisará os riscos das produções. Para já, a comissão instaladora irá trabalhar na elaboração de medidas para tornar a agência operacional.

Livre circulação

A partir do próximo Verão os romenos deixam de precisar de visto para viajar para os países membros da União Europeia. A decisão foi tomada pelos dos ministros do Interior e da Justiça dos Quinze, que se comprometeram a garantir a livre circulação entre a UE e aquele país até 1 de Maio de 2001. Os romenos ficam obrigados a criar condições que garantam a autenticidade dos passaportes e a reforçar o controlo fronteiriço para combater a imigração clandestina.



Impossibilitados de pescar, muitas famílias de pescadores de Sesimbra já estão a passar dificuldades

Acordo com Marrocos Pescadores amarrados

Depois do fracasso das negociações com Marrocos na passada semana, o ministro português da Agricultura já promete novos apoios para o sector.

Apesar de considerar que se trata de um «cenário hipotético» e que há ainda a possibilidade de ser alcançado um «acordo positivo para Portugal», o ministro Capoulas Santos procurou acalmar os pescadores e armadores paralisados há 10 meses garantindo-lhes que vão continuar a receber ajudas comunitárias e que serão disponibilizados apoios para a reconversão da frota, caso não sejam concluídas com êxito as negociações para um novo convénio.

Menos optimista manifestou-se, na segunda-feira, o comissário responsável pelas Pescas, Franz Fischler, no final de um encontro realizado com os ministros português e espanhol do sector e representantes dos armadores dos dois países, para informar sobre o resultado das negociações entre Bruxelas e Rabat.

Na sexta-feira, técnicos comunitários e marroquinos deram por encerrada a reunião sem que fossem negoci-

adas as quantidades de captura a que os pescadores comunitários, sobretudo portugueses e espanhóis, teriam direito em águas marroquinas.

Como contrapartida para reabrir as suas águas aos barcos dos Quinze, Marrocos insistiu, sobretudo, na «nova forma de cooperação» com a UE, nomeadamente, nas ajudas à modernização das infra-estruturas pesqueiras e da frota marroquina.

A Comissão Europeia tem reiterado a sua firma intenção de abandonar o conceito tradicional de acordo de pescas, baseado na troca de «peixe por dinheiro», e propõe uma nova fórmula de cooperação entre as duas partes. A melhoria das instalações portuárias marroquinas, a modernização da frota desse país e a implementação da projectos de formação e assistência técnica e científica são algumas das medidas propostas por Bruxelas. O executivo comunitário também defende a criação de empresas mistas entre armadores marroquinos e comunitários.

Contudo, segundo Franz Fischler, Marrocos não deu qualquer resposta às propostas comunitárias, nem apresentou ideias concretas relativamente ao desenvolvimento do seu próprio sector. No actual impasse negocial, o comissário europeu reconheceu que «é evidente que estamos perante a possibilidade de não haver acordo».

Passar à acção

Desilusão é o sentimento dos armadores que viajaram com Capoulas Santos até Bruxelas. Em declarações citadas pela Agência Lusa, António Louro, presidente da Associação de Armadores de Pesca de Incidência Artesanal (AAPIA) de Sesimbra, advertiu que «toda a comunidade piscatória de Sesimbra está a passar por uma situação de crise». Uma «crise» que é até de subsistência, já que, explicou, os 134 contos de apoio dados mensalmente pelo Governo «não chegam

para nada» e há mesmo famílias em dificuldades.

Quanto à possibilidade de reconversão da frota em caso de não obtenção de um acordo, António Louro foi peremptório: «Não tem hipótese nenhuma» porque Portugal não dispõe de «capacidade de transformação de pescado».

Noutro tom foram as declarações de António Teixeira, da Associação dos Armadores da Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio (AAPABA), avisando que os pescadores algarvios «não vão aguentar muito mais tempo» a calma que têm mantido até aqui e que irão «passar à acção».

Os barcos portugueses e espanhóis deixaram de pescar em águas marroquinas em 1 de Dezembro de 1999, quando terminou o último acordo. Pescadores e armadores dos dois países ibéricos recebem, desde essa altura, subsídios nacionais e comunitários pela paragem da sua actividade. Espanha tinha cerca de 400 barcos a pescar em águas marroquinas contra cerca de 30 embarcações portuguesas.

O Comissário Europeu admite a possibilidade de não haver acordo

Rever as quotas leiteiras

A Confederação Nacional da Agricultura exigiu que as quotas estabelecidas para a produção de leite sejam revistas pela Comissão Europeia, defendendo ainda um regime de excepção para a Madeira e Açores.

Esta posição foi comunicada no final da passada semana, em Bruxelas, no gabinete do comissário responsável pela Agricultura, Franz Fischler, onde entregaram uma série de propostas de resolução sobre questões relativas à reforma das Organizações Comuns de Mercado (OCM) de frutas e hortícolas e do arroz. No rol de queixas, constam ainda as quotas leiteiras e a possível extinção dos apoios às raças autóctones.

Para Roberto Mileu, da CNA, citado pela Agência Lusa, o processo das quotas leiteiras começou mal, dado que o Governo português não

«lutou» por um valor mais elevado, sem ter em conta o peso desta actividade na economia nacional, em especial, nas duas regiões autónomas. «Esta matéria tem que ser renegociada, em especial, no que respeita às ilhas, que devem ser reconhecidas como uma região ultraperiférica», afirmou o dirigente da CNA.

Relativamente às raças autóctones, a eventual extinção nos apoios leva os responsáveis da CNA a definir a situação como «uma ameaça bastante grande» às espécies, com repercussões a nível económico, social e ambiental. «Trata-se da sobrevivência de 30 mil famílias, da manutenção da espécie e da própria comercialização», explicou. Em matéria das propostas de OCM, a CNA rejeita liminarmente a inclusão do arroz nos cereais - o que «levará a uma perda de produção» -, bem

como a redução das ajudas à produção, de que é exemplo o tomate.

Ameaças a Portugal

Entretanto, a Comissão Europeia já ameaçou com um processo de infracção contra Portugal se o governo pagar as multas dos produtores portugueses de leite que ultrapassaram a quota estabelecida.

O porta-voz do Comissário da Agricultura disse ainda que o executivo comunitário não vê «qualquer possibilidade de aumento de quota porque senão outros Estados-membros também iriam pedir o mesmo». Gregor Kreuzhuber confirmou haver negociações para «tentar encontrar uma solução para os problemas estruturais existentes no Açores», mas não vê «qualquer solução

para a questão das quotas leiteiras».

A Comissão Europeia acaba de apresentar no Comité de Gestão do Leite e Lactícínios os números referentes à campanha de produção de leite 1999/2000, segundo os quais os produtores portugueses vão ter de pagar uma multa de cerca de 4,5 milhões de contos por terem ultrapassado a quota nacional estabelecida.

A proposta apresentado pelo ministro português vai no sentido de obter o regime de excepção para os Açores, com base na sua situação de região ultraperiférica, o que permitiria retirar da quota nacional a quantidade de leite equivalente ao consumo das ilhas, ou seja, 74 mil toneladas, medida que já foi aplicada às regiões ultramarinas francesas em circunstâncias semelhantes.

Jornadas da Esquerda Unitária

Deputados de Portugal, Suécia, Itália, Grécia, Finlândia, França, Espanha, Dinamarca e Alemanha reuniram-se na cidade francesa de Toulouse, onde se realizaram as jornadas parlamentares do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

Nos debates transpareceu a preocupação comum de dar expressão às aspirações dos cidadãos de modo a imprimir um conteúdo antiliberal às orientações europeias. Parte dos trabalhos contaram com a participação da ministra francesa da Juventude e Desportos, Marie-George Buffet, e do seu colega dos Transportes, Jean-Claude Gaysot.

Os deputados assinalaram a crise profunda de confiança dos cidadãos em relação à Europa e sublinharam a necessidade tomar medidas para democratizar as instituições comunitárias dando mais peso à intervenção dos trabalhadores nas grandes opções políticas. Mas como frisou o presidente do Grupo, Francis Wurtz, «as transformações democráticas não emanarão das instituições ou dos estados membros, mas antes das sociedades e dos povos».

As jornadas manifestaram ainda decepção sobre o projecto de Carta dos Direitos dos Fundamentais, considerando que o texto tem um carácter regressivo em relação a numerosos direitos já consagrados em várias constituições nacionais.

Haider elogia nazis

O líder da extrema-direita austríaca voltou a elogiar os veteranos dos exércitos hitlerianos, que se reuniram no passado domingo, na Montanha de Ulriksberg, no estado federado de Caríntia. Jörg Haider disse que «não podemos permitir que a história dos nossos pais e dos nossos avós seja transformada num álbum de criminosos». Sem nunca se referir aos milhões de vítimas do nazismo, o dirigente do Partido Liberal Austríaco (FPÖ) falava para uma assistência de perto de dois milhares de pessoas, entre ex-militares nazis e membros de organizações neonazis vindos de países como a Itália, Bélgica, França e Alemanha.



Mobilizados para a Marcha

Coube a Graciete Cruz, da Comissão Executiva da CGTP, apresentar a moção sobre a **Marcha Mundial contra a Pobreza e Violência**. Esta moção, aprovada por unanimidade no plenário de sindicatos, confirma o compromisso da central, assumido no seu nono Congresso, de Dezembro do ano passado, de «solidarizar-se e empenhar-se na realização da Marcha Mundial, convicta de que esta constituiria uma iniciativa justa, oportuna e de inevitável impacto junto da opinião pública». Para além da análise mundial – em que se constata que «70% dos que vivem

em situação de pobreza absoluta» são mulheres – o texto aprovado faz referências à realidade nacional no mundo do trabalho. «As discriminações no trabalho afectam trabalhadores jovens e menos jovens, deficientes, activistas sindicais, imigrantes, minorias étnicas e outras camadas de trabalhadores, mas, sobretudo, mulheres, considerando o seu peso crescente na actividade económica e a diversidade dos indicadores da discriminação de que são alvo», denuncia a central sindical. Como solução, a Intersindical aponta a adopção de medidas concretas ao nível

dos salários e pensões, da fiscalidade, do combate à exclusão, da formação profissional e da reabilitação e inserção de grupos desfavorecidos. O plenário de sindicatos aderiu entusiasticamente ao apelo feito por Graciete Cruz e a União de Sindicatos de Aveiro, na pessoa de Joaquim Almeida, confirmou a sua presença na iniciativa, a ter lugar em Lisboa no próximo sábado, com a deslocação de dez autocarros com trabalhadores da região. Além da marcha portuguesa, terá lugar a marcha europeia, em Bruxelas no dia 14 de Outubro, e a mundial, no dia 17, em Nova Iorque.

Presentes e mensagens

O jantar no Centro de Férias do Inatel reuniu sábado à noite mais de um milhar de convivas, sobretudo, sindicalistas no activo. Mas compareceram muitas dezenas de convidados.

Entre muitos outros camaradas, alguns dos quais também têm cargos de direcção no PCP, estiveram na festa António Abreu, Domingos Abrantes, João Amaral, Octávio Teixeira, Ilda Figueiredo, Jerónimo de Sousa, José Vitoriano. Além da direcção da AM de Almada, estiveram também Carlos Sousa (de Palmela) e Pedro Canário (Barreiro).

Lugar de destaque foi dado a altas figuras do Estado, como o Provedor de Justiça, o Inspector-Geral do Trabalho, o presidente do CES. Entre os «vips» sentaram-se também dirigentes da Academia Almadaense e da Voz do Operário, o presidente da Associação 25 de Abril, representantes da Intervenção Democrática, da LOC e da Pastoral Operária.

Impedidos de ali estar, enviaram calorosas mensagens, entre outros, José Saramago, Vitorino, José Manuel Mendes, Carlos do Carmo. E, como acontece numa festa de anos que se preza, também houve ofertas à aniversariante. Carlos Alberto Moniz e Manuel Freire disponibilizaram-se publicamente e gratuitamente para um espectáculo a promover pela Inter.

modernização da sociedade portuguesa.»
Jorge Sampaio
Presidente da República

Servir com firmeza

«Quando aceitamos ser dirigentes sindicais, temos que o fazer para servir os trabalhadores, não para nos servirmos, temos que estar junto dos trabalhadores, saber ouvir e aprender com eles, não podemos andar aqui como se soubéssemos mais do que todos. Mas com o patronato não é assim: temos que ser firmes, com a força que nos dão os trabalhadores. (...) Temos momentos mais fortes, temos momentos piores, mas isso não pode ser motivo de desânimo. (...) Hoje há mais problemas,



O maior presente foi oferecido pelos trabalhadores da CGTP

há maior injustiça, por isso precisamos de mais dirigentes sindicais e de dirigentes com mais formação.»
Manuela Medeiros
Antiga dirigente da CGTP-IN

Trabalho e frutos

«Nestes 30 anos de existência da Central, quantos benefícios resultaram da sua acção em prol da vida e das aspirações mais legítimas dos trabalhadores portugueses. Muito do que nós temos hoje no domínio dos direitos e da sua protecção, das garantias políticas e sociais, apesar das complexas alterações ocorridas no mundo do trabalho, nos últimos tempos, é fruto da intervenção da CGTP, da abnegada generosidade e sacrifício de quadros e técnicos sindicais

e, por que não reconhecê-lo?, das suas famílias, que fizeram e continuam a fazer existir esta indispensável organização social, reconhecida como sendo um pilar da democracia em Portugal.»
Emídio Martins
Antigo dirigente da CGTP-IN

Herança e orgulho

«A CGTP é a legítima herdeira das virtudes e dos erros do passado sindical, cujo balanço é francamente positivo e de cujo património se devem orgulhar os trabalhadores, como que, no fundo de uma mina, a 300 metros do solo, à pergunta de que sindicato era, me respondeu "sou da Intersindical". (...) Este poder que adormece eleitos e eleitores, que

Razões firmes de 30 anos com os trabalhadores

CGTP faz a festa pronta para o combate

No passado sábado, as comemorações do 30.º aniversário da CGTP tiveram o seu ponto alto, com a realização de um plenário nacional de sindicatos e uma sessão solene, em que participaram centenas de sindicalistas de todo o País, antigos dirigentes, trabalhadores das estruturas sindicais, personalidades da vida social e política e o Presidente da República.

Tal como sucede em momentos com especial significado, o plenário foi convocado para um sábado, de forma a permitir uma maior disponibilidade dos participantes. Vindos dos diferentes distritos e das regiões autónomas, antigos e actuais sindicalistas encheram o auditório da Academia Almadaense e foram recebidos com uma saudação entusiástica da presidente da Câmara Municipal, Emília Sousa.

Como habitualmente, Luís Garra, presidente da Mesa, abriu os trabalhos colocando à votação a proposta de que os sindicatos não filiados participassem no plenário com plenos direitos; como habitualmente, foi aprovada. Mas este não foi um plenário «como habitualmente».

Havia quem se apresentasse, como não é habitual, de fato e gravata. Os cumprimentos eram mais efusivos, os abraços mais ruidosos, os rostos mais festivos.

O primeiro ponto da ordem de trabalhos também saiu da rotina: à tribuna subiram quatro antigos dirigentes da central, que falaram sobre a sua experiência de décadas de empenho e dedicação à causa dos trabalhadores e sobre a forma como, no mundo de hoje, continuam a ver na CGTP a sua central e no sindicalismo «de classe, unitário, independente,

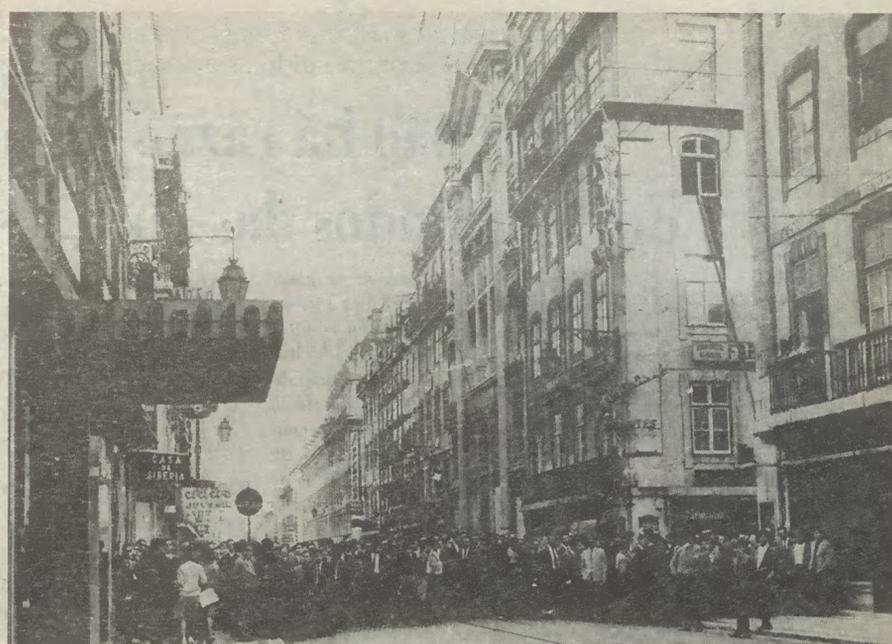
democrático e de massas» uma causa válida e com futuro. Recordaram também camaradas que, já falecidos, foram homenageados com uma longa ovação de aplausos, em pé: Antero Martins, Ruben Rolo, Vilas Boas, Jerónimo Rodrigues, Manuel Lopes. A alturas tantas, as luzes apagaram-se para mostrar um documentário sobre os 30 anos da central, a avivar ainda mais as memórias de muitos dos presentes. Américo Nunes reconheceu, depois, a dificuldade em fechar com palavras o primeiro ponto.

Para o último ponto, que iria desembocar na aprovação de uma moção ratificando as linhas definidas no Conselho Nacional de Setembro para a acção reivindicativa em 2001, e de outra moção apelando à mobilização para a manifestação de 7 de Outubro, Carvalho da Silva sublinhou a «enorme importância» dos últimos 5 anos de vida da central, valorizando o «crescimento lento mas consolidado desde 1996». E daí seguiu para o que é habitual nos plenários de sindicatos: os problemas e as lutas do presente, apontando os sucessos e alertando para os combates a travar, apesar das grandes dificuldades com que, como leis e contratos, se continuam a confrontar trabalhadores e sindicalistas, e denunciando uma política de favorecimento despujado do grande capital, embora acompanhada de algumas medidas e declarações de intenções positivas. O secretário-geral da CGTP rejeitou, mais uma vez, o cenário de crise e de pressão para moderação salarial, exigiu justiça fiscal e uma «mudança de agulha». Mas reconheceu que «não vemos coragem dos governantes para mudarem de agulha», apontando mais actos políticos concretos.

De tarde, no período de debate, o tempo foi escasso, repartido entre duas dezenas de intervenções e desculpas da mesa a quem não pôde usar da palavra. Mas foi bastante para uma dirigente da Interjovem (anunciando uma campanha contra a precariedade de emprego) dizer que «a CGTP é mais velha do que eu, mas tem futuro», para um metalúrgico de cabelo a esbranquiçar expressar «orgulho de termos contribuído para a CGTP que hoje temos», para ouvir sindicalistas médicos e bancários (da corrente unitária que alcançou 45 por cento dos votos nas eleições para o SBSI, questionando a pertença à UGT), para lembrar os deputados que «na AR, como nós» se opuseram a sucessivos pacotes laborais.

Sobram vozes, entusiasmo e alegria para temperarem a sessão solene e o jantar comemorativo, que depois teve lugar na Costa de Caparica, e que foram aplicados a gritar «CGTP Unidade Sindical», a cantar «Venceremos», os hinos da CGTP e nacional, «A Internacional» e «Parabéns...», a aplaudir a chegada de Vasco Gonçalves ou do Presidente da República, a sublinhar passagens dos discursos de Jorge Sampaio e Carvalho da Silva.

Em dia de festa, os homens e mulheres da CGTP, ao lado de quem os tem acompanhado nas horas boas e más, mostraram que a central está pronta para o combate de todos os outros dias.



interior», é a e-s jornais. «Atitu- certamente para outros magnatas quentemente pae os serve. Mas os trabalhadores massa dos meta-Sindicato repen- no da questão. O do Sindicato os de Lisboa é o o intransigente- ses das mssas que a elegeram na acção com- assas.

de protesto como os que os meta-ur- gicos do Porto aram ao ministro das corporações, somando já cerca de 2.000 assinaturas.

23 Sindicatos reúnem-se e protestam

A 15 de Novembro reuniram-se em Lisboa delegados das Direcções de 23 Sindicatos que aprovaram um conjunto de documentos da maior importância. Estiveram presentes os seguintes sindicatos: Ajudantes e Despachantes, Lisboa; Artes Gráficas, Porto; Bancários, Lisboa; Bancários, Coimbra; Bancários, Porto; Caixeiros, Lisboa; Carregadores e Tráfego, Lisboa; Escritórios, Braga; Escritórios, Lisboa; Escritórios, Porto; Escritórios, Setúbal; Escritórios e Caixeiros, Santarém; Ferroviários Serviços Centrais; Jornalistas; Lanfícios, Covilhã; Lanfícios, Lisboa; Metalúrgicos, Porto; Seguros, Lisboa; Seguros, Porto; Propaganda Médica.

Sobre o direito de reunião nos Sindicatos e vinda como protesto contra as proibições e impedimentos levantados pelas autoridades fascistas afirmam os 23 Sindicatos em exposição ao presidente do conselho: «Em face do disposto no § 2º do artº 2º do Dec-Lei nº 221478, 11 de Abril de 1953, e fora de dúvida que as reuniões de sócios, convocadas nos termos estatutários, não carecem quer de autorização quer de participação prévia.»

«... com a presente exposição, os actos, uma importância protestam contra tais combates que e neci arbitrariedades e requerem a V. Exa. com novas e mais p

es de protesto

Os sindicatos e os trabalhadores, com a sua luta, deram um importante contributo para a derrota do fascismo e a construção do regime democrático, com avançados direitos e conquistas sociais (recorte do «Avante!» de Dezembro de 1970 e foto de uma manifestação na «baixa» lisboeta)

Saudação do PCP

«O Partido Comunista Português, no quadro do 30.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional quer manifestar e enviar a todos os dirigentes sindicais e delegados sindicais, a todos os trabalhadoras e trabalhadores, as mais calorosas e solidárias saudações pelo seu determinado empenhamento e combativa intervenção na vida e na luta da CGTP-Intersindical Nacional», afirma-se na saudação enviada à central pela Comissão Política do Partido.

«Ao relembrar o passado da Intersindical, o PCP afirma que «nestes 30 anos de história, que são 30 anos de luta e de uma prática assente nos seus princípios, natureza e projecto, a CGTP-IN soube afirmar-se como a grande Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses». «O seu património de luta e realização na persistente procura de uma vida melhor para quem trabalha – afirma-se no documento – constitui a base mais sólida e a garantia de que o sindicalismo de classe desempenhará um papel incontornável no futuro da democracia e no processo de transformação social». Pode ler-se ainda que, «no limiar do século XXI, o PCP manifesta a sua profunda convicção de que os trabalhadores, homens, mulheres e jovens que se unem em torno dos valores, ideais e projecto da CGTP-IN, terão confiança e determinação bastantes para prosseguir a luta contra a injustiça e a exploração, integrando as forças que hão-de conduzir a novos avanços da civilização humana». No final, o PCP faz votos para «que viva e se reforce a CGTP-Intersindical Nacional» e para «que vivam os trabalhadores».

Reloçar o de massas do

A força do movime- senta no vasto carac- que se tem sabido re- po desta característi- condição para que se- frente do fascismo.

A intensificação d- cativa, através dos- luta nas empresas), visão dos contratos trabalho, arealipad- semblitas para a dis- blemas dos trabalh- nões por empresa e as reuniões de juve- massa ao Sindicato f- ponto de encontro e- tinam a ser as direc- assegurar o aprofun- carácter de massas do- dicial. Mas urge si- acompanhar com a- as direcções da confi- lhadores impelindo- em defesa dos intere- apoiando-as frente d- cista.

O vasto movimen- de a Direcção dos h- Lisboa e de protesto- trariedades fascistas- reno da sua legislaç- a ser, pelo seu cont- ... com a presente exposição, os actos, uma import- signatários protestam contra tais combates que e neci arbitrariedades e requerem a V. Exa. com novas e mais p

«O congresso de todos os sindicatos, em 1977, foi a resposta que encontramos para combater a tentativa de dividir os trabalhadores e enfraquecer o seu movimento sindical. (...) Registámos a presença de 87 sindicatos não filiados, ou seja, estavam mais 113 sindicatos do

oferece melhor qualidade de vida, que apregoa futuro melhor e riqueza global, está, gradualmente, a globalizar a pobreza e a tornar actual a frase que já parecia um chavão: «os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres»»
Kalidás Barreto
Antigo dirigente da CGTP-IN

Unidade e responsabilidades

«O congresso de todos os sindicatos, em 1977, foi a resposta que encontramos para combater a tentativa de dividir os trabalhadores e enfraquecer o seu movimento sindical. (...) Registámos a presença de 87 sindicatos não filiados, ou seja, estavam mais 113 sindicatos do

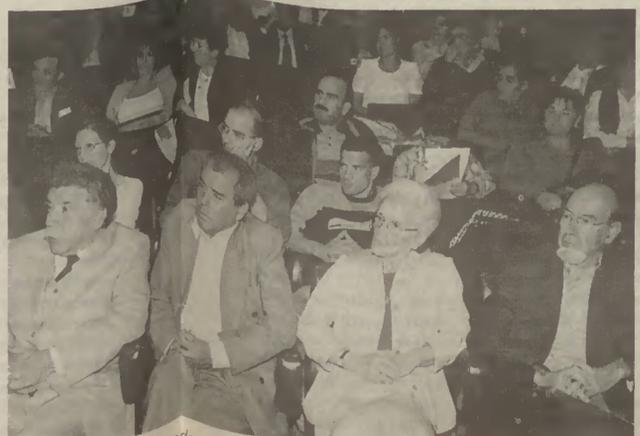
no congresso anterior. (...) No 25 de Abril, até dirigentes de partidos da direita estavam de acordo com as conquistas dos trabalhadores, constitucionalmente consagradas; mas, assim que a situação política se lhes tornou mais favorável, logo começaram a exigir revogação dessas mesmas leis. (...) Depois pediram mais e hoje pedem mais sacrifícios.»

Armando Teixeira da Silva
Coordenador da CGTP de 1977 a 1987

Números com futuro

«A sindicalização de 24 984 trabalhadores e a eleição de 3360 delegados sindicais, no primeiro semestre deste ano, demonstram que os

sindicatos estão empenhados no cumprimento dos objectivos definidos pelo 9.º Congresso, nomeadamente para o reforço da organização de base. O encerramento da campanha de fundos para a compra da nossa sede, com o excelente resultado de 190 900 contos, fruto de uma militância e capacidade de organização notáveis; os plenários em curso nas empresas (...) são demonstrativos da vitalidade e actualidade do sindicalismo. (...) Temos um movimento sindical de classe, forte e combativo, que transita para o século XXI mais pujante do que poderíamos imaginar todos os que, por inúmeras vezes, já decretaram o seu desaparecimento.»
Américo Nunes
Membro da Comissão Executiva da CGTP



Quatro antigos dirigentes da central foram convidados a intervir no plenário

DM

Vaticano provoca Pequim

A China considerou um «insulto» e uma «provocação» a canonização pelo Papa João Paulo II, no passado domingo, de 120 católicos (87 chineses e 33 ocidentais) mortos na China entre 1649 e 1957. Segundo o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, a canonização de pessoas que «cometeram violações, saques e crimes imperdoáveis» fere a dignidade nacional da China e é uma tentativa de «mudar o veredicto da história sobre o colonialismo e o imperialismo, e um insulto à patriótica resistência do povo chinês contra a agressão e a opressão estrangeira».

Também o chefe da Igreja católica chinesa, o bispo Fu Tieshan, manifestou a sua indignação, sublinhando o facto de a canonização ter ocorrido no Dia Nacional da China. «Escolher esta data para canonizar pretensos 'santos' é um insulto e uma humilhação para os católicos chineses», afirmou Fu Tieshan.

Plano Colômbia

Um porta-voz das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) anunciou domingo que a organização está disposta a dialogar com os Estados Unidos a fim de evitar um conflito militar. «Estamos dispostos a conversar com eles para evitar um possível confronto que só trará mais dor ao povo colombiano», afirmou Carlos António Lozado, um dos sete delegados das FARC nas negociações de paz com o governo colombiano.

As FARC, que consideram «o Plano Colômbia uma grosseira intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do país», defendem a anulação da componente militar do Plano e a canalização de todos os recursos aos planos sociais nas áreas onde se cultiva a coca e a papoila.

Prisões em Vieques

Sessenta e cinco pessoas foram presas domingo na ilha porto-riquenha de Vieques, quando participavam numa marcha contra a presença militar dos Estados Unidos na região.

Desde que começaram as prisões no princípio do ano, mais de 400 acusados aguardam julgamento pelo delito de invasão de propriedade militar. Apesar da repressão, os nacionalistas porto-riquenhos garantem que os protestos continuarão até que a marinha dos EUA ponha termo às manobras militares em Vieques.

Observadores internacionais atestam correcção do processo eleitoral contrariando as acusações de alegada fraude

«Não há razão para duvidar dos resultados das eleições na Jugoslávia»

Sobre as eleições gerais na Jugoslávia já quase tudo se disse, excepto que foram livres e justas e que não há motivos para duvidar dos resultados que foram anunciados pela Comissão Eleitoral Federal. E, no entanto, essa é a opinião de António Filipe, deputado do PCP na Assembleia da República, partilhada por mais de duas centenas de outros observadores internacionais, de mais de meia centena de países e de todos os quadrantes políticos, com quem teve oportunidade de acompanhar o processo.

Em vésperas da anunciada segunda volta das presidenciais, vale a pena conhecer o testemunho de quem acompanhou as eleições sem preconceitos nem ingerências, e sobretudo sem ditar os resultados em nome dos eleitores.

Em que qualidade esteve na Jugoslávia a acompanhar as eleições?

Acompanhei as eleições na Jugoslávia em representação do PCP, a convite do Partido Socialista da Sérvia.

As eleições foram seguidas por mais de 200 observadores internacionais, representantes de 54 países, sendo que a grande maioria foi em representação dos respectivos parlamentos. No que respeita aos países que estiveram envolvidos nos bombardeamentos à Jugoslávia, apenas foram feitos convites às forças políticas que estiveram contra esses bombardeamentos.

Isso desmente a ideia, muito divulgada, de que não houve observadores internacionais a seguir as eleições...

Desmente cabalmente. De facto houve uma numerosa missão internacional de observação. A maioria dos países que estiveram presentes foi representada não apenas por membros dos partidos que estão no governo mas também por membros de outros partidos.

Qual é o balanço que faz essa missão internacional de observação?

Antes do mais, importa salientar o facto de todos terem testemunhado, ainda antes das próprias eleições, as fortíssimas pressões que a NATO, os EUA e os países da União Europeia fizeram em torno desta consulta eleitoral. Essas pressões foram de um despuador inédito. Apareceram responsáveis como o ministro Jaime Gama ou o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, por exemplo, a dizerem à partida que se o resultado fosse um as eleições seriam livres e justas, mas que se o resultado fosse outro era sinal de ter havido fraude; assumiu-se que os EUA investiram avultadíssimas somas no apoio a determinados partidos, neste caso partidos da oposição... São provas de uma ingerência absolutamente inédita na expressão da vontade soberana de um povo.

Tivemos oportunidade de saber que essa situação foi

muito denunciada. De referir que tal acção de chantagem sobre o povo jugoslavo teve uma componente dramática: o que se fez foi dizer a um povo que está submetido desde 1982 a sanções severas que, se o resultado fosse num determinado sentido, as sanções seriam levantadas.

Quase se pode dizer que a acção que o imperialismo exerceu sobre o povo jugoslavo neste processo eleitoral foi uma continuação da guerra por outros meios. O ano passado lançaram as bombas, este ano lançaram outro tipo de opera-



Um despacho da CNN on line de 2 de Outubro, das 8.45h, informava que, segundo o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, a amplitude da greve na Jugoslávia convocada pela oposição mostrava que Milosevic perdera o apoio popular e devia demitir-se. «Existe um forte apoio aos apelos à desobediência civil e à greve», disse Cook de acordo com a mesma fonte. A notícia é curiosa por duas razões: primeiro, porque às 8.45h ainda não era possível saber qual a adesão à referida «greve geral»; segundo, porque a «greve geral» foi um fiasco, como, de resto, acabou por reconhecer a generalidade da imprensa. O caso é paradigmático da posição do Ocidente face à Jugoslávia. Em Londres ou Washington forja-se a «realidade» por antecipação.

ções, mas também de grande violência.

Os resultados traduzem o sucesso dessas pressões?

Os resultados podem causar alguma perplexidade. Embora tenha havido esses apoios a partidos da oposição, o facto é que esses partidos não assumiram um discurso pró-occidental, bem pelo contrário: alguns fizeram uma campanha anti-NATO; condenaram com veemência os bombardeamentos do ano passado; consideraram o Kosovo como parte integrante e inalienável da Jugoslávia, e condenaram a sua actual ocupação; contrariaram frontalmente qualquer ideia de o Montenegro vir a sair da República Federal da Jugoslávia.

Digamos que há uma contradição objectiva entre os apoios recebidos e o discurso feito, o discurso com o qual apelaram ao voto dos jugoslavos, e que não deixa de se reflectir no resultado que é apurado.

Pode dizer-se que estamos perante uma duplicidade da oposição?

– entrevista com o deputado António Filipe do PCP

«A acção que o imperialismo exerceu sobre o povo jugoslavo neste processo eleitoral foi uma continuação da guerra por outros meios»

Há efectivamente uma duplicidade, que de resto esteve presente na hipotética fraude.

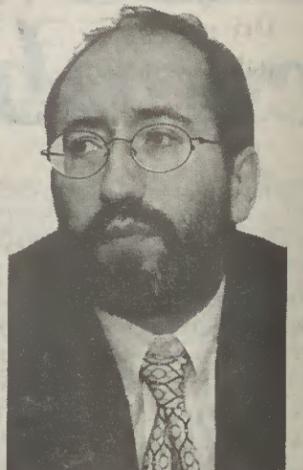
Houve uma unanimidade entre os observadores - não obstante as fortíssimas diferenças ideológicas, por vezes até antagonismos, existentes entre eles - quanto ao extremo rigor do processo eleitoral. Posso dizer que o rigor com que se processaram as operações eleitorais na Jugoslávia é muitíssimo superior ao rigor que nós conhecemos na fiscalização eleitoral em Portugal. Isto foi verificado por muitos observadores, designadamente da

Visitei várias mesas de voto, e fi-lo de uma forma alietória, e pude verificar que em todas, para além dos sete membros da mesa, havia delegados dos diferentes partidos.

E isso foi confirmado pelos restantes observadores?

Este panorama foi confirmado por todos os observadores, com duas excepções: no Montenegro e no Kosovo.

O boicote decretado no Montenegro, que afronta a soberania do povo jugoslavo, traduziu-se em múltiplas pressões sobre os eleitores para



lados sobre a correcção do processo, desmentiam aquilo que já nessa altura era afirmado pelos seus dirigentes a nível nacional, que era de que estavam a registar-se fraudes.

Posso dizer que não assisti, nem creio que qualquer observador tenha assistido, a qualquer procedimento menos correcto, quer no processo eleitoral quer na contagem dos votos.

E, no entanto, fizeram-se críticas muito sérias à Comissão Eleitoral...

O que posso dizer é que a Comissão Eleitoral Federal não é apenas integrada por representantes dos partidos da coligação governamental, é também integrada, nos termos da lei, por representantes das várias candidaturas.

Na tua opinião, o que é que pode acontecer até domingo, data da segunda volta das presidenciais?

Não tenho nenhuma razão para duvidar da veracidade dos resultados que foram anunciados pela Comissão Eleitoral Federal, e portanto creio que neste quadro o único procedimento admissível é que o processo decorra e se conclua com a segunda volta das presidenciais, já que os outros processos eleitorais (eleições legislativas, para ambas as câmaras do parlamento, e também eleições locais) estão concluídos.

O que mais te impressionou nesta visita à Jugoslávia?

Se alguma coisa impressiona na Jugoslávia é o enorme esforço que foi feito pelo povo jugoslavo e também, evidentemente, pelas autoridades, para a reconstrução do país. É impressionante, por exemplo, que Novi-Sad, que ficou com as suas três pontes destruídas, tem hoje já todas as pontes a funcionar; ou que uma unidade industrial de fabrico de automóveis com a dimensão da Zastava, onde depois dos bombardeamentos da NATO não ficou pedra sobre pedra, está de novo a laborar. Há um esforço de reconstrução do país a todos os títulos notável, sobretudo tendo em conta o quadro de pressões internacionais e de pressões de todo o tipo a que a Jugoslávia tem estado sujeita.

EUA vetam condenação Israel massacra palestinianos

56 mortos e mais de um milhar de feridos é o balanço provisório dos confrontos no Médio Oriente. Israel usou balas dum-dum contra os palestinianos.

A visita de Ariel Sharon, chefe da direita israelita, à Esplanada das Mesquitas de Jerusalém, em 28 de Setembro, esteve na origem da explosão de violência. A presença de Sharon, responsável pelos massacres dos campos de refugiados palestinianos de Shabra e Chatila nos anos 80, foi considerada pelos árabes uma provocação e mais uma tentativa de afirmação de soberania israelita sobre os lugares sagrados. As manifestações de protestos, reprimidas pela polícia, degeneraram rapidamente em confrontos que se generalizaram pela Cisjordânia e Gaza. A nova Intifada (a revolta das pedras) Israel respondeu com armas pesadas, carros de combate, helicópteros e mísseis.

O balanço final deste autêntico massacre deverá ser significativamente mais grave, dado que os hospitais palestinianos, a abarrotar, ficaram sem meios para atender os feridos. Acresce, por outro lado, que a assistência médica ficou também limitada devido ao bloqueio de estradas imposto nos últimos dias pelo Exército israelita.

A situação, verdadeiramente dramática, é ainda agravada pelo facto de os israelitas usarem as terríveis balas *dum-dum*, que explodem dentro do corpo e destroem tudo o que encontram na sua trajectória, provocando danos irreparáveis. Estas balas, recorda-se, são proibidas por todas as convenções internacionais.

De acordo com declarações do ministro da Saúde palestiniano, Ryada al Zanoun, o número de feridos internados nos hospitais no início da semana ascendia a mais de um milhar. Mais de 50 por cento eram jovens menores de 18 anos e 77 por cento apresentavam ferimentos na parte superior do corpo. A ordem para matar não podia ser mais evidente, e não poupou sequer a comunidade árabe de Israel



- cerca de um milhão de pessoas, 18 por cento da população - que desta vez se juntou à Intifada palestiniana. Os protestos dos israelitas árabes saldaram-se em pelo menos sete mortos no norte da Galileia.

O elevado número de vítimas não perturbou o governo de Telavive, cuja mensagem às forças de segurança foi: «É preciso fazer respeitar a lei e a ordem.»

Impunidade de Israel com apoio dos EUA

A desproporção dos meios utilizados por Israel é por de

mais evidente, mas nem isso impediu os Estados Unidos de bloquearem, na madrugada de terça-feira, a aprovação de uma declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas condenando Israel pelos massacres.

A reunião de emergência foi convocada segunda-feira à noite a pedido dos palestinianos, que acusam Israel de usar armas mortíferas contra civis, violando as Convenções de Genebra, designadamente no que se refere ao dever das forças de ocupação garantirem a protecção dos civis. Os EUA opuseram-se a qualquer referência a tais violações, e a reunião do Conselho de Segurança foi suspensa sem se chegar a consenso sobre a posição a tomar. Segundo notícias veiculadas pela CNN, Washington não queria nenhuma declaração que «inflamasse os ânimos» ou «prejudicasse as negociações israelo-palestinianas» agendadas para ontem em Paris. Quanto ao embaixador israelita na ONU, Yehuda Lancry, foi claro ao afirmar que o seu país não veria com bons olhos qualquer intervenção do Conselho de Segurança, e exortou «os palestinianos a acabar com a violência».

Cabe recordar que o observador palestiniano na ONU, Nasser Al-Kidwa, apelara a uma intervenção do Conselho de Segurança para pôr fim à violência e salvar as conversações de paz no Médio Oriente, cujo primeiro passo seria solicitar a retirada das forças israelitas dos locais sagrados em Jerusalém e das proximidades das zonas palestinianas na Cisjordânia, bem como a realização de uma investigação sobre os massacres dos últimos dias.

Crime em directo

Mohamad El Dirah não tinha mais de 12 anos e foi assassinado pelo Exército israelita no último dia de Setembro em Netzarim, Gaza. O caso, idêntico a tantos outros, teria sido ignorado não fora o facto de ter sido filmado em directo por uma equipa de televisão francesa, France 2.

O relato de Talal Abu Rahme, operador de câmara da France 2, limita-se a confirmar o que as imagens revelam:

«Os jovens lançavam pedras e os soldados israelitas respondiam de vez em quando com disparos, quando, de repente, começou o tiroteio em grande escala, tanto de israelitas como de palestinianos. Só tive tempo de me esconder atrás de uma

camioneta. Foi então que vi à minha frente, do outro lado da rua, um homem e um menino escondidos atrás de um muro. Um câmara da agência Reuters estava com eles. Ao fim de alguns instantes, este último conseguiu fugir, atraindo para o muro uma chuva de balas.

«O homem e a criança ficaram bloqueados, encostados um contra o outro para evitarem ser alcançados. O miúdo começou a gritar e a chorar e o pai gritava em direcção às fileiras israelitas como a pedir-lhes que deixassem de disparar. Depois, tentou fazer uma chamada com o seu telemóvel. Houve mais disparos, balas que visavam deliberadamente o muro. Vários homens foram atingidos na rua, como se

pode ver no filme. Um condutor de ambulância da Cruz Vermelha palestiniana que tentava chegar ao local foi atingido, caiu morto. No final, houve uma rajada vinda de cima, do lado israelita, como se pode ver bem na gravação. O homem e o filho foram atingidos pelos disparos. Não pudemos fazer nada, ao menor movimento caía sobre nós uma chuva de balas. O tiroteio durou 45 minutos. Quando terminou, o menino já tinha morrido.»

As imagens do assassinato de Mohamad deram a volta ao mundo, suscitando horror e indignação, mas poucos foram os que tiveram a frontalidade de as classificar como o testemunho de um inclassificável crime de guerra.

Praga - uma cidade em luta

• Ângelo Alves

A capital da República Checa, Praga, alojou na passada semana a Assembleia Geral do FMI e do Banco Mundial. Foi a primeira assembleia destas instituições a realizar-se num país ex-socialista, que convertido às «virtudes» da ditadura dos mercados e hoje dominado por um punhado de novos ricos da nova e da velha alta burguesia e aristocracia checa e pelas multinacionais, vê a sua economia numa situação muito difícil e os problemas sociais a agravarem-se de dia para dia. Mas Praga foi também o palco de variadas acções de contestação às políticas e orientações traçadas por estas instituições, ao capitalismo e ao imperialismo. No dia 23, o «STOP IMF», uma plataforma de organizações checas entre as quais a Juventude Comunista, vários sindicatos e outras organizações de esquerda, promoveu uma manifestação que contou com o apoio e participação do Partido Comunista da Boémia e Morávia e

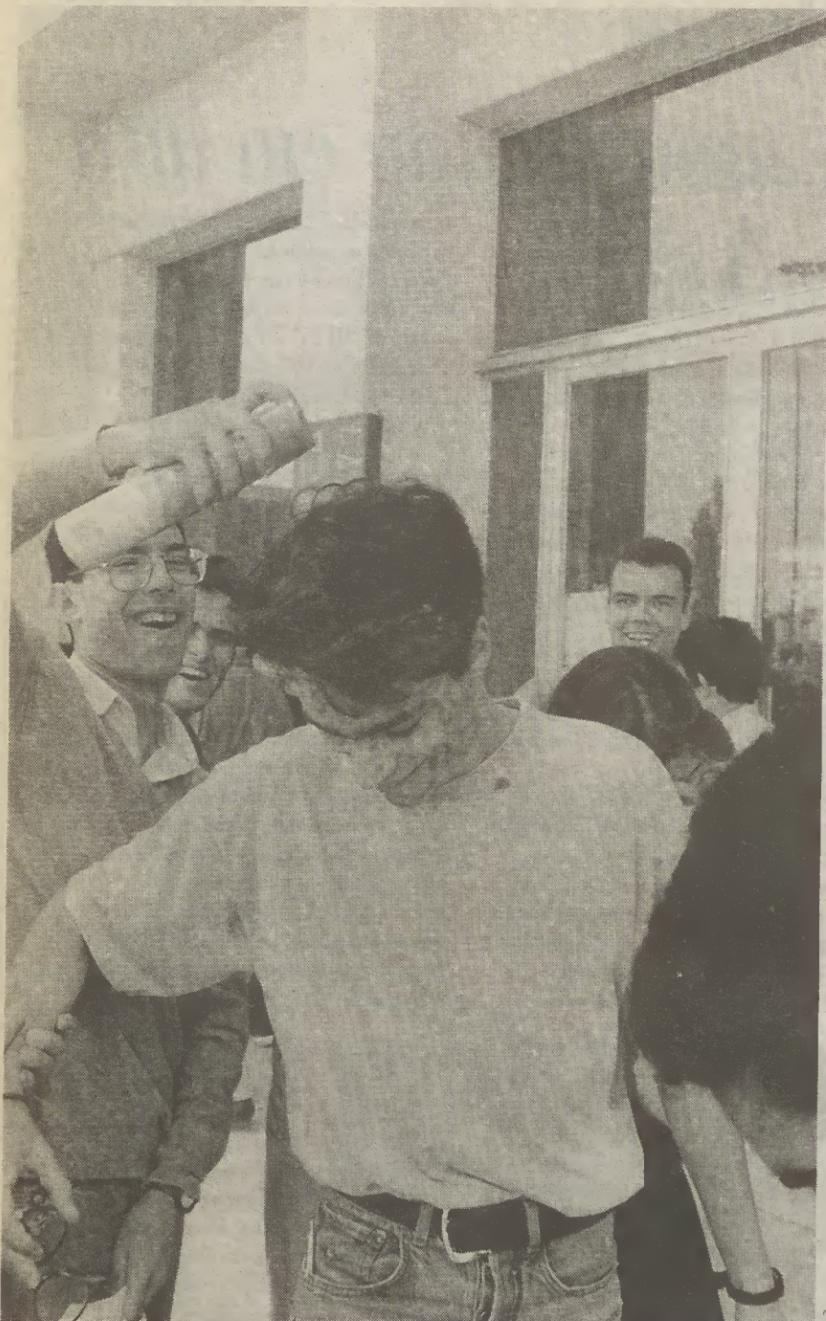
sociais na República Checa resultantes em parte dessas políticas. Nos dias que se seguiram, variadas organizações promoveram protestos contra o FMI e o BM. Destaque para o dia 26, o «Global Day of Action». No total cerca de 12 mil pessoas vindas sobretudo da Europa e dos Estados Unidos participaram em várias manifestações. A violência e uso completamente desproporcionado de meios por parte da polícia foi característica destas manifestações. As responsabilidades vão para o governo checo, que nos dias que precederam as acções de contestação tentou associar uma imagem de destruição aos manifestantes, e ao Partido Comunista, criando um autêntico ambiente de «pré-guerra civil» em Praga que descambou em violentos confrontos entre alguns grupos e a polícia. É importante referir que muitos destes confrontos foram iniciados por provocadores infiltrados nas manifestações pela própria polícia e exército. O governo checo, o FMI e o Banco Mundial tentaram assim colar uma imagem de violência e destruição às

manifestações e não olharam nem a gastos nem a meios para isso. O que importa reter de Praga?

1 - Uma década após as mudanças na República Checa, Praga viveu uma onda de contestação contra o capitalismo e o imperialismo. O Partido Comunista da Boémia e Morávia, num contexto político muito complexo e instável em que a perseguição aos comunistas e o seu silenciamento na comunicação social são duras realidades, mobilizou-se e mobilizou para esta onda de contestação, contando com um amplo movimento internacional de solidariedade no qual o PCP se incluiu. A jornada



de luta de dia 23 foi um passo importante para o avanço da luta social de massas e para o reforço da luta dos comunistas neste país. 2 - As acções em torno do «Global Day of Action» constituíram mais um ponto de convergência de um descontentamento com as políticas e instrumentos de dominação capitalista e imperialista. Apesar de excessos por parte de alguns grupos que participaram nestas acções, da pouca participação dos checos e de algumas contradições e incoerências por parte dos dirigentes de alguns destes movimentos (como caso do INPEG - Iniciativa Contra a Globalização Económica - plataforma criada para organizar as acções em Praga e que não admitia organizações ou partidos comunistas), estas acções constituíram mais um importante sinal da necessidade do reforço dos laços de cooperação e solidariedade entre as forças que hoje combatem essas políticas e instrumentos especialmente entre os partidos comunistas e as forças progressistas e de esquerda. À parte sobrestimações e aproveitamentos nada inocentes, a presença de milhares de jovens nas ruas (em todas as acções) lutando contra o sistema capitalista e os seus instrumentos confirma a existência de amplas possibilidades de alargamento da luta contra a tão apregoada «nova ordem mundial».



«A praxe tem de dar a conhecer a cidade, a academia e a faculdade», diz Ricardo Matos

• Isabel
Araújo
Branco

Praxes

no ensino superior

Entre

a tradição

e a

contestação

Veterano, a quanto obrigas

Logo nos primeiros contactos com o superior, os novos alunos são informados dos seus direitos e deveres. E basta ir à *internet* descobrir quais são: «Caloiro não é gente, caloiro tem direito a respirar de vez em quando, caloiro tem tabaco mas não fuma, caloiro transporta os haveres de um veterano que o solicite.» Há ainda outras regras, que retirámos de *sites* que se dedicam à divulgação das praxes, como «venerar, idolatrar, adorar, obedecer, servir e visceralmente admirar os seus superiores, dirigindo-lhes, sempre que autorizados e em termos respeitosos, com atitude subserviente e olhando o chão.» Ou definições de caloiro («*singularis porcus*, coiso, nódoa, verme, escumalha») ou a fórmula do juramento destes, com a indicação que devem «fazer vénia e oscular o solo»: «Juro ajudar qualquer veterano que queira boleia, comida ou dinheiro para a borgia. Juro ser um caloiro subserviente e perante vós, meus venerados mestres, eu me curvo.»

Dois exemplos

«Só queriam esfolar...»

Carlos Tavares entrou em Ciências da Comunicação na FCSH há cinco anos e, tal como os colegas de curso, passou pelo ritual da praxe. «O meu medo era recusar, ir a tribunal de praxe, meterem-me a cabeça dentro da sanita e puxarem o autoclismo.» Naturalmente não lhe perguntaram se concordava. «Como era novo nisto, deixei-me levar. Pensava que era obrigatório.» «No primeiro dia de aulas, pintaram-me a cara, puseram *mousse* de barbear na cabeça, colocaram-me um cartaz ao pescoço com a palavra “verme” e tiraram-me um sapato para não poder fugir. A turma tinha de ladrar durante uma canção e eu, como ladrei melhor do que os outros, tive de ir para a frente para todos ouvirem. Quando chegou ao ponto dos jogos individuais, inventei

uma desculpa e fui-me embora: disse que tinha uma úlcera no estômago e precisava de ir comer. A minha madrinha disse para ir porque não queriam matar ninguém. Só queriam esfolar...»

No dia seguinte ataram-lhe umas latas ao tornozelo e levaram a turma para uma creche e para os jardins da Gulbenkian, onde teve de prestar mais provas. «No fim, levámos com a água do lago dos patos na cabeça para ficarmos baptizados.»

«Estava mentalizada para pior»

Inês Pinto entrou o ano passado na Faculdade de Arquitectura de Lisboa com o espírito aberto para as praxes. «Contribuí porque pensei que era uma

A praxe sempre foi um tema controverso, mas a contestação volta a subir de tom. Os que a defendem lembram as tradições e a integração, os que a recusam falam de humilhação e violência. O *Avante!* foi descobrir o mundo da recepção aos novos alunos do ensino superior.

maneira de conhecer novas pessoas. Mas estava mentalizada para pior.» E exactamente porque estava à espera de praxes violentas, não se sentiu humilhada. «Encarámos aquilo como uma brincadeira. Levámos toalhas de casa e lavávamo-nos quando íamos embora.» A primeira semana foi totalmente dedicada às praxes e todas as provas eram devidamente assinaladas num cartão que cada aluno trazia consigo. Para Inês, a pior parte foi quando teve de passar por um túnel debaixo de uma chuva de ovos, farinha e vinagre. «Quem se portasse mal, tinha um castigo: beijava a cabeça de um porco, fazia construções com rolos de papel higiénico molhados...» Este ano Inês não vai praxar. «Não sou capaz. Quem sou eu para estar a praxar?»

Escrever o nome do curso e a média na cara, pôr graxa ou creme da barba no cabelo, prestar serviços domésticos, obrigar a cantar canções e a fazer provas de resistência física ou jogos com alusões sexuais... Há um pouco de tudo nas praxes que aguardam os alunos que ingressam no ensino superior português. Quem as promove e pratica fala de integração daqueles que chegam. Quem se manifesta contra refere a humilhação e a exteriorização de frustrações sobre colegas mais novos.

O número de contestatários vai crescendo. No Instituto Superior Técnico, em Lisboa, surgiu este ano a FLIST, um grupo que procura debater a educação e fazer frente às praxes. João Lopes diz que «é possível integrar os estudantes e fazer novos amigos sem a praxe e sem a sua marca essencial: o estabelecimento de uma hierarquia entre estudantes.»

«As designações de “caloiros” e “veteranos” têm logo uma carga hierárquica velha e conservadora, que subsiste devido à ideia de que a praxe existe porque faz parte de uma tradição. A partir do momento em que há essa hierarquia, os que estão na mó de cima são livres para fazer o que querem», afirma este aluno do 5.º ano. Os membros da FLIST abordam directamente os novos alunos e explicam-lhes que podem recusar ser praxados. E as reacções variam: «Há estudantes que encaram a praxe como um dado adquirido. Muitas vezes não é fácil chegar ao pé deles e explicar que não tem de haver praxe nenhuma.» João Lopes lembra os alunos que têm medo de dizer não. «Estão num mundo estranho, é uma experiência nova, entendem que se recusarem a praxe não vão fazer amigos ou vão ficar marcados, pensam que a praxe é um mal necessário para entrar no meio universitário. Tudo isso é falso. A partir do momento em que chegam aqui são iguais a nós.» No entanto, João Lopes não tem dúvidas que este ritual está em decadência: «As



“De um lado estão hábitos arreigados em anos de tradição, do outro a recusa total das praxes”

Muro da FCSH, em Lisboa: contra as humilhações e as obediências cegas

Associação de Estudantes contra «A praxe está em declínio»

A Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa assumiu-se publicamente contra as praxes há dois anos. Andreia Cunha fala das razões que estão por trás desta posição e lembra as actividades alternativas que a associação promove: um churrasco gratuito «antipraxa», uma festa, a divulgação dos núcleos de actividades e a distribuição de um panfleto que aborda os problemas da faculdade.

coisas hoje não estão tão más. Lentamente, a praxe foi perdendo força.»

Integrar

Ricardo Matos, aluno de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, aceita a praxe «se for feita com alguma imaginação, sem abusar e desde que o caloiro se esteja a divertir». «Obviamente que a pessoa com quem nós gozamos não acha muita piada. Mas há formas de as coisas poderem ter alguma graça», diz, acrescentando que nunca praxou ninguém porque «há coisas melhores para fazer». As praxes de Coimbra regem-se por regras próprias, diferentes de outras zonas do país. Por exemplo, não é permitido pintar ou sujar ninguém, nem que os caloiros paguem coisas aos colegas mais velhos. «O objectivo é conhecer os caloiros e estes conhecerem os colegas», diz Ricardo. «No entanto, a praxe não é tão integrante como deveria ser, até porque muitas vezes há a reacção de vingança de alunos do 2.º ano que não gostaram de ser praxados. Mas, se a praxe for bem feita, tem de dar a conhecer a cidade, a academia e a faculdade. O padrinho de praxe é muito importante, porque muitas vezes se cria uma relação de amizade e entreajuda.» Depois de no primeiro ano da faculdade tentar aderir totalmente às praxes, Ricardo mudou a sua posição em relação à questão e tornou-se antipraxa porque considerava que estes costumes contribuíam para a alienação dos estudantes em relação à sociedade e aos problemas da educação. Hoje encara as praxes de uma forma mais aberta. «A coisa mais desagradável que me aconteceu foi ser apanhado por uma trupe e ter sido rapado», conta Ricardo, lembrando a noite em que chegou a casa pouco depois da meia-noite - violando uma lei das praxes que impede os alunos do 1.º ano de estarem na rua até essa hora - e foi castigado por um grupo de estudantes com umas tesouradas no cabelo, o que o obrigou a rapar inteiramente a cabeça no dia seguinte.

– Porque é que a associação é contra as praxes?

– É uma posição política que tomámos depois de avaliar a situação. Nesta faculdade nunca houve uma tradição académica, quer no sentido da capa e batina e do culto da tuna (que, aliás, existe aqui) quer na ideia da integração que passe pela humilhação. Este é um dos pontos principais da nossa posição. Devem ser criadas condições para que haja uma integração real dos estudantes do primeiro ano, mas sem humilhá-los, pintá-los ou fazê-los comer relva. Isso é exactamente o contrário de um projecto de integração. É a ideia da superioridade dos que já cá estão face à inferioridade dos que chegam.

Nós não temos essa visão da educação e da transferência do ensino secundário para o ensino superior. Os estudantes já sofreram uma série de processos de selecção e este é totalmente desnecessário. É uma pseudo-integração. Eles já sofreram todos os juízos de que podiam ser alvo pelo próprio sistema educativo e não devem sofrer mais quando chegam ao superior.

– Que actividades promovem em alternativa às praxes?

– Isso é essencial, porque nós somos contra a praxe, mas as nossas actividades procuram construir uma alternativa real à praxe. Explicamos aos estudantes que lhes assiste o direito de serem praxados se quiserem. O que pretendemos é que eles compreendam que não o têm de fazer e, se não o fizerem, não têm de ser julgados por isso.

Procuramos fomentar uma «semana cultural» que, ao contrário de outras «semanas» de praxe ou de recepção ao caloiro, passe por espaços alternativos de integração e socialização.

– Que reacções têm quando abordam directamente os novos alunos para falar sobre as praxes?

– Existem, de facto, algumas reticências das pessoas que estão a ser praxadas em deixar o grupo. Não sei como será este ano, porque eu só me cruzei com duas pessoas pintadas, a quem entreguei o panfleto. Aqui, se a praxe é quase nula, a vertente normalmente adoptada é a cara pintada.

– Colocam esta questão nas reuniões que mantêm com outras associações?

– Sim e as reacções são várias. Há pessoas que simpatizam com a nossa posição e outras que discordam totalmente. Nós temos de ver as especificidades de cada instituição e daquilo que já está institucionalizado.

Eu compreendo que Coimbra não partilhe da nossa opinião devido a uma série de condições que lá existem. Nós tomámos a nossa posição em conformidade com a situação aqui na faculdade.

– Mas pode-se ser a favor ou contra o conceito de praxe, independentemente dos contextos...

– Mas quando isso está institucionalizado como uma prática de anos e anos é muito mais difícil fazer derrocar a estrutura imposta. Pessoalmente, eu sou antipraxa na FCSH e em Coimbra, porque não está de acordo com a minha visão de educação e do tratamento que cada pessoa merece independentemente do ano que frequenta.

– Por que é que muitos alunos se deixam praxar, mesmo não concordando? Por medo de represálias?

– Aqui na FCSH não se sente, porque não estão criadas condições para que isso seja levado às últimas consequências.



Andreia Cunha: Deve haver uma integração real, mas sem humilhar os alunos do 1.º ano

O problema é muito mais visível noutras faculdades, onde estão construídos sistemas repressivos para aqueles que dizem não. Há o «tribunal de praxe», há um juízo da capacidade de socialização de cada um por dizerem «sim» ou «não» à praxe. E nessas circunstâncias é muito mais difícil dizer que não, porque o aluno vai sofrer na pele uma humilhação mais geral do que o facto de ser pintado ou medir coisas com palitos.

– Por que é que o movimento das praxes ressurgiu nos anos 80?

– Nos anos 80 ressurgiu uma série de coisas. O reaparecimento das praxes não é uma coisa isolada, está integrada no contexto social, político e económico. Voltou a ideia do elitismo, do «nós somos muito bons e vamos-te praxar, porque tu vens do secundário e és uma besta», ideias que já não existiam com esta forma e com esta força.

Agora há certos sítios em que a praxe não é organizada ou, se é, tem regras muito rígidas. A praxe está em declínio em alguns locais. Em Lisboa - onde quase nunca houve esse género de práticas e onde depois houve um ressurgimento - nota-se muito bem. Há uns anos via-se muita gente pintada na rua.

Devido à crise da gasolina...

Grã-Bretanha esteve às portas do caos

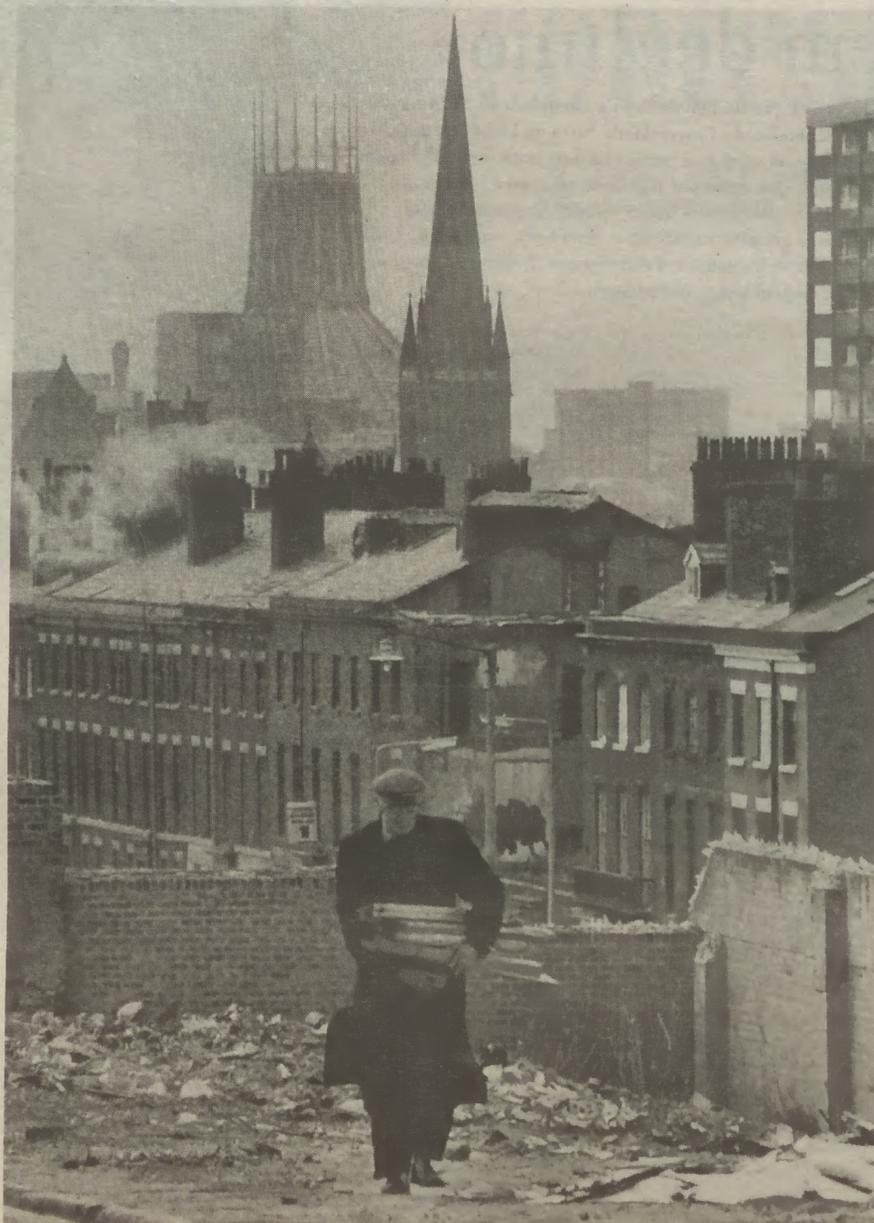
• Manoel de Lencastre

O Congresso do Partido Trabalhista decorreu em Brighton e deu lugar a uma importantíssima derrota para o governo de Blair. A voz das bases partidárias fez-se ouvir estridentemente em apoio dos reformados e pensionistas que estão à espera, ainda, daquele significativo aumento que o governo lhes tem recusado. Também a voz dos delegados dos sindicatos calou os protestos dos ministros que asseguraram estar em perigo, se forem concedidos aumentos, a capacidade do sistema nacional de reformas dentro de 50 anos.

Tony Blair calou-se. Gordon Brown, o chanceler da Tesouraria, disse que não estava disposto a aceitar o voto do Congresso. O voto foi esmagador contra o governo do «New Labour». Mas poucos acreditam que Blair & Co. façam alguma coisa pelos reformados. Alguém gritou: «Não foram os reformados quem bloqueou as «bombas» de gasolina. Porquê vitimizá-los?» A questão da gasolina provocou um terrível silêncio na sala do Congresso. O governo britânico tem medo de enfrentar esse problema que paralisou a Grã-Bretanha, recentemente. Porquê vitimizar os pensionistas e os reformados? Porquê vitimizar todo o povo britânico? O país alinha entre os maiores produtores mundiais de petróleo. Mas os britânicos pagam a gasolina

mais cara do mundo. Porquê? Foi só no fim de cinco dias de pânico em toda a Grã-Bretanha que o primeiro-ministro, Blair, saiu do refúgio da sua ignorância para pretender agir. Mas era já tarde. A Câmara dos Comuns estava de férias. As grandes decisões tinham de pertencer ao domínio do imediato e Blair, apesar de rodeado de alguns ministros, só sabe tomar medidas que dêem espectáculo publicitário. Não sabe medir a gravidade dos grandes acontecimentos. Por isso hesitou até aproximar-se de uma situação em que a vida normal do país seria impossível. Na Grã-Bretanha, onde os caminhos de ferro nasceram e a indústria automóvel viu a luz do dia, o século vinte originou o desenvolvimento de uma especial forma de «civiliza-

ção» - a do transporte próprio, da mobilidade instantânea, da independência no campo da capacidade de deslocação. O carro, assim, tornou-se parte insubstituível no estilo de vida neste país. Muitas famílias possuem diversos carros. É o carro da mãe, o do menino, o da menina, o do pai, o da avó, o de ir às compras, o de passear no campo. Trata-se de um meio de transporte que serve as necessidades e a imaginação da classe média excelentemente. É individual. Foge ao incómodo do colectivo. Permite a expressão gritante da personalidade de cada um e da respectiva posição social. Sem carros, a Grã-Bretanha fica paralisada. Mesmo a classe trabalhadora que não pode, evidentemente, entrar nas fantasias consumistas e de «big show» tão queridas da pequena burguesia, não dispensa o automóvel. A segunda semana de Setembro foi diabólica. Suspensos os fornecimentos de gasolina e gasóleo às chamadas «bombas» devido ao bloqueio organizado pelos camionistas, produtores agrícolas e alguns taxistas às refinarias, aos grandes depósitos e às referidas «bombas» todo o país viu esgotarem-se os «stocks» de combustível. Num abrir e fechar de olhos, quase tudo paralisou. Crise imediata nos hospitais. Crise nas escolas, na distribuição de produtos alimentares, nos Correios, nos comboios, nos aeroportos. Caos nas grandes indústrias, nos negócios. Bichas infundáveis nas áreas das «bombas». O que estava a verificar-se era uma greve. Uma perigosa greve, segundo Blair, manipulada por sindicalistas revolucionários e extremistas de cores diversas cujo objectivo, nem mais nem menos, consistia em colocar a Grã-Bretanha, esse rico e poderoso país, de joelhos. Seria assim, de facto?



Greve das companhias petrolíferas

Na terça-feira, 12 de Setembro, temia-se a total paralisação. Blair, numa reacção de histerismo e típica arrogância, quis chamar o exército às ruas para agir nas zonas das refinarias e obrigar o combustível a sair para todo o país. Ministros, John Prescott em especial, recusaram logo subscrever tão prepotente como insensata proposta. O primeiro-ministro, então, mandou chamar os dirigentes das companhias petrolíferas e os dirigentes sindicais dos sectores da distribuição e transportes. Igualmente, quis a seu lado os chefes da polícia. Depois de febris reuniões no N.º 10 de Downing Street, viu-se que o chefe do «New Labour» surgia triunfante (?) junto às câmaras de TV para declarar a um país atónico: «O governo acaba de receber garantias significativas de que os camiões-tanques avançarão

através dos piquetes de bloqueio e recomeçarão, imediatamente, a distribuição de gasolina a todo o país.» Blair, um homem ainda novo, atravessara em cinco dias um inferno de mil vacilações e dúvidas, de total desconhecimento das realidades. Toda a Grã-Bretanha reparou em como tinha envelhecido. Nem Kevin Keegan exibira tantos cabelos brancos quando o Newcastle United parecia ter o campeonato na mão e perdeu cinco jogos consecutivos. O primeiro-ministro ameaçou com a declaração de um estado de emergência em todo o país, o que aconteceria pela primeira vez desde há 30 anos. Na febre da gasolina, a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales, a Irlanda do Norte, tornar-se-iam, praticamente, ingovernáveis. O pânico ganhou quase todos os meios governamentais. No fim de contas, o gigantesco bloqueio às refinarias e depósitos, tinha de compreender-se, não era uma greve normal de trabalhadores com reivindicações apresentadas. O que estava a acontecer era um protesto reaccionário da indústria dos transportes terrestres e dos camionistas por conta própria coincidindo com o dos agricultores em grande e média escala. A este protesto juntaram-se os mais poderosos parceiros que seria possível encontrar - a Shell, a BP, a Esso e outras irmãs do negócio do petróleo. As grandes companhias petrolíferas queriam, se o governo ordenasse uma redução nos impostos sobre produtos petrolíferos, fazer subir os preços!!! Preços que os consumidores têm visto aumentar, permanentemente. Por exemplo: desde a subida de Blair e do «New Labour» ao poder, os impostos sobre os produtos petrolíferos subiram em 1/3. O imposto simples sobre um litro de gasolina era, em 1997, de 36,9 «pence»; agora, está em 48,8 «pence». Depois do reembolso do IVA, as taxas sobre a gasolina nas «bombas» representam nada menos de 75% do custo respectivo. À compreensível impaciência do público juntou-se o oportunismo dos «célebres» camionistas. Quem eram estes camionistas, no fim de contas? Os mesmos, os mesmíssimos que furaram a grande greve dos mineiros, os que avançavam, sorrindo, nos grandes depósitos de carvão das cidades mineiras, carregavam sob a protecção da polícia e saíam troçando dos piquetes de greve e do seu glorioso sindicato, o «National Mineworkers Union». Eis, portanto, os «velhos» camionistas que fizeram a política das grandes companhias de refinação de petróleo e puseram cerco a 12.500 «bombas» de gasolina em todo o Reino Unido.

Estado de emergência

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha já conheceu nada menos de 9 situações em que o governo declarou o estado de emergência em todo o país. Curiosamente, todas elas resultaram de movimentos grevistas levados a cabo pela classe operária britânica. A luta de classes não é tão pacífica e conciliatória como, às vezes, pretendem os serviços de propaganda do imperialismo. Vejamos quais elas foram: 13.11.1973 - Grande crise nos sectores de distribuição de carvão e de gasolina;

03.08.1972 - Greve dos estivadores;
09.02.1972 - Greve dos mineiros;
16.12.1970 - Paralisação das centrais eléctricas;
16.07.1970 - Greve dos estivadores;
23.05.1966 - Greve da marinha mercante;
31.05.1955 - Greve dos ferroviários;
11.07.1949 - Greve dos estivadores;
29.08.1948 - Greve dos estivadores.

Note-se que tanto os governos conservadores como os trabalhistas não hesitaram em colocar o poder repressivo da máquina do Estado contra movimentos grevistas que lhes pareciam suficientemente poderosos devido à escala de unidade manifestada naquelas históricas ocasiões pelos trabalhadores. Ninguém, evidentemente, colocava em perigo os interesses estratégicos do país durante aqueles grandes momentos da vida e da História da classe operária britânica. Ninguém pretendia mais do que a satisfação de justas reivindicações. Havia paz no país. A possibilidade de um conflito internacional era longínqua. Mas o Estado britânico, recorrendo sempre à mais intensa e descarada propaganda anti-soviética, via nos movimentos dos filhos e das filhas do mundo do trabalho no país uma estranha e jamais existente aliança com aquilo a que chamavam, sinistramente, a «mão de Moscovo».

Mas, agora, confrontado com a política das gigantescas companhias petrolíferas, Blair recuou. A que título iria ele forçar o Parlamento a votar e decretar um estado de emergência? A «mão de Moscovo» nunca se colocou contra a Grã-Bretanha. Nesta grave crise por que o país acaba de passar essa «mão» já nem existe. Porém, a «mão» das companhias irmãs na exploração dos recursos energéticos do planeta não só existe como constitui um perigo real para todos os países do mundo.

• Miguel
Urbano
Rodrigues

Indígenas do Equador travam uma luta exemplar

Em quatro anos, o Equador teve cinco presidentes. Dois deles foram derrubados por levantamentos populares. O actual, Gustavo Noboa, corre o risco de ter a mesma sorte. Greves de uma dimensão incomum na América Latina paralisaram milhões de trabalhadores durante muitas semanas na Primavera passada. De repente, o Equador passou a chamar a atenção do mundo. Nos EUA a imprensa sensacionalista agita o espantinho de uma futura revolução que estaria fermentando num pequeno e esquecido país andino.

Na realidade, o Equador é apenas, no momento, um mostruário das dramáticas consequências das políticas neoliberais aplicadas na América Latina. As grandes tensões sociais que tornaram o país tema das manchetes internacionais demonstram o fracasso dessa estratégia. A receita produziu efeitos opostos aos previstos pelos que a prescreveram apresentando-a como poção quase mágica. O paciente rejeitou a mezinha e volta-se contra o curandeiro. Há menos de um ano o dólar valia pouco mais de 7 mil sucres. Com a dolarização da economia foi trocado por mais de 25 mil sucres. Em 1999 a inflação foi de 60,7 por cento, o PIB caiu 7,5 por cento, a dívida externa cresceu brutalmente, a miséria também e o país ficou à beira da bancarrota.

Em Janeiro p.p., as comunidades indígenas dos Andes equatorianos, agrupadas na CONAIE, deixaram as suas aldeias e avançaram sobre a capital. A dolarização foi o estopim da insurreição andina. Por decisão anunciada por Mahuad, um presidente de ficção, mas tomada em Washington, a República do Equador renunciava à moeda nacional, o sucre, e adoptava a dos EUA, o dólar. A população de Quito aclamou como libertadores os indígenas e o punhado de militares progressistas que os apoiou. Mahuad foi derrubado.

O povo equatoriano foi, entretanto, privado dos frutos da sua vitória. O alto comando das Forças Armadas, cedendo a pressões de Washington, instalou na Presidência como sucessor de Mahuad um demagogo obscuro, tão dócil às pressões imperiais como o títere deposto. A história começou aparentemente a repetir-se. Noboa aceitou todas as exigências dos EUA. A dolarização foi mantida e tomadas medidas para a sua entrada em vigor. Tudo ficou transparente num «acordo de ajuste» assinado com o FMI. O governo aumentou brutalmente os preços dos combustíveis, da electricidade, dos transportes. O custo de vida subiu em flecha. A miséria alastrou pelas cidades e atingiu com particular dureza as minorias mais pobres: os negros da Costa e as

comunidades indígenas dos Andes e da Amazónia.

Os acréscimos salariais aprovados pelo Executivo e pelo Congresso foram irrisórios. Num país onde a cesta básica está avaliada em 250 dólares (o equivalente a 46 contos), os trabalhadores rurais obtiveram um aumento de 22 dólares (4,2 contos). Aos professores do ensino primário foi negado o salário básico de 100 dólares (21 contos) mensais. Por aí fora.

O desfecho foi uma formidável vaga de greves que durante muitas semanas paralisou serviços fundamentais e sectores estratégicos da economia. Aos professores juntaram-se os médicos e o pessoal da

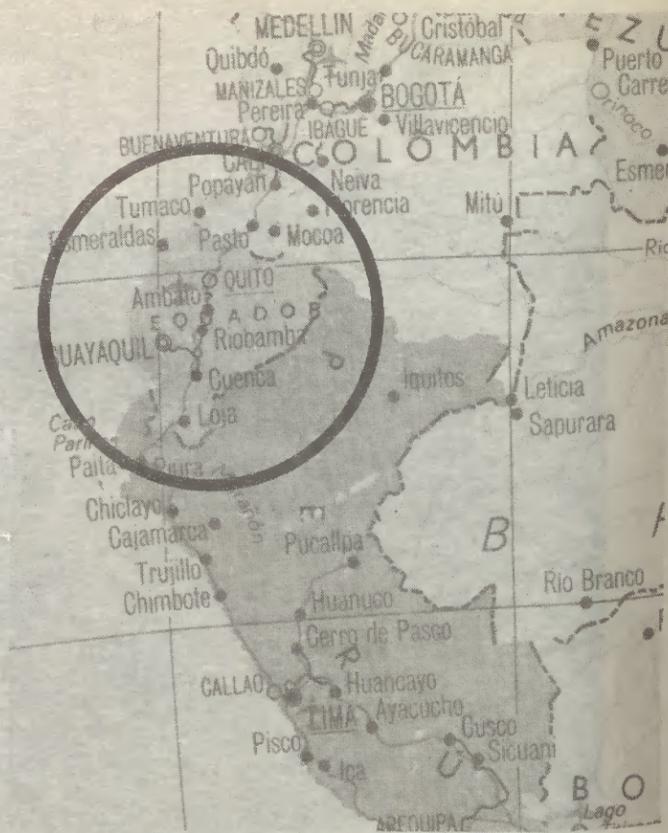
Saúde, os petroleiros, os trabalhadores da Função Pública e dos transportes. As massas indígenas aderiram.

Arrogância e repressão

Noboa reagiu com arrogância. Desencadeou a repressão, lançando a Polícia contra os grevistas em estilo de guerra. A resposta foi firme. A CONAIE cortou as estradas na região andina, criando o caos nos transportes. Houve sérios confrontos. Em Quito, os trabalhadores da Saúde usaram o próprio sangue nos protestos pintados nas paredes...

Em discurso recente, Noboa definiu os militares patriotas que lutaram com os comuneros da CONAIE como «uns coronéis idealistas que não perceberam exactamente o que correspondia a essa data histórica» (ou seja a dolarização). Como ninguém o entendeu fez logo a apologia do «neoliberalismo de rosto humano». Para que os leitores do «Avante!» possam avaliar o perfil e a oratória desse presidente de farsa dramática transcrevo um parágrafo:

«O povo tem fome e sede de justiça e está certo na sua agressividade contra a banca, pois não há um equatoriano que não tenha perdido dinheiro (...) As massas





pretendem ver na cadeia muitos banqueiros, mas a maioria deles estão em Miami e eu não posso ir buscá-los, mas apenas pedir aos EUA que colaborem comigo...

Um das iniciativas de Noboa que mais contribuíram para o agravamento da crise foi a decisão de privatizar a Federação do Seguro Social. A CONAIE advertiu imediatamente o Governo e o Legislativo de que a concretização desse projecto poderia ter como resposta «um levantamento camponês indefinido». Mais de um milhão de indígenas ficariam privados de qualquer tipo de acesso a serviços de saúde.

O Parlamento dos Povos

Em Junho, representantes de organizações de massas e movimentos populares vindos de todo o Equador reuniram-se em Cuenca, no coração do mundo indígena andino, e Quito. Demonstrando uma unidade e maturidade que surpreenderam uma das oligarquias mais reaccionárias do Continente decidiram manter a nível nacional as manifestações de protesto contra a política económica e social, contra um governo que deixaram de encarar como interlocutor crível. As condições e meios disponíveis para um novo levantamento nacional não foram entretanto considerados suficientes para lhe garantir o êxito. A lição de Janeiro foi assimilada: não basta ocupar o palácio da Presidência e o Congresso para se tomar o Poder.

O Parlamento dos Povos, a CONAIE, a Coordenadora dos Movimentos Sociais e os Sindicatos chegaram a acordo sobre a necessidade de consultar o povo (antes de adoptarem formas de luta mais radicais) em referendo nacional sobre estratégias alternativas à política neoliberal que a esmagadora maioria dos equatorianos rejeita e combate.

Na sessão do Parlamento dos Povos, em que participaram 100 delegados, a CONAIE apresentou um balanço minucioso dos efeitos do desgoverno neoliberal e do desenvolvimento da crise posterior ao derrubamento de Mahuad. A CONAIE dialogará com os representantes dos sectores ligados à produção e com as Universidades, mas não com o Governo de Noboa cujo programa repudia. O processo de troca do sucre pelo dólar tem prosseguido, entretanto, numa atmosfera de tensão. Em aldeias serranas os comerciantes

negam-se a receber dólares. Nos bancos e postos de câmbio, os últimos sucres foram definitivamente retirados da circulação no dia 13 de Setembro. A confusão vai persistir, aliás, porque o sucre continuará a ser aceite como moeda divisionária em trocos e pequenas despesas. Como era inevitável, o mercado está já inundado de dólares falsos.

A estratégia da CONAIE

Em Junho, mantive em Havana frequentes contactos com o vice-presidente da CONAIE, Ricardo Ulcuango, que veio a Cuba para tratamento de fracturas ósseas sofridas em confrontos com o aparelho repressivo. Descobri nele um dirigente revolucionário consequente no corpo de um *comunero* orgulhoso da história e das tradições dos seus antepassados quechuas, criadores da grande civilização do Incário destruída pelos conquistadores espanhóis. Ficamos amigos em poucos dias. Ulcuango falou-me durante muitas horas da CONAIE e das suas lutas:

- «No Equador há 4,5 milhões de indígenas numa população de 12 milhões. A minoria quechua, só por si, conta com mais de 3 milhões. A nossa secular consciência comunitária, na prática uma consciência de classe, está evoluindo lentamente para a formação de uma consciência política».

O governo — comentei — acusa-os de separatismo. Tem fundamento a acusação?

- «É uma calúnia entre muitas. Lutamos pelos nossos direitos num Equador plurinacional, uma sociedade onde sejam respeitados os direitos das nacionalidades, os seus idiomas e culturas. O sofrimento fez-nos cultivar a virtude da paciência. Mas somos muito tenazes. Não temos pressa. A nossa estratégia na CONAIE visa a conquista do poder pelo povo a longo prazo, de baixo para cima, a partir das comunidades, das comunas, das províncias. Presentemente a Confederação conta já com 30 Câmaras Municipais e 4 prefeitos (governadores civis) em áreas de maioria indígena. A nível do Poder Local temos feito muita coisa, mudando a vida das pessoas.»

E no Congresso há gente da CONAIE?

- «Sete deputados (em 123) são militantes nossos. Mas foram eleitos por

outras organizações. Não pretendemos transformar-nos num partido político. Os partidos estão desacreditados. No Equador, com a excepção do pequeno Partido Comunista, todos eles são hoje organizações corruptas que, independentemente dos programas estão comprometidos com a defesa do neoliberalismo selvagem. É por isso que a Igreja e as Forças Armadas são as únicas instituições que conservam prestígio.»

O Exército?

- «Sim. É quase uma excepção na América Latina. O nosso exército não tem uma tradição repressiva. É a Polícia que cumpre essa função. A esmagadora maioria dos oficiais é de origem social modesta. Não esqueça que na insurreição de Janeiro 18 oficiais, chefiados pelo coronel Lucio Gutierrez aderiram ao movimento que derrubou Mahuad. Claro que o alto comando é diferente...»

E no futuro imediato, como pensam actuar?

- «Estivemos a um passo da vitória e não vamos repetir os erros cometidos. Temos um programa, elaborámos uma alternativa à desastrosa política neoliberal. Procuramos estruturar alianças com forças cujos objectivos coincidem com os nossos, incluindo os sectores progressistas da Igreja, os sindicatos, militares patriotas, organizações de juventude, intelectuais, etc.»

Que ideia existe na CONAIE sobre Lucio Gutierrez? Nos EUA já começaram a apresentá-lo como um novo Hugo Chavez...

- «Trata-se de uma provocação. O coronel Lucio Gutierrez ganhou prestígio nacional e internacional pelo papel que desempenhou em Janeiro. Os partidos tentaram envolvê-lo para capitalizar esse prestígio. Mas ele não se mostrou sensível a esses apelos. A CONAIE respeita-o e espera que se mantenha ao lado do povo. Como sabe, a Lei de Amnistia não permitiu aos oficiais que estiveram conosco regressar ao activo nas Forças Armadas.»

Posteriormente à conversa que mantive com Ulcuango, Lucio Gutierrez rompeu os últimos vínculos com o Exército. Do Equador chegaram-me notícias sobre a sua presença à frente de um Movimento de oposição cujo aparecimento foi bem recebido pela CONAIE e outras forças sociais que combatem a política de Noboa.

Uma proposta alternativa

A CONAIE difere, pela sua prudência e forma de intervir na política, de outras organizações e movimentos latino-americanos com os quais frequentemente a comparam. Está indirectamente presente numa multiplicidade de iniciativas, através de elementos a ela ligados, mas não aparece de forma ostensiva. As suas ideias e projectos são assim defendidos e expostos através de um sistema de mediações, sem uma representatividade que possa comprometer a Confederação Nacional dos Indígenas do Equador. Cabe citar como exemplo o Fórum Equador Alternativo, realizado em Quito, em Maio p.p., durante o qual foi debatido um documento particularmente importante intitulado «Esboço de uma Proposta Alternativa à Dolarização». Esse estudo é revelador do alto nível profissional dos quadros técnicos que colaboram hoje com a CONAIE.

No Departamento de Estado, em Washington, não se desconhece, aliás, que das comunidades indígenas equatorianas saiu nos últimos anos uma geração de economistas, sociólogos, professores e cientistas cujo papel na sociedade transcende o quadro local. O documento que cito inclui uma análise de fundo das inconsistências e vícios do esquema da dolarização e um conjunto de propostas inseparáveis de uma política que possa levar à estabilidade e à reactivação da economia nacional. Partindo do axioma de que o desenvolvimento económico não deve ser confundido com o crescimento do PIB, os autores da Proposta demonstram que no Equador existem condições para um desenvolvimento social harmonioso que permita a reinserção da economia nacional no concerto internacional sem vassalagens. Segue-se um conjunto de propostas muito concretas.

Defesa Nacional e Forças Armadas

● Rui Fernandes

A militarização da União Europeia

Os ministros da Defesa da União Europeia reuniram no passado dia 22 de Setembro, em Ecouen (França), com vista ao levantamento das contribuições de cada país para a construção da força militar de reacção rápida europeia.

Esta força deverá estar apta a entrar em funcionamento em 2003, com um efectivo de 60 mil militares (o que implica, no mínimo, o dobro dos efectivos), capaz de manter-se num teatro de operações por um ano e ser accionada em 60 dias.

Foi no seguimento desta reunião que o MDN - Castro Caldas terá anunciado que Portugal poderá contribuir com 1000 militares, bem como com uma fragata, um submarino, um navio patrulha oceânico, caças F-16, dois aviões C-130 e um avião de patrulhamento marítimo P3 Orion.

Embora o MDN tenha tido o cuidado de dizer que esta proposta de participação é meramente técnica, faltando a decisão política, não deixam de ser curiosas as palavras do ministro.

Em primeiro lugar, porque o MDN compromete meios que Portugal não tem.

Em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, tenta condicionar as opções quanto ao reequipamento, discussão essa a ser feita no quadro da revisão da Lei de Programação Militar que deverá (?) ter lugar este ano.

Em terceiro lugar, porque afecta, desde já, externamente, meios que visando substituir os obsoletos agora existentes (caso dos patrulhas oceânicos, que visam substituir os patrulhas e corvetas existentes) deveriam ter como afectação prioritária a cobertura do nosso espaço marítimo.

Em quarto lugar, porque introduz uma nova dificuldade no que respeita à consideração dos submarinos como prioridade no reequipamento. E porquê? Porque havendo três submarinos e, sendo o seu ciclo de funcionamento o termos um operacional, um em pequena revisão e o outro em grande revisão, termos o operacional afecto às missões externas.

Se a prioridade submarinos era já objecto de muitas dúvidas face às debilidades várias de que padecem as nossas Forças Armadas e se o que temos tem afectação externa, muito mais difícil se torna aceitar um investimento (custos de aquisição) de cerca de 200 milhões de contos. E dizemos que introduz uma nova dificuldade, porque não era claro que Portugal tivesse mais capacidade de defesa por termos algures, no nosso espaço marítimo, um submarino. Ou se quisermos podemos colocar a questão de outro modo: alguém deixará de cometer ilícitos no nosso espaço marítimo por saberem que temos algures, nas nossas águas, um submarino?

Bom, mas tudo isto confirma aquilo para o qual temos vindo a alertar ao longo do tempo, nomeadamente a questão central de tudo o que diz respeito às Forças Armadas: ser analisado e decidido em função da nossa política externa e não em função dos reais interesses e possibilidades nacionais. (Aliás, é sintomático nesta matéria que seja Jaime Gama a protagonizar as grandes opções em vez do ministro da Defesa.) Ora, assim sendo, é evidente que serão necessários muitos mais milhões para as Forças Armadas. E é aqui que entra a propaganda do Governo, escondendo os reais objectivos das suas opções. Mas à medida que o grau de inserção externa se vai processando e atingindo novos patamares, as próprias artes de iludir a opinião pública vão sendo difíceis de manejar porque, na verdade, as decisões sobre as grandes opções, seja de política, seja de reequipamento e envolvimento externo, começam a fugir ao controlo nacional, como já hoje sucede relativamente a várias outras áreas.

É preciso que o povo português tome consciência deste rumo na construção da União Europeia e das suas consequências. E é preciso também que reganhem confiança na importância da sua voz e da sua luta.

Todos quantos acompanham as posições do PCP em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas sabem que não temos quaisquer problemas em dotar as FA's de mais meios e, conseqüentemente, de mais verbas. Mas sabem também que não temos quaisquer problemas em votar contra mais verbas, se esse aumento não visar objectivos que entendamos como prioritários, no quadro da avaliação própria que fazemos para o interesse nacional.

Nunca discutimos o valor dos orçamentos para as FA's. O que sempre discutimos e discutiremos são os objectivos e prioridades que lhes estão inerentes.

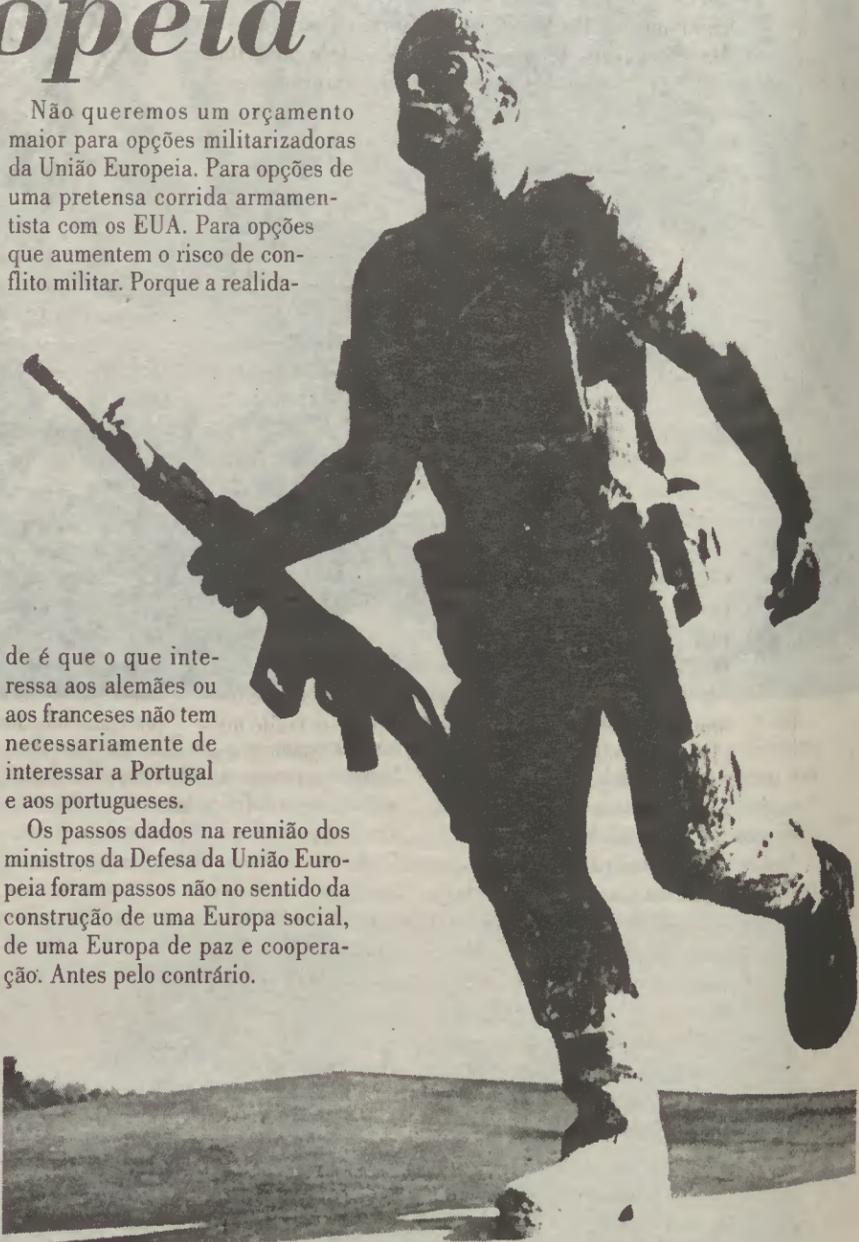
Não queremos um orçamento maior para opções militarizadoras da União Europeia. Para opções de uma pretensa corrida armamentista com os EUA. Para opções que aumentem o risco de conflito militar. Porque a realidade

de é que o que interessa aos alemães ou aos franceses não tem necessariamente de interessar a Portugal e aos portugueses.

Os passos dados na reunião dos ministros da Defesa da União Europeia foram passos não no sentido da construção de uma Europa social, de uma Europa de paz e cooperação. Antes pelo contrário.

E tal coloca com urgência a necessidade de acções e iniciativas que esclareçam e mobilizem o povo português quanto ao rumo militarizador da União Europeia. E coloca também como necessário a luta por uma outra política, uma verdadeira política alternativa e não meras remodelações estéticas ou reorientações que, no

quadro dos reais interesses e possibilidades nacionais, adopte um conjunto articulado de medidas que propiciem às FA's o eficaz cumprimento das missões constitucionais que lhe estão confiadas, permitam o seu reequipamento em moldes credíveis e reforcem o seu prestígio junto do povo português de onde emanam.



Os Pilotos, o Artigo 31 e o que importa

Tem surgido, nas últimas semanas, um grande falatório relativamente à questão da saída dos Pilotos da Força Aérea. Saídas essas que se têm processado usando um preceito legal que obriga os militares, para concorrerem a actos eleitorais, a passar à reserva.

Esse preceito legal consta no artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas. Assim sendo, é colocada a questão de alterar a Lei para que tal deixe de poder suceder. Para tal, a Lei deverá possibilitar que os militares concorram eleitoralmente, mas caso não sejam eleitos, ou cessem funções, deverão regressar ao activo.

A primeira grande questão que deve ser objecto de reflexão é: o que é que conduz a que os Pilotos queiram abandonar a Força Aérea? A Lei existe há cerca de vinte anos e o problema nunca se colocou. Porquê agora?

E a primeira evidência é que, embora os Pilotos dentro da Força Aérea sejam uma classe com privilégios que outras não têm, alguns dos quais discutíveis, a verdade é que a degradação das condições sociais, materiais e de exercício profissional que tem vindo a afectar todos os militares, também os afectou a eles. Ora, esta é a razão central pela qual os Pilotos abandonam a Força Aérea, mas é também a razão central que está a levar muitos militares, nos outros ramos, a pedir a sua passagem à reserva, quando ainda podiam permanecer nas fileiras mais uns anos. Assim, focalizar a abordagem da saída dos Pilotos na questão do método, coisa que temos visto ser feita por alguns analistas, é ofuscar a questão de fundo.

A verdade é que, fruto das opções políticas que têm sido tomadas ao longo dos anos, as FA's atingiram um ponto preocupante e a lógica prevalecente de elas existirem em função da política externa do Estado acelerou as suas debilidades. Exemplo mais gritante disto foi a ida para Timor dos nossos militares.

Primeiro foi decidida a ida e depois adquiriram-se uns jeeps, adiou-se várias vezes a partida por não haver meio de transporte, para já não falarmos das condições dos nossos militares lá, em Timor. Porque importa não confundirmos o excelente comportamento dos nossos militares, o seu espírito empreendedor, a sua capacidade de superação das dificuldades, etc., com o resto. E há que dizê-lo com toda a frontalidade: os nossos militares estão bem! O resto está mal!

Bom, mas voltando à razão deste artigo... É claro, é evidente, é urgente, alterar o artigo 31 da Lei de Defesa Nacional. Mas é necessário fazê-lo porque esse artigo contém um conjunto de limitações de direitos para os militares, que fazem parte da arqueologia da vida política e social portuguesa. E foi por causa dessas limitações de direitos de cidadania que os militares, nomeadamente as suas associações, têm vindo a reclamar a sua alteração por um outro ordenamento que lhes consagre direitos já há muito existentes na maioria dos países da União Europeia e da NATO.

Esta é a razão de fundo para a alteração do artigo 31. Aquilo que temos verificado, em resultado da questão dos

Pilotos, é uma abordagem meramente instrumental da necessidade de alterar tal artigo e, conseqüentemente, estamos contra tais abordagens. E estamos contra, em coerência com aquilo que desde há dez anos temos referido no plano político e proposto no plano institucional - Assembleia da República.

Alterar o artigo 31 para resolver a questão Pilotos (cuja resolução passará a ser: estás insatisfeito, mas tens de cá continuar!), ignorando as questões de fundo do artigo 31, constituiria mais um golpe na motivação dos militares e no necessário processo de modernização das Forças Armadas.

A questão da sangria de quadros das fileiras tem de ser resolvida dando resposta às questões que há muito estão em cima da mesa - vencimentos, carreiras, equivalências profissionais, sistema de avaliação do mérito, condições de alojamento, consagração de um moderno regime de direitos de cidadania, que envolva as estruturas associativas na elaboração das matérias que têm a ver com a vida profissional dos militares (exclui-se, obviamente, as matérias operacionais). E tem também de ser resolvida com o estabelecimento de um conjunto de medidas credíveis para o reequipamento, reequipamento esse que tenha por base prioridades que correspondam a respostas para as debilidades nacionais em matéria de defesa militar e não para a participação externa nos Kosovos, que a outros interessam mas que não interessam a Portugal e aos portugueses.

Comunicação

• Francisco Silva

Telemóveis

Segundo as mais recentes estatísticas, mais de um em cada dois habitantes do nosso país dispõe de um telemóvel. E ao referir-se habitantes, é de todos que se fala! Bebés e crianças, e idosos e muito idosos incluídos. Cidadinos e camponeses. Do Minho ao Algarve, passando pela Madeira e pelos Açores. Além disso, sempre em média, cada um dos mais de cinco milhões de subscritores gastaria com o telemóvel uma meia dúzia de contos por mês.

A escrita de uma notícia para um *media* médio - mesmo especializado em economia ou negócios - ficava por aqui. Poderia dizer mais alguma coisa sobre a posição do nosso país nesta matéria, para estímulo do amor próprio dos meus concidadãos: a «penetração» dos telemóveis em Portugal, ao atingir cerca de 55% da sua população, estará acima da média da União Europeia, só sendo ultrapassada pelas penetrações dos países nórdicos e da Itália... Mas, esta, é uma classificação efémera!

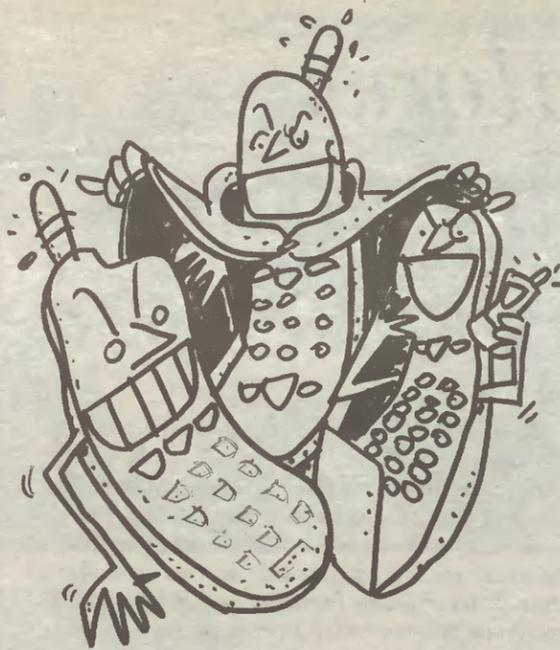
Mas esta não é para ser uma notícia dessas. Com este texto procura-se ir um pouco mais longe na análise desta situação.

O leitor, como é avisado, dirá que estatísticas são estatísticas, que os seus números têm de ser lidos com cuidado, e terá a sua razão. E não apenas relativamente à chalaça do costume: eu comi dois frangos, tu, nenhum; em média, cada um comeu um frango!

Começando pela tal chalaça, segue a questão: telefonando-se de uma rede para outra paga-se muito mais do que quando se faz a chamada dentro da mesma rede. Porque compensa fazer chamadas dentro da mesma rede, em muitos casos haverá não poucas pessoas que podem dispor, e dispõem, de subscrições em mais de um operador, quiçá nos três. Então, o dito deve mudar de «em média, mais de um em cada dois habitantes dispõe de um telemóvel» para «em média, existe mais de um telemóvel para cada dois habitantes do nosso país». Fica a «média» dos frangos!

No âmbito da chalaça dos frangos, aí vai outra: afirma-se que «em média, cada um dos mais de cinco milhões de subscritores gasta com o telemóvel uma meia dúzia de contos por mês»; a verdade é muitos dentre eles, nomeadamente os jovens, gastar muito menos que a média. Dois-três contos por mês, o gasto de centenas de milhares?

Limitados nos seus orçamentos, os utilizadores de telemóvel têm desenvolvido estratégias criativas, utilizando ao máximo as possibilidades oferecidas. Sobre tudo os jovens entre si, mas também na comunicação entre pais e filhos. É um estilo de comunicação que



minimiza custos ou atribui-os a quem queira pagar. «Toques» que os teleligam sem de realização de chamada - custo zero. Ou são as mensagens escritas - custo baixo. Falar com o pai ou a mãe? «Toques» para chamar, a solução adequada... interessados, os pais chamam - algum problema?

Outra questão não legível nas estatísticas: é ou não, a grande parte dos telemóveis, atribuída a trabalhadores por quem os emprega? São ou não, estes telemóveis, os que geram mais tráfego e, portanto, originam maiores custos? A maioria responderá pela afirmativa. E dirá duas coisas mais: primeira, que finalmente se está a falar de aplicações da área produtiva e não consumistas, a mais das vezes desnecessárias; segunda, que, afinal, não são as pessoas que dispõem dos telemóveis mas os seus empregadores e, portanto, não se deve fazer afirmações como «tantos telemóveis por cada dois, ou cem, etc., portugueses».

O que parece ser certo é o uso do telemóvel estar a promover um aumento da eficiência tanto das empresas como das instituições. Não apenas nas grandes ou mesmo nas médias. As pequenas e muito pequenas empresas e instituições estão a recolher grandes vantagens deste novo modo de comunicar. Nos mais variados ramos (por exemplo, na construção civil e nas actividades de manutenção ao domicílio), assiste-se a uma optimização da gestão de recursos e a uma maior prontidão na resolução de problemas de toda a espécie. As próprias actividades de organização política, sindical, etc., aumentam as suas eficiência (em termos de recursos humanos utilizados e tempos gastos) e eficácia (em termos de obtenção de resultados).

Os telemóveis, parecia que eram só para os ricos. Depois foi a moda, o estatuto, a recomendá-los. Não eram necessidades, era consumismo. Hoje é um instrumento de grande parte da população e, qualquer dia, já não se sabe como se vivia sem eles. Breve, estão a passar a necessidades de inclusão obrigatória no rol das de «a cada um segundo as suas necessidades».



Cartoon

• Monginho

E!...

SE A MAIORIA DOS "COMENTADORES" ESTIVESSEM CALADOS TODOS TÍNHAMOS GANHO!!!

A MAIORIA DOS COMENTADORES DESTORTIVOS DIZ QUE OS ATLETAS PORTUGUESES NOS JOGOS OLÍMPICOS TEVE UMA ACTUAÇÃO DESASTROSA, INFELIZ, POBRE...



Ming

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Pessoal

Rosto
que
dá
olhar
com
bondade

gosto
de
estar
já
com
saúde

Este, o nosso

Este Partido.

A História
pede-lhe contas.

Tudo o mais é
a espuma da maré.

Sugestão

Fez trinta anos
a Intersindical.

Pensa no que isto vale.

Ora bem...

Diz o Ferraz que sem empresas
não há trabalho
mas
a verdade é que
sem o trabalho
não há empresas.

Se não, não havia
necessidade
da requisição civil.

Testamento

Deixo os pássaros
que vejo da janela
a quem olhar
por ela.

Deixo as canetas
do meu sofá
a quem
usar a tinta que lá está.

Deixo forte
a bengala
a quem
souber usá-la.

Deixo a memória
dos meus dedos
a quem
guardar segredos.

Deixo o diadema
da flor que cresceu
no meu jardim
a quem leu
este poema
até ao fim.

Desporto

• A. Melo de Carvalho

Os valores do Olimpismo postos em causa

Afinal quais são os valores do Olimpismo? É curioso verificar como os discursos oficiais falam neles sem os nomear. Analisada a doutrina elaborada, nos seus fundamentos, por *Coubertin*, nos finais do século XIX assim como a contribuição fornecida por outros autores que na mesma altura ou posteriormente possuíam, e defendiam uma perspectiva idêntica, é possível destacar três grandes linhas de força consubstanciando aqueles valores:

- O desporto ao serviço do ser humano, do seu desenvolvimento pleno e da sua cultura;
- A liquidação de qualquer tipo de discriminação cultural, social, religiosa e política;
- A vontade de aproximação entre os povos, estabelecendo laços de cooperação e contribuindo para a paz.

Estas três perspectivas encerram o que de essencial tem a doutrina orientadora do Olimpismo O Movimento Olímpico, constituído pelo Comité Olímpico Internacional, pelos Comitês Olímpicos de cada país e o Congresso Olímpico, sempre tem afirmado, de forma mais ou menos explícita, a aceitação destes grandes blocos de princípios orientadores.

O discurso de *Coubertin*, referência fundamental capaz de nos ajudar a definir as linhas de objectivação destes princípios, continua a fornecer elementos essenciais. Por natureza, a definição doutrinária destes blocos é de carácter genérico e exige, por isso, uma cuidada atenção para que a sua tradução prática não os desvirtue. *Coubertin* esclareceu, por diversas vezes, o seu pensamento sobre esta questão. Mas, como é natural, se o seu discurso se manteve coerente referia-se a um tempo e a um mundo muito diferentes daqueles em que vivemos.

«No mundo actual o Olimpismo, rico de potencialidades mas também ameaçado por falhas fatais, pode representar uma escola de nobreza, de pureza moral, de resistência e força física, mas somente na condição de que vocês elevem constantemente as nossas concepções de dignidade e de abnegação desportiva ao nível dos vossos esforços físicos. O futuro dependerá de vós» (o sublinhado é nosso e os termos são intencionalmente deixados na interpelação directa que parece ter constituído preocupação do autor).

Evidentemente que esta formulação está historicamente datada. Mas importa saber se o seu conteúdo essencial perdeu sentido e valor.

Ora, em nossa opinião, a mensagem *Coubertiniana* aqui transmitida, e, naturalmente, «limpa» das contradições do próprio pensamento de *Coubertin*, mantém-se inteiramente actual, apesar dos tempos terem mudado. O problema consiste, portanto, em definir em que condições aquela interpelação directa às futuras (hoje passadas!) gerações pode encontrar eco e sob que forma no mundo presente.

Verifica-se na actualidade, um aumento crescente da popularidade dos Jogos, acompanhada por um crescente desinteresse pela sua Mensagem e Ideal. Como sempre tem acontecido o que se passa não é especificamente desportivo ou olímpico. É indispensável compreender com clareza que estas duas realidades, coincidentes em certa medida, estão directamente integradas na dinâmica social global. É para esta que temos de voltar o olhar quando pensamos nos «princípios éticos do Olimpismo».

Aí o que se vê? O mercado e as suas leis triunfam como árbitros essenciais. A sua «mão invisível» regula e orienta, despoticamente, não somente as trocas económicas ou financeiras, mas também praticamente o conjunto da actividade humana. Neste momento tudo é susceptível de se transformar em mercadoria, e tudo deve ser encarado em termos de rentabilidade financeira, incluindo os próprios sentimentos mais nobres (o patriotismo, a afirmação individual e colectiva, o acesso à beleza, etc.).

A competitividade exacerba-se implicando todos os sectores da vida social, empurrando os dirigentes a vencer de qualquer forma. Com uma frequência inaceitável esta forma «qualquer», assume características de falta de correcção e civismo, avidez e corrupção.

O Olimpismo não escapa a esta realidade, como não escapa qualquer outro sector da actividade social (cultural e as outras). Os seus dirigentes, em especial os da «era» *Samaranch*, anseiam pela hegemonia mundial, pela capacidade da sua «empresa» em conseguir cada vez mais capacidade financeira para aumentar a função espectacular dos Jogos. Esquecem os seus dirigentes que o Olimpismo, surgiu na sua versão moderna, nos finais do séc.

XIX, como um projecto ético, assente no respeito pela dignidade dos atletas, no valor formativo do desporto, na função humanizadora da alta competição e na função social do espectáculo desportivo.

Sem o respeito destes valores o projecto Olímpico não tem sentido, pois são eles que lhe dão verdadeiro significado. A verdade é que, no contexto actual, a moral referida ao desporto parece agonizar, e para aqueles para quem ele representa uma construção humana surgida no nosso tempo, erguendo-se historicamente com a própria Revolução Industrial, resta questionar angustiadamente o futuro.

Por tudo isto os «princípios do Olimpismo» estão mais vivos e actuais do que nunca. Exigem que, em tomo deles, se trave uma luta sem descanso capaz de fazer parar um processo desumanizador e, no interior das novas condições sociais e históricas, contribuir para a dignificação de uma importante actividade do ser humano contemporâneo. Para além do mais, esta será uma forma de contribuir para que o desporto, e com ele o Olimpismo, contribuam para a emancipação dos homens e das sociedades.

A responsabilidade histórica dos dirigentes olímpicos que aceitaram e defenderam a evolução do Olimpismo no sentido da comercialização e da sua utilização com finalidades exteriores ao próprio desporto, é ineludível. Não só em relação ao próprio Movimento Olímpico, mas fundamentalmente quanto ao desporto na sua totalidade, na medida em que tudo aquilo que naquele se passa tem directa repercussão neste. Por isso, é essencial que, da parte daqueles que têm a consciência de que o desporto pode e deve constituir um importante factor de desenvolvimento humano e de que o Olimpismo constitui uma componente fundamental da cultura do tempo presente, assumam uma defesa activa dos seus valores.



Pontos Cardeais

Incinerações

A Assembleia Municipal de Alcochete, por proposta da CDU (que preside ao município), decidiu apresentar uma queixa-crime contra o Estado português por violação de normas e directivas nacionais e internacionais na instalação de uma unidade de incineração de munições obsoletas, que foi já concretizada no perímetro militar localizado neste concelho sem que o Ministério da Defesa, responsável pelo projecto, houvesse realizado o estudo de impacto ambiental e a consulta pública exigidos em situações deste tipo. Esta unidade incineradora — que já está pronta para começar a laborar dentro de um mês, segundo soube a autarquia informalmente através dos técnicos alemães que a montaram — utiliza uma câmara de detonação que também incinerará determinadas substâncias. E é aí que bate o ponto: o Ministério da Defesa, que tutela todo o processo através da Indústria de Desmilitarização e Defesa, actuou num «misto de secretismo e desprezo» face às apreensões manifestadas pela autarquia e a sua exigência de transparência e cumprimento da lei previsto para estas situações.

As Forças Armadas são o garante da soberania do país e uma instituição vital no quadro do regime democrático. Certamente os responsáveis políticos não deixarão de esclarecer este assunto, sob pena de mancharem com graves suspeições públicas a própria instituição militar.

Fábricas

Já que estamos a falar em ilegalidades, que dizer da inauguração feita no concelho de Coruche pelo próprio secretário de Estado da Agricultura (pelos vistos o ministro

não teve coragem de aparecer, como fora anunciado) da remodelação de uma fábrica de transformação de sub-produtos animais (considerados como «materiais de riscos específicos») cujas obras de remodelação foram embargadas pela autarquia, o alargamento das construções feito sem licenciamento e os administradores alvos de um processo-crime? Pior: esta unidade de transformação de sub-produtos animais de todo o país no quadro da eliminação de vestígios da «doença das vacas loucas» fora embargada em Setembro do ano passado pelo próprio ministro da Agricultura, dando assim provimento às queixas das autarquias e das populações vizinhas sobre os maus cheiros e perigo de contaminação das águas. A partir daqui a história torna-se surreal: o Ministério promete à fábrica autorização de laboração desde que faça obras que «rectifiquem» os problemas, enquanto a autarquia exige um Estudo de Impacto Ambiental, como manda a lei, que garanta a protecção das populações e do meio ambiente, sem o que embarga as obras e não concede licença de construção. Surpreendentemente, os ministros da Agricultura e do Ambiente afirmam que, neste caso, «não é necessário um Estudo de Impacto Ambiental» (porque?, porque dá jeito ao Governo ver-se livre do problema a todo o custo?) e a fábrica recomeça a laboração ilegalmente e sob o patrocínio governamental!

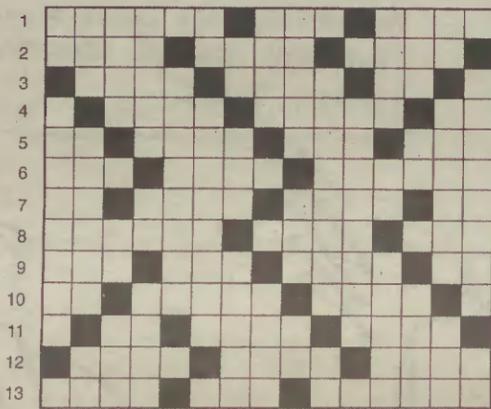
Finalmente, parece que estamos mesmo numa «república das bananas»... pelo menos no que toca ao respeito pelos direitos dos cidadãos e dos seus representantes mais directos, as autarquias...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Casca grossa; canseira; reputação. 2 - Qualidade (pop.); endurecimento que se produz em determinado ponto, devido a compressão ou fricção continuada; círculo luminoso que se observa às vezes no disco do Sol e dos planetas. 3 - Pouco frequente; parente por afinidade; oferece. 4 - Severa; ligado; prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 5 - Laçada; molusco marítimo cefalópode, de tentáculos retrácteis; guarneco de asa; existir. 6 - Rebordo do chapéu; demónio; instrumento cortante semicircular. 7 - Televisão (abrev.); incerto; lance no jogo do xadrez; designa nojo ou desprezo (interj.). 8 - Ouvido; olfacto excessivamente apurado dos cães e de outros animais; nome próprio masculino. 9 - Que causa mal, prejuízo, incómodo ou doença; anilha; cura; ruim. 10 - Caminhar; desejara; ramada. 11 - Mulo; saco de pano ou couro quase sempre fechado com cadeado; combate. 12 - Gigante mitológico que quis escalar o céu e destronar Júpiter; esplendor; carabina. 13 - Sépala; colocar; rodear com um círculo.

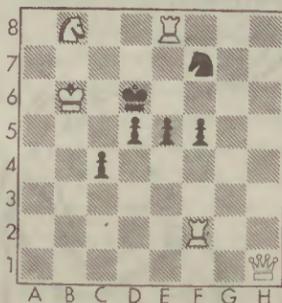
VERTICAIS: 1 - Cloro (s.q.); arte de dissecar. 2 - Rio da Suíça que desagua no Reno; obstar; a tua pessoa. 3 - Fechar (as asas) para descer mais rapidamente; banto ou bantú; dez vezes cem. 4 - Condimento indiano em pó, para tempero da comida; contempeij; tipo de representação teatral. 5 - Auxiliavam. 6 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; desculpavam-se com. 7 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; patrão; oráculo. 8 - A primeira letra dos alfabetos grego e siríaco; fazer subir. 9 - Ousada; certamente; alumínio (s.q.). 10 - Disfarçar; antes de Cristo (abrev.). 11 - Próprio de doutor. 12 - Destino; a ti; dar-se por ofendido, descontente, escandalizado, sem se queixar. 13 - Fileira; igreja episcopal; tenebroso. 14 - Pedra de amolar; cetáceo também chamado golfinho; mulher que cria criança alheia. 15 - O m.q. cereoias; aparência.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCCLXXXI - 5 DE OUTUBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X37
Por: T.R. BROWN
«New York Albion», 21.1.1860
Pr.: [6]: Ps. e4, d5, e5, f5 - Cf7 - Rd6
Br.: [5]: Cb8 - Ts. e8, f2 - Dh1 - Rb6



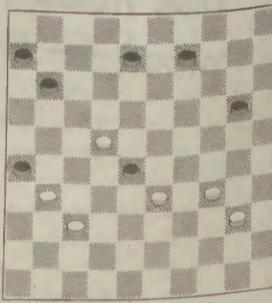
Mate em 2 [dois] lances

SOLUÇÃO DO N.º 2000X37 [T.R.B.]
1. ... f5! 2. Tf6 # 1. ... d5! 2. Td2 # 1. ... f5! 2. Dg6 # 1. ... d5! 2. Dc6 # 1. ... e4! 2. Dd4 # 1. ... C-; 2. Dxe5 #

A. de M. M.

Damas

DCCLXXXI - 5 DE OUTUBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D37
Por: Isidore Weiss [FR: 1867-1936]
«DAMminiaturen», n.º 94, 1977
Pr.: [7]: 6-8-9-11-20-26-28
Br.: [6]: 22-31-33-34-37-40



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D37 [I.W.]
1. 37-32, (28x30); 2. 40-34, (29x17); 3. 34x21 e +

A. de M. M.



XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

democracia e socialismo um projecto para o século XXI

8.9.10 DEZEMBRO 2000 LISBOA

Reuniões preparatórias

Amadora

Plenário do **Sector de Empresas** para discussão das teses: quinta-feira, dia 12, às 20h30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Carlos Chaparro**

Sintra

Algueirão – Plenário da Organização da Freguesia para discussão das Teses: dia 13, às 21h30, no Centro de Trabalho de Algueirão

Mira Sintra – Plenário da célula de Mira Sintra para discussão das Teses: dia 13, às 21h30

Vila Franca de Xira

Alverca – Plenário de militantes da Freguesia, para discussão das Teses: terça-feira, dia 10, às 17 horas, no Salão da Junta de Freguesia de Alverca

Guimarães

Sessão para apresentação e debate do Projecto de Resolução Política («Teses») do XVI Congresso: sexta-feira, dia 6, às 21h30, no auditório do Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Henrique de Sousa**

Lisboa

Plenário da Organização das Freguesias **Ameixoeira, Charneca e Lumiar** para discussão das Teses, com a participação do camarada **Júlio Filipe**: no CT do Lumiar, quarta-feira, dia 11, às 21h

Pias

Plenário de militantes para discussão das Teses e eleição de delegados ao XVI Congresso: sábado, 14, às 15h, no Centro de Trabalho do PCP

Outras reuniões

Amadora

Plenário da Organização da Freguesia da **Falagueira**: no salão da Junta de Freguesia, sexta-feira, dia 6, às 20h30

Couço

Plenários de militantes e simpatizantes do PCP da Freguesia, para discussão da situação política e social, eleições presidenciais e preparação do XVI Congresso: hoje, quinta-feira, dia 5, às 16h30 no Centro de Trabalho do **Couço** e amanhã, sexta-feira, dia 6, às 21 horas, no Centro Social de **Santa Justa**

Vila Franca de Xira

- Reunião de camaradas **dirigentes de Associações de Pais** do Concelho: dia 7, às 10 horas, no Centro de Trabalho de Vila Franca

- Reunião de camaradas **reformados do Concelho de Vila Franca**: quarta-feira, dia 11, a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho de Alhandra

Sintra

Plenário da organização de **Almargem do Bispo**: sexta-feira, dia 6, às 21 horas



CDU

Domingo, dia 8

CRATO

Centro de Trabalho do PCP
14h30

Encontro de Eleitos e Activistas da CDU do Concelho do Crato

- Análise à actual situação política e autárquica do concelho
- Constituição da Comissão Coordenadora Concelhia da CDU
- Preparação das Eleições Autárquicas de 2001

Eleições Intercalares
para a CM de S. Pedro do Sul

Visita CDU à Freguesia de Manhouce

Encontro de Informação
com a Junta de Freguesia
Quinta-feira, dia 5

*Sessão de apresentação
do livro*

Relatório sobre o Algarve

(Agosto de 1952)
de **Carlos Costa**

– um lançamento da
Editorial Avante!
que será apresentado por

José Casanova

no Centro de Trabalho
do PCP de Setúbal

(Av. 5 de Outubro, 32, 2.º)

Quarta-feira, dia 11, às 21h30

ATVer

Ana Moreira num
fotograma de
«Os Mutantes»



Jean Vigo
e uma imagem
do seu filme
«L'Atalante»



Os Mutantes

(Quinta, 24.00, RTP 2)

Porventura cada vez mais próximo de nós está este «Os Mutantes», fruto de uma inspiração na realidade que vamos agora conhecendo muito melhor dos casos da vida - o que, longe de o dispensar, muito mais pede atenção, compreensão e sensibilidade para ver aquele que é um dos mais duros e amargos filmes da já assinalável carreira de **Teresa Villaverde**. A cineasta debruça-se nele, mais uma vez, sobre o mundo incómodo e comovido da marginalidade, abordando com grande realismo o percurso de três jovens, dois rapazes e uma rapariga, que se encontram nas suas vidas errantes pelas ruas, procurando ultrapassar as agruras de uma vida familiar marcada pela degradação social na grande urbe. As contradições da sociedade capitalista, à beira do século XXI, simbolicamente escalpelizadas num filme admirável. Com **Ana Moreira**, **Alexandre Pinto** e **Nelson Varela** nos principais papéis.



O par de «Siga a Marinha», onde Fred Astaire se afirma também como coreógrafo

«O Emigrante»

(Segunda, 01.10, RTP 1)

Olhos desajustados do mundo em que ainda vivemos e esquecidos ou ignorantes do trágico passado que ainda persiste tenderão a considerar esta velha história de um agricultor hebreu, nascido na Palestina mas vendido para o Egipto, onde acaba por crescer e fazer-se como homem, mais uma história bíblica, repassada dos bons mandamentos que sempre as percorrem... Mas **Youssef Chahine**, o realizador, o mais premiado dos cineastas egípcios, fê-la em 1994 como um grito para os dias de hoje, embora no-la sirva repassada de lirismo - em defesa da instrução e do engenho, da solidariedade e permuta entre todos os povos e entre todos os homens, contra o obscurantismo e o fanatismo integralista e intolerante que continua a ser a marca do Islão. O filme viria a ser banido das salas de cinema do país por ordem judicial, não sem que antes meio milhão de espectadores egípcios o tenham visto e aplaudido.

«L'Atalante»

(Terça, 04.30, SIC)

Na segunda e última noite que dedica esta semana ao cinema europeu sob o título genérico «Bandas e Bodas», a SIC apresenta hoje uma jóia do realismo poético francês (e do

cinema, enfim) onde cintilam sentimentos, sensualidade, autenticidade, numa história breve de amor subversivamente abrigada por **Jean Vigo** num *bateau-mouche* sobre as águas do Sena e contada na mais bela sequência de imagens. A Gaumont, que financiara a produção porque estavam então na moda os filmes sobre as paisagens do Sena, retalhou «L'Atalante» e a própria vida de Jean Vigo, considerado ainda hoje um dos cineastas mais talentosos e inventivos de sempre - morto aos 29 anos, semanas depois da conclusão do filme e após uma batalha duríssima (e perdida) para o salvar.

Posteriormente refeito, supõe-se que é esta a cópia a transmitir hoje - noite de terça para quarta, às 4 e 30 da madrugada...

«Fanfare»

(Segunda, 04.00, SIC)

Um pouco mais cedo (às 4 horas...), na véspera, teremos «Fanfare», de **Bert Haanstra**, um mestre holandês de quem, supomos, filme algum foi alguma vez apresentado entre nós numa sala comercial de cinema. Esta sua primeira obra, apresentada no Festival de Cannes em 1958, conta-se que encena em registo de comédia a tumultuosa disputa entre duas bandas musicais e, logo, entre as duas metades da aldeia, numa pequena comunidade sem estradas e isolada por canais, onde até aí reinava a mais bucólica das tranquilidades. O filme tornar-se-ia um dos maiores êxitos de público de sempre do cinema holandês.

E ainda...

O Testamento do Dr. Mabuse, de Fritz Lang (Sexta, RTP1, 02.00)

Boccaccio 70, de Federico Fellino e outros (Sexta, RTP 2, 00.30)

Para Íris com Amor, de Martin Ritt (Sábado, 16.00, SIC)

Siga a Marinha, de Mark Sandrick (Terça, 01.10, SIC)

Cabo e Satélite

As integrais do Blues

O canal **Muzzik**, onde as preciosidades discográficas preenchem grande parte da programação, continua a divulgar registos daquilo a que chamou «Les Legendes du Blues» - no caso, as versões integrais de gravações truncadas para efeitos de divulgação comercial. A série tem início esta semana e deve prolongar-se ao longo do mês. (Muzzik, sexta, das 22.40 às 23.35)



MUZZIK

Quinta, 5

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.15 Guia Dia a Dia
16.45 Roseira Brava
17.30 Tarde Juvenil
19.00 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Cruzamentos
22.45 Anjos da Guarda
23.45 24 Horas
00.10 Série (não designada)

▼ RTP2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.00: Euronews)
14.00 Crónica do Século
15.00 Zapping
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina

Sexta, 6

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.15 Guia Dia a Dia
16.45 Roseira Brava
17.30 Tarde Juvenil
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Rep. Irlanda (Sub-21)
23.00 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
23.30 «Fado, a História de uma Cantadeira» (de Perdigão Queiroga, Port./1948, com Amália Rodrigues, Virgílio Teixeira, Vasco Santana, António Silva. Drama)
01.30 24 Horas
02.00 «O Testamento do Dr. Mabuse» (de Fritz Lang, Alem./1933, com Otto Wernicke,

Sábado, 7

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo
15.30 Top +
17.10 Ajuste de Contas
19.45 Ciclismo
20.00 Telejornal
20.50 Futebol: Portugal-Rep. Irlanda (Sel. AA)
22.50 Santa Casa
24.00 24 Horas
01.00 Máquinas
01.30 «O Jardim das Rosas Mortas» (de Curtis Radclyffe, C.Br.-Can./1996, com Oliver Milburn, Margaret Langrick, Anna Massey. «Thriller»)
03.15 «O Livro de Cristal» (de Plattner, Fr.-Suíça-Port./1994, com Jean-François Balmer, Valeria Bruni-Tedeschi. Comédia)
05.20 Fórmula Um - GP do Japão

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto (inclui Jogos Olímpicos)
19.00 «Sitting Bull» (Longa Metragem. Aventuras)
21.00 Dinheiro Vivo
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com (Sim. Sr. Ministro; Valha-me Deus; Coupling)
01.00 «As Idades de Lulu» (de Bigas Luna, Espanha/1990, com Francesca Neri, Oscar Ladoire, Maria Barranco. Erótico)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Residencial Tejo
15.00 Xena, A Princesa Guerreira
16.00 «Para Íris com Amor» (de Martin Ritt, EUA/1990, com Robert De Niro, Jane Fonda, Martha Plimpton. Ver Destaque)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Cravo e a Rosa
22.00 Mundo VIP
22.30 Uerman Sic
00.20 Último Jornal
00.40 «Ace Ventura, Detective Animal» (de Tom Shadyac, EUA/1994, com Jim Carrey, Cautyeney Cox, Sean Young. Comédia)

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4.ª A Fundo
14.45 Caras Lindas
15.45 «Uma Questão de Casamento» (de Brad Turner, EUA/1998, com Car Marote, Karl Pruner, Leslie Hope. Comédia Dramática)
18.00 «Uma Casa dos Diabos» (de LeVar Burton, EUA/1999, com Katey Sagal, Ryan Merriman, Kevin Kilner. Comédia)
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
22.10 Bora Lá Marina
22.50 Lux
23.50 «Lágrimas de Família» (de Jody Podolsky, EUA/1999, com Alanna Ubach, James Rebhorn, Lesley Ann Warren Jenkins. Drama)
01.50 «O Camião Assassino» (de Chris Thomson, EUA/1997, com Brenda Bakke, Timothy Busfield, Brandon Fletcher. Terror)



Amália Rodrigues, desaparecida há um ano, é objecto de evocação em todos os canais nacionais na próxima 6.ª feira

18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
20.30 Viver no Campo
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes

24.00 «Os Mutantes» (de Teresa Villaverde, Port.-Fr.-Alem.-1998, com Ana Moreira, Alexandre Pinto, Nelson Varela. Ver Destaque)

02.00 Gente da Cidade - «Lisboa»
02.30 The Gate of Heavenly Peace (Parte I)

▼ SIC

08.00 Buêréé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «A Super Mulher»
16.00 «Mentes Pirosas» (Longa Metragem)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família/Aquarela do Brasil
22.30 Cuidado com as Aparências
23.30 Sai de Baixo
00.20 Último Jornal
00.50 «Extremamente Perigosos» (de Herbert Ross, EUA/1993, com Kathleen Turner, Dennis Quaid, Fiona Shaw. Aventuras)
03.30 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 O Direito de Nascer
14.30 «Big Brother»
15.00 «As Gémeas Atacam de Novo» (de Stuart Margolin, EUA/1994, com Mary-Kate Olsen, Ashley Olsen, Martin Mull. Aventuras)
17.00 «Karate Kid - A Nova Aventura» (de Christopher Cain, EUA/1994, com Pat Morita, Hilary Swank, Michael Ironside. Acção)
19.00 «Big Brother»
19.15 Dinheiro à Vista
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.30 «Big Brother» (directo)
21.35 As Pupilas do Sr. Doutor
22.45 Investigação TVI
23.30 A Bola é Nossa
01.20 Última Edição
02.10 Seinfeld

Rudolf Klein-Rogge, Gustav Diesel. Ver Destaque)
04.00 Fórmula Um: GP do Japão

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.00: Euronews)
14.00 Crónica do Século
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Jack and Jill
20.30 Viver no Campo
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «Boccaccio 70» (de Federico Fellini e outros, Itália-França/1961, com Sophia Loren, Romy Schneider, Anita Ekberg, Paolo Stoppa, Peppino De Filippo. Drama)
03.25 The Gate of Heavenly Peace (Parte II)

▼ SIC

08.00 Buêréé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Benny e Joon»
16.00 «Três Ninjas»
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
23.00 Sex-Appeal
23.45 Miss Mundo Portugal
01.45 Último Jornal
02.15 «Onde Está o Meu Filho?» (de Paul Schneider, EUA/1996, com Lisa Hartman Black, William Russ, Anne Francis. Drama)

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 O Direito de Nascer
15.00 «Big Brother»
15.15 Batatoon
18.00 «Olha Quem Ladra» (EUA/1991, com Cindy Williams, David Rasche, Robert J. Steinmiller. Comédia)
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.30 «Big Brother» (directo)
21.35 Jardins Proibidos
22.30 Amália
00.30 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.00 O Rei do Bairro
02.30 Heróis por Acaso

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Domingo, 8

- ▼ RTP1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Ciclismo
 15.30 Made in Portugal
 16.45 Casa da Saudade
 17.45 Ajuste de Contas
 19.45 Ciclismo
 20.00 Telejornal
 21.00 João Nicolau
 22.30 Domingo Desportivo
 00.15 24 Horas
 00.30 Liga dos Campeões: Magazine
 01.45 «O Último Marshall» (de Mike Kirton, EUA/1999, com Scott Glenn, Constance Marie, Randall Batinkoff. «Thriller»)
▼ RTP2
 07.00 Euronews
 09.30 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.30 Faenas
 12.00 A Outra Face da Lua
 13.30 Andamentos
 14.00 Desporto
 18.30 «Homem Maçaco»
 19.30 Madame Bovary
 20.30 Onda Curta («Mon Village d'Algérie», de Hakim Saharaoui, França/1999, e «Home», de Morag McKinnon, Reino Unido/1998. *Curta Metragens*)
 21.00 Bombordo
 21.30 Artes e Letras: «Hannah Arendt»
 22.30 Jornal 2
 23.05 Travessa do Cotovelo
 00.15 Longa Metragem (a designar)
▼ SIC
 07.30 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Big Show
 18.00 «Os Anjos da Guarda» (de Jean-Marie Poiré, Fr./1994, com Gérard Depardieu, Christian Clavier, Eva Grimaldi. *Comédia*)
 20.00 Jornal da Noite



«Noite de Reis», Shakespeare em português com encenação de Ricardo Reis e realização TV de Manuel Oliveira Costa: segunda-feira na RTP2



«O Jardim da Celeste» volta à programação infantil da RTP

- 21.00 O Cravo e a Rosa
 22.00 A Febre do Dinheiro
 24.00 Último Jornal
 00.30 «O Amor É uma Grande Aventura» (de Blake Edwards, EUA/1989, com John Ritter, Vincent Gardenia, Alyson Reed. *Comédia*)
▼ TVI
 08.30 Animação
 10.45 Espaço Religioso
 11.15 Missa
 13.00 TVI Jornal
 13.30 Portugal Português
 14.00 «A Mensagem de Holly» (de Rod Holcomb, EUA/1992, com Lindsay Wagner, Shelley Long, Cotter Smith. *Drama*)
 16.00 «De profeta e Louco...» (de Ben Lewin, EUA/1991, com Natasha Richardson, Jeff Goldblum, Bob Hoskins. *Drama*)
 18.00 Roberto Leal
 20.00 Jornal Nacional
 20.50 «Big Brother»
 22.00 «Big Brother» (directo)
 22.05 Jardins Proibidos
 23.20 «Acto de Guerra» (de Robert Lee, EUA/1998, com Jack Scalia, Douglas H. Arthurs, Ingrid Torrance. «Thriller»)
 01.20 «A Caixa ao Luar» (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Catherine Keener. *Comédia*)

Segunda, 9

- ▼ RTP1**
 07.00 Programação Infantil-Juvenil
 09.00 Jornal
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Ciclismo
 15.30 Marcas da Paixão
 15.15 Guia Dia a Dia
 17.30 Tarde Juvenil
 19.00 Quebra-Cabeças
 19.40 Regiões (Local)
 20.00 Telejornal
 21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 21.35 Agora É que São Eles
 23.30 Jogo Falado
 00.45 24 Horas
 01.10 «O Emigrante» (de Youssef Chahine, Egipto-França/1994, com Khaled El Naboui, Mahmoud Hemida. *Ver Destaque*)
▼ RTP2
 07.00 Hora Viva
 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
 12.30 Mito Eternos
 13.00 Reinsegnements Gènereaux
 14.00 Universidade Aberta
 14.30 Crónica do Século
 15.30 Parlamento
 16.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.30 Brigada Submarina
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Rotações
 19.30 Jack and Jill
 20.30 Viver no Campo
 21.00 Projecto Golfinho
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 Os Sopranos
 24.00 Artes de Palco - Teatro: «Noite de Reis»
 01.45 Andamentos
 02.15 «Comissão de Justiça e Verdade» (Documentário - 1.ª Parte)
▼ SIC
 08.00 Buéréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal

- 14.00 História de Amor
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.50 Jornal da Noite
 21.35 A Febre do Dinheiro
 22.05 Laços de Família
 22.55 Roda dos Milhões
 01.00 Sai de Baixo
 01.45 Último Jornal
 02.05 «Jantar de Palmas» (de Francis Veber, Fr./1997, com Thierry Lhermitte, Jacques Villet, Francis Huster. *Comédia*)
 04.00 Noites do Cinema Europeu / «Bandas e Bodas» - «Fanfare» (de Bert Haanstra, Holanda/1958, com Albert Mol, Hans Kaart, Bernard Droog. *Ver Destaque*)
▼ TVI
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 «Big Brother» (Directo)
 21.35 Jardins Proibidos
 22.45 Fiebreiros Secretos VII
 23.45 Causa Justa
 00.45 Última Edição
 01.35 Seinfeld
 02.15 Profiler

Terça, 10

- ▼ RTP1**
 07.00 Programação Infantil-Juvenil
 09.00 Jornal
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 13.50 Regiões (Nacional)
 14.20 Marcas da Paixão
 15.15 Guia Dia a Dia
 16.45 Roseira Brava
 17.30 Tarde Juvenil
 18.00 Futebol: Holanda-Portugal (Sub-21)
 20.00 Telejornal
 21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 21.35 «O Conde de Abranhos»
 22.30 Grande Entrevista
 23.45 24 Horas
 00.10 Serviço de Urgência
 01.10 «Siga a Marinha» (de Mark Sandrick, EUA/1936, com Fred Astaire, Ginger Rogers. *Ver Destaque*)
▼ RTP2
 07.00 Hora Viva
 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
 12.30 Mito Eternos
 13.00 Reinsegnements Gènereaux
 14.00 Crónica do Século
 15.00 Ciclismo - Campeonato do Mundo
 16.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.30 Brigada Submarina
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Bombordo
 19.30 Jack and Jill
 20.30 Viver no Campo
 21.00 Projecto Golfinho
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 «Lembras-te de Dolly Bell?» (de Emir Kusturica, Jugoslávia/1981, com Slavko Stimac, Ljiljana Blagojevic. *Comédia*)
 00.45 O Reino II
 01.45 Rotações
 02.15 «Comissão de Justiça e Verdade» (Documentário - 2.ª Parte)
▼ SIC
 08.00 Buéréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 História de Amor
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Laços de Família
 22.00 A Febre do Dinheiro
 24.00 Sex Appeal
 01.00 Último Jornal
 01.30 «Elisa» (de Jacques Becker, Fr./1994, com Vanessa Paradis, Gérard Depardieu, Clotilde Courau. *Drama*)
 03.30 Toda a Verdade
 04.30 Noites do Cinema Europeu / «Bandas e Bodas» - «L'Atlante» (de Jean Vigo, Fr./1934, com Michel Simon, Dita Parlo, Jean Dasté. *Ver Destaque*)
▼ TVI
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 «Big Brother» em directo
 23.00 Os Homens do Presidente
 24.00 Seinfeld
 01.40 Última Edição

Quarta, 11

- ▼ RTP1**
 07.00 Programação Infantil-Juvenil
 09.00 Jornal
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 13.50 Regiões (Nacional)
 14.20 Marcas da Paixão
 15.15 Guia Dia a Dia
 16.45 Roseira Brava
 17.30 Tarde Juvenil
 18.00 Futebol: Holanda-Portugal (Sel. AA)
 21.00 Telejornal
 22.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 22.35 «Bio-Dome - Malucos em Apuros» (de Jason Bloom, EUA/1996, com William Atherton, Pauly Shore, Stephen Baldwin. *Comédia*)
 00.20 24 Horas
 00.50 Força de Operações Especiais
 01.50 «E Então?» (de Michel Piccoli, França/1996, Maurice Carrel, Dominique Blanc, Roland Amstutz. *Comédia Dramática*)
▼ RTP2
 07.00 Hora Viva
 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
 12.30 Mito Eternos
 13.00 Reinsegnements Gènereaux
 14.00 Crónica do Século
 15.00 Artes e Letras
 16.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.30 Brigada Submarina
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Desporto
 19.30 Jack and Jill
 20.30 Viver no Campo
 21.10 Projecto Golfinho
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 Zapping (Estreia)
 24.00 Sinais do Tempo
 01.00 The Secret Lives of Men
 01.30 2001
 02.00 A Secret War (Documentário)
▼ SIC
 08.00 Buéréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 História de Amor
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 A Febre do Dinheiro
 21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
 23.30 Sai de Baixo
 00.20 Último Jornal
 00.30 «Uma Ponte entre as Margens» (de Gérard Depardieu e Fred Aubertin, Fr./1998, com Gérard Depardieu, Carole Bouquet, Charles Berling. *Drama*)
 03.30 No Fim do Mundo
▼ TVI
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.35 Tic Tac Milionário
 23.35 Seinfeld
 00.15 Última Edição
 01.05 «Memórias Trocadas» (de Kurt Voss, EUA/1996, com Ally Sheedy, John Savage, Sally Kirkland. «Thriller»)

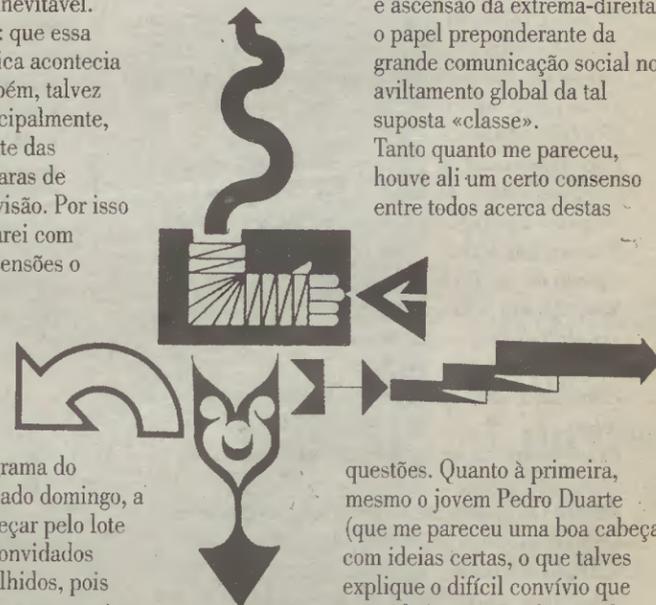


A RTP2 transmite segunda e terça-feira um documentário sobre a «Comissão para a Verdade e Justiça», lançada por Nelson Mandela no decurso (e como instrumento) do processo de democratização da África do Sul

TVisto
 • Correia da Fonseca
Falar de «os políticos»

A segunda emissão de «Conversa do Cotovelo» após o regresso de férias teve um tema que me pareceu muito bem escolhido, «ser-se político», e para ela Maria João Seixas convidou quatro personalidades conhecidas dos quatro maiores partidos portugueses: Carlos Brito, Medeiros Ferreira, Maria José Nogueira Pinto e Pedro Duarte. Quero confessar, já agora, que a minha antiga admiração por Maria João Seixas, a quem está agora confiada a rubrica, tem vivido dias muito amargos desde que julguei perceber que ela tinha decidido passar à prática o seu aparente alistamento na militância anticomunista, no que aliás ficou pessimamente acompanhada, como era inevitável. Pior: que essa prática acontecia também, talvez principalmente, diante das câmaras de televisão. Por isso encarei com apreensões o

interessantes para a conversa, embora, felizmente para eles e para nós, num registo longe da involuntária confissão da miopia de Maria José. O mesmo deve ser dito dos chamados residentes do programa, Helena Matos e Hugo Maia, sobretudo deste último. Ao longo do tempo de emissão vários temas passaram por ali, o programa até foi atravessado a dada altura por um touro de Barrancos que contudo não marrou em ninguém. De entre todos eles, em maior ou menor grau centrados no assunto central que era o do desprestígio dos «políticos», inadequada e não-inocentemente chamados de «classe política», dois aspectos me pareceram muito importantes: a relação de tendencial causa e efeito entre a detracção de «os políticos» e ascensão da extrema-direita: o papel preponderante da grande comunicação social no aviltamento global da tal suposta «classe». Tanto quanto me pareceu, houve ali um certo consenso entre todos acerca destas



programa do passado domingo, a começar pelo lote de convidados escolhidos, pois pareceu-me certo que olhos pouco confiados poderiam encontrar na escolha feita alguns indícios feios. Felizmente, acho que tudo correu bem e todos se portaram lindamente. A começar, para meu gosto, por Maria José Nogueira Pinto, que cedo fez prova do modo como olha o mundo e a política. Disse ela, ao falar-se das actividades políticas no tempo do fascismo, que nessa altura as universidades eram «o único sítio onde se fazia política». Quer dizer: a espantosa senhora, deputada há não sei quantos anos e portuguesa há muitos mais, não sabe da política que antes de 74 se fazia nas fábricas, com reivindicações e greves; nos campos, com acções idênticas corajosas e também selvaticamente reprimidas; nos sindicatos, o que podia ter-lhe sido recordado ao menos pela recente comemoração dos trinta anos da CGTP; noutros sectores da vida portuguesa. Nem sequer olhou para o lado, onde estava um homem que fez política anos e anos bem fora das universidades. Maria José Nogueira Pinto fez, enfim, uma sintética mas convincente demonstração do que vale a sua visão política, e foi bom que o tivesse feito.

questões. Quanto à primeira, mesmo o jovem Pedro Duarte (que me pareceu uma boa cabeça com ideias certas, o que talvez explique o difícil convívio que tem tido com certas figuras do seu partido) pareceu ter consciência de que o ódio a «os políticos» foi cimento para a construção da ditadura fascista a partir de 26. Quanto aos *media*; à sua permanente e semi-surda campanha contra a política, e também quanto a quem manda neles e com eles faz o que lhe convém, esperei que Medeiros Ferreira se lhes referisse directamente quando, com grande lucidez, disse que «os poderosos desviam a atenção do povo para quem está à boca de cena, no caso os políticos». De qualquer modo, teria faltado explicar o uso dos grandes *media* como instrumento de pressão exercida pelos tais poderosos sobre os que, no tabuleiro, mexem as pedras e hão-de fazê-lo sempre de acordo com os interesses dos poderes ocultos: «Obedece porque és frágil e tenho a arma apontada para ti.» Lá mais para o fim falou-se do sentido que tem «ser republicano, hoje». Medeiros Ferreira respondeu com a consecução do que chamou «plena cidadania». Talvez pudesse recuar um pouco e lembrar concretamente que o republicanismo moderno remonta a 1789 e à conquista dos direitos fundamentais, isto é, da democracia efectiva. Maria José Nogueira Pinto disse que «não é monárquica nem bem republicana!». Acredito, mas surge-me uma pergunta incómoda: a senhora será alguma coisa?

A arma apontada

Quanto aos restantes participantes, todos eles deram, cada qual no seu estilo próprio, contribuições

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Olímpicos esquecimentos

O resultado de duas escassas medalhas de bronze da selecção olímpica portuguesa nos Jogos de Sydney desencadeou um vendaval de recriminações proporcional ao embandeiramento antecipado com que os agora críticos embrulharam os atletas e os despacharam para a Austrália com a pátria às costas.

A partida – e ao abrigo de modéstias tão encenadas como falsas –, raro foi o dirigente desportivo, seleccionador, jornalista, comentador, responsável político ou órgão de comunicação social que não deixasse no ar a expectativa de resultados que «honrassem o país e o desporto nacional», alinhando atletas, modalidades e prognósticos de vitória com a mesma desfaçatez com que no regresso da comitiva se desembaraçaram dos castelos no ar que armaram em nome do sacrifício dos outros, para neles malharem mais à vontade.

Os outros são os atletas, evidentemente – os que, no vigente quadro civilizacional do *pane et circensis*, são endeusados ou abatidos no calor da arena conforme o polegar imperial comandar os urros da assistência.

E foi deprimente ver como manobraram tantos polegares roliços de empáfia, havendo quem chegasse à insolência – como fez Miguel Sousa Tavares, um «atleta» com afamada generosidade e espírito de sacrifício – de vergastar os nossos olímpicos em nome da má relação «qualidade/preço» que os seus resultados representariam «para o país».

Entretanto, toda esta gente se esqueceu de algumas coisas.

Em primeiro lugar, esqueceram-se dos próprios Jogos Olímpicos.

Durante os quatro anos que durou a preparação da Olimpíada ninguém prestou atenção ao esforço solitário dos atletas ou às dificuldades com que se debateram, às carências que atravessaram as modalidades, às debilidades estruturais onde o desporto amador continuou agonizando pelo país, à substituição de uma política desportiva nacional pelo «desporto da política» paroquial, que tem por modalidade única as promessas sem princípios e as demagogias sem fim.

As primeiras páginas foram sempre para o futebol, os entusiasmos para os negócios da bola, as preocupações para as guerrilhas da I Liga, os investimentos públicos para o circo dos estádios, os talentos cronicantes para a coscuvilhice do pontapé.

Em segundo lugar, esqueceram-se que todos os nossos atletas que participaram nos Jogos de Sydney o conseguiram por aferição internacional e exclusivo mérito próprio.

Não foram os dirigentes desportivos nacionais que lhes deram prestígio ou passaporte para chegarem aos Jogos: foram eles, isso sim, que com o seu prestígio de atletas forneceram o passaporte aos dirigentes desportivos para uma bela passeata a Sydney com escala nas primeiras páginas dos jornais.

Em terceiro lugar, esqueceram-se que «um país não se mede por telemóveis ou shoppings, mede-se pela qualidade da sua cultura e do seu desporto», como certamente afirmou Hélder Pacheco no *Diário de Notícias* do passado dia 2.

Veja-se o caso de Cuba. Com a mesma área e número de habitantes de Portugal, inserida num quadro geográfico de Terceiro Mundo, asfixiada por um bloqueio selvático, enfrentando carências de toda a ordem, conquistou 28 medalhas e ficou em 9.º lugar no ranking de Sydney, à frente de gigantes do desenvolvimento capitalista como a Grã-Bretanha, o Canadá ou o Japão.

De facto, um país mede-se pela qualidade da sua cultura e do seu desporto.

Mas dessa régua não dispõem os indignados críticos da nossa prestação olímpica.

E não será nos shoppings que a vão encontrar ou por telemóvel que a encomendarão...

Inadiável correcção salarial de 2000 para os trabalhadores da Administração Pública

Frente Comum quer negociar já

As orientações reivindicativas dos sindicatos estão na posse do Governo, para que o processo negocial possa iniciar-se sem mais delongas.

Na Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública foi decidido que a correcção salarial para o corrente ano e a proposta reivindicativa para 2001 devem ser encaradas como um único processo de negociações, mas «a primeira fase de discussão deverá incidir na inadiável correcção salarial de 2000».

A Frente Comum exige, para fazer face às perdas sofridas este ano, uma correcção salarial de **1,6 por cento**, «com a garantia de nenhum trabalhador vir a ter uma actualização inferior a **5 mil escudos**».

Para o próximo ano – refere-se ainda na nota divulgada após a Cimeira de 27 de Setembro – é reivindicada

uma actualização salarial de **6 por cento**, com a garantia de que nenhum trabalhador terá «uma actualização nominal inferior a **7500 escudos**».

A Frente Comum reclama igualmente medidas de melhoramento das carreiras profissionais, emprego público estável, bem como a defesa e melhoria dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.

Os representantes sindicais aprovaram uma resolução exigindo «uma verdadeira e justa reforma fiscal» e expressaram o seu protesto «face à postura do Governo relativamente aos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército».

«Os documentos aprovados foram de imediato entre-

Se o Governo insistir na contenção, terá a luta por resposta

Plenário ontem

Com o objectivo de analisar a proposta reivindicativa comum, foi convocado para quarta-feira, em Lisboa, um plenário de dirigentes e delegados sindicais da Administração Local. Os sindicatos Nacional e do Município de Lisboa pretenderam também, desta forma, fazer o ponto da situação das reivindicações específicas dos trabalhadores das autarquias, designadamente no que refere ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco, às carreiras, à higiene e segurança no trabalho, à política de privatizações e concessões, à melhoria dos serviços públicos e à luta contra o crescimento do trabalho precário.

A esta reunião nacional, onde foram abordadas medidas de luta, vão seguir-se plenários de trabalhadores.

gues ao senhor secretário de Estado da Administração Pública, tendo em vista o subsequente início do processo negocial», informa a Frente Comum que, desde já, decidiu «desenvolver o trabalho para o envolvimento dos trabalhadores em torno dos objectivos reivindicativos aprovados».

Assim que o Governo apresente a sua contrapro-

posta, reunirá a Coordenadora de Sindicatos da Frente Comum. No entanto, a Cimeira decidiu «expressar a determinação de que, caso o Governo apresente uma contraproposta que acolha a reivindicação patronal de insistência na política de contenção salarial, terá como resposta inevitável a luta dos trabalhadores».

Em Aveiro

PCP com trabalhadores da construção civil

«Mais fiscalização! Melhores salários! Mais segurança!» é o lema da campanha de esclarecimento que o Organismo de Empresas da

Organização Regional de Aveiro do PCP está a desenvolver junto dos trabalhadores da construção civil.

No decurso da campanha,

que decorrerá até meados do corrente mês, é distribuído um documento que coloca alguns dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores

do sector e a síntese das propostas que o PCP defende nesta área.

A DORAV justifica o lançamento desta campanha com o facto de a construção civil ser um dos sectores onde, fruto da «ganância de subempreiteiros sem escrúpulos» e de uma «deficiente e morosa acção por parte da Inspeção Geral de Trabalho e do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, mais tem crescido o trabalho clandestino (à hora, ao metro, à peça...).

Em Aveiro, os trabalhadores da construção civil são mais de 20.000, a maior parte deles clandestinos africanos ou do Leste, sujeitos a salários de miséria e sem quaisquer direitos ou protecção. É a esta precariedade que se deve, aliás, a principal causa de mais de 80% dos acidentes de trabalho que se verificam no sector, muitos deles mortais.

Como principais propostas, o PCP defende o aumento dos salários e do subsídio de refeição; a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais; a legalização de todos os trabalhadores clandestinos; e uma fiscalização eficaz!

Civis do Exército fizeram greve

Os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército realizaram, na terça-feira, uma greve exigindo o imediato início da discussão da revisão do Sistema Tributativo e Carreiras.

Concentrados junto do Estado Maior do Exército e, mais tarde, junto ao Ministério da Defesa Nacional, os trabalhadores aprovaram duas Resoluções onde manifestam o seu «profundo descontentamento pela forma

indigna» como têm sido tratados, quer pelo Chefe do Estado Maior do Exército, que continua a ignorar os pedidos de audiência que o Sindicato lhe tem solicitado, quer pelo Governo que não cumpre os compromissos assumidos relativamente à questão.

Melhores condições de vida e de trabalho exigem também os trabalhadores do Arsenal do Alfeite e da OGMA que, em acções já programadas pelo Sindicato

dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas até ao final de Outubro, vão denunciar a campanha desenvolvida por vários lobbies, no sentido de denegrir os Estabelecimentos Fabris/Indústrias de Defesa e desresponsabilizar o Governo e os militares.

Os trabalhadores mostram-se decididos a lutar pela revitalização dos EFFAs/Indústrias de Defesa, que passa pela sua modernização.



Trabalhadores exigem revisão do Sistema Tributativo

